

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

Daniela Toledo

MEMÓRIAS DA DITADURA:

A persistência das Forças Armadas no cenário político brasileiro

**Juiz de Fora
Dezembro de 2016**

Daniela Toledo

MEMÓRIAS DA DITADURA:

a persistência das Forças Armadas no cenário político brasileiro.

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social, Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel.

Orientador(a): Prof. Dr. Wedencley Alves Santana.

Daniela Toledo

Memórias da ditadura:
A persistência das Forças Armadas no cenário político brasileiro.

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Wedencley Alves Santana

Aprovado (a) pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana (FACOM/UFJF) - orientador

Profa. Dra. Teresa Neves (FACOM/UFJF) - convidado(a)

Profa. Dra. Iluska Coutinho (FACOM/UFJF) – convidado(a)

Conceito obtido: aprovado(a) reprovado(a).

Observação da banca: _____

_____.

Juiz de Fora, 15 de dezembro de 2016.

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Toledo, Daniela.

Memórias da Ditadura : a persistência das Forças Armadas no cenário político brasileiro / Daniela Toledo. -- 2016.

125 f.

Orientador: Wedencley Alves Santana

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social, 2016.

1. Ditadura Militar. 2. Trabalho de Conclusão de Curso. 3. Imprensa. 4. Memória. 5. Análise do Discurso. I. Alves Santana, Wedencley, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, mulher guerreira e exemplo para mim, a ela dedico todos os meus sucessos e sorrisos.

Ao meu pai por sempre acreditar na minha capacidade de progredir.

Aos meus avós, apesar de não estarem mais aqui, estarão sempre na minha memória e no meu coração.

Ao PET Facom por todas as oportunidades e aprendizados.

RESUMO

A década de 80 no Brasil foi caracterizada pelo fim da ditadura militar, o que possibilitou o surgimento de uma nova democracia. O processo de redemocratização traz consigo a necessidade de esclarecimento do passado marcado pela repressão. Percebe-se, no entanto, que o autoritarismo militar ainda está presente na contemporaneidade, de tal forma que a memória do regime ditatorial torna-se objeto de disputa política e social. A partir dessa percepção, o presente trabalho tem como objetivo compreender, através da Análise do Discurso e da problematização da memória, quais os sentidos produzidos pelo jornalismo quando este resgata a memória de acontecimentos passados, mais especificamente da ditadura militar no Brasil. Partindo-se, portanto, do pressuposto de que a mídia representa um lugar de memória e contribuiu para o reforço ou a quebra de compreensões do passado preestabelecidas.

Palavras-chave: Ditadura militar. Memória. Imprensa. Política. Análise do Discurso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Famílias parafrásticas	56
Tabela 2 – Formações discursivas	61

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O GOLPE DE 1964: O PAPEL DA MÍDIA E DA SOCIEDADE CIVIL.....	13
2.1 A AÇÃO MILITAR NOS ACONTECIMENTOS DE 64 E POSTERIORES	15
2.2 A SOCIEDADE CIVIL NA CONJUNTURA DO GOLPE MILITAR	17
2.2.1 O complexo IPES/IBAD e o apoio ao golpe militar	19
2.3 O APOIO MIDIÁTICO AO GOLPE DE 1964	26
3 A QUESTÃO DA MEMÓRIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	32
3.1 A MEMÓRIA COLETIVA E A MEMÓRIA INDIVIDUAL.....	34
3.2 SILÊNCIO, ESQUECIMENTO E O NÃO DITO	39
3.3 QUANDO A MEMÓRIA É RESGATADA PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	43
4 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR A PARTIR DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO.....	49
4.1 ANÁLISE DO DISCURSO.....	51
4.2 ANÁLISE DOS TEXTOS SELECIONADOS.....	53
4.3 ANÁLISE QUALITATIVA DOS TEXTOS SELECIONADOS	63
4.3.1 A ditadura militar, a corrupção e o esquecimento	69
5 CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS.....	78
ANEXOS.....	82

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 80, com o fim da ditadura militar no Brasil, emergiu um novo sistema democrático após um longo período de autoritarismo no país. Quando começa o processo de democratização inicia-se, também, a necessidade de esclarecer o que aconteceu durante a ditadura militar no país. Nos últimos anos, percebem-se as manifestações políticas pela abertura e quebra do silêncio através de grandes iniciativas como a instituição da Comissão Nacional da Verdade, em 16 de maio de 2012. O fim da censura e da autocensura de estado também proporcionou aos meios de comunicação um papel na rememoração da ditadura militar. Gradualmente, a história vem sendo revista, por distintas motivações, através de diferentes suportes e disponibilizada para uma parcela da população não diretamente afetada pelos fatos. Ao rememorar a ditadura militar, a pretensão é que a repressão não se repita, que haja novas percepções e sentidos acerca da ditadura.

Durante o processo de redemocratização, no entanto, defrontou-se no período pós-ditadura com a difícil tarefa de lidar com a herança de polarização do regime antecessor sem colocar em risco, ou desestabilizar, o processo de transição política. O passado autoritário continua presente na esfera pública e a memória desses anos é objeto de disputas políticas, sociais, ideológicas e jurídicas, cuja repercussão muitas vezes ultrapassa até mesmo as fronteiras nacionais.

Desde 2013, o país foi marcado por intensas movimentações políticas, tais como manifestações populares, exposição de casos de corrupção, delações e uma forte crise de representatividade dentro do âmbito governamental e das instituições públicas são um dos exemplos das diversas ocorrências políticas nos últimos anos. É perceptível que os momentos de crise política evidenciam as marcas do autoritarismo remanescentes na sociedade brasileira, uma vez que houve presença de saudos da ditadura militar nas recentes manifestações de 2015, assim como a invasão no plenário da câmara em 2016 e a popularidade de candidatos ligados à linha dura do Exército brasileiro, como Jair Bolsonaro.

O objetivo do presente trabalho, portanto, é compreender o papel do jornalismo na rememoração da ditadura militar e quais os discursos em jogo por trás do resgate à memória. O trabalho será norteado pelos seguintes questionamentos: como a imprensa discursa sobre a ditadura? Como este período da história do país é tratado por um determinado jornal

impresso? Quais os sentidos produzidos a partir desse resgate a memória? A rememoração da ditadura militar reconstrói significados na memória do leitor? Para isso, serão analisados os conteúdos publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre o tema durante os anos de 2000 e 2015. É necessário ressaltar que o material foi retirado do periódico paulista no acervo online, através da busca pela palavra “ditadura”.

Buscando-se um melhor entendimento, este trabalho foi dividido em três capítulos nos quais foram abordados conteúdos teóricos e a análise. O primeiro capítulo conta com a abordagem apresentada por René Armand Dreifuss, Daniel Aarão Reis entre outros autores que discutem o termo de “ditadura civil-militar” no intuito de estudar a participação não apenas das Forças Armadas, mas também da sociedade civil no golpe militar e nos anos que se seguiram de ditadura. Percebe-se como a população, bem como a mídia, que apoiou o golpe também ajudou a sustentá-lo durante 21 anos.

Dedica-se no segundo capítulo à análise da relação da memória com a Comunicação e como o jornalismo faz uso da memória em sua rotina de apuração e publicação. Foi relacionado o conteúdo teórico oferecido por pesquisadores ligados à temática, como Maurice Halbwachs, Andreas Huyssen e Paul Ricoeur, e à prática jornalística como elucidam Beatriz Sarlo, Christa Berger, Márcio Serelle, Marialva Barbosa e outros.

Já no terceiro capítulo procedeu-se a parte analítica deste trabalho, sendo que, inicialmente, realiza-se uma abordagem do dispositivo de análise utilizado, a metodologia da Análise do Discurso. Posteriormente, parte-se para a análise qualitativa do material recolhido, na qual são descritas e analisadas discursivamente as matérias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre a ditadura militar.

2 O GOLPE DE 1964: O PAPEL DA MÍDIA E DA SOCIEDADE CIVIL

O significado do conceito de golpe civil-militar tem, ao longo dos anos, ampliado o debate sobre a participação da sociedade civil nos acontecimentos de 1964 e nos 21 anos de ditadura militar. Foi o historiador René Armand Dreifuss o primeiro acadêmico a incorporar o termo no livro *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, publicado em 1981. O pesquisador Daniel Aarão Reis também o adotou em seus estudos sobre a ditadura. Reis (2000) explica que falar em “ditadura militar” é um equívoco que esconde as bases sociais no golpe, um erro que é fruto de um hábito adquirido com o passar dos anos e de uma indesejável memória coletiva. O autor ainda ressalta que a “história oficial” das lutas contra a ditadura ocultou as complexas e profundas relações entre o governo militar e a sociedade brasileira. Antes e depois, o apoio de muitos setores da sociedade foi claro e forte o suficiente para sustentar a ditadura não apenas pela força bruta.

Em sua obra *Ditadura no Brasil: uma incômoda e contraditória memória*, Reis (2014) aborda a problemática da memória que circunda a ditadura militar. Consequentemente, Reis também problematiza a resistência à ditadura ao alegar que por versões “apaziguadoras” da ditadura foram elaboradas nos anos de 1980 em nome da conciliação nacional, deixando de lado o debate acerca das bases sociais que sustentaram o golpe e, mais tarde, a ditadura militar. Apenas diante do processo que levaria ao fim da ditadura é que a sociedade brasileira apegou-se a valores democráticos e, portanto, negaram ter colaborado, apoiado ou até mesmo ter sido indiferente frente os acontecimentos do regime ditatorial. “A ditadura no Brasil, até pelo longo período que durou, foi uma construção histórica. Impossível compreendê-la sem trazer à tona suas bases políticas e sociais – múltiplas e diferenciadas.” (REIS, 2014, p. 128).

Ainda que seja inegável o protagonismo das Forças Armadas, sobretudo do Exército Brasileiro, no golpe iniciado no dia 31 de abril de 1964 e na posterior inauguração da ditadura militar, é possível argumentar que a frente do apoio a ditadura militar estavam os grupos liderados pelos políticos conservadores, empresários, fazendeiros, instituições e pelos meios de comunicação de massa. Tais setores, denominados pelo historiador René Armand Dreifuss de *elite orgânica*, alimentaram durante anos, sobretudo a partir de 1961, a luta contra os reformistas-republicanos e contra a crescente influência na sociedade brasileira de organizações e partidos de esquerda. Dreifuss (1981) expõe que a conquista do poder político pela *elite orgânica* não foi simplesmente um resultado da crise político-econômica do período e do imediato colapso do regime, levando a uma subsequente queda do governo. Em tais

condições, a *elite orgânica* tentou levar adiante uma campanha para dominar o sistema tanto em termos políticos, quanto ideológicos.

Neste sentido, o discurso de que a ditadura foi instaurada em nome do conceito de democracia, a corrupção e o anticomunismo foi amplamente propagado pela *elite orgânica*, portanto, deve-se lembrar de que as Forças Armadas não criaram solitariamente as justificativas para o golpe que viria em 1964. Carlos Fico também é um importante pesquisador sobre a ditadura militar e reuniu muitos trabalhos acerca do período. Fico (2004) analisa que o exército brasileiro criou perspectivas para o comunismo, nacionalismo, “democracia” e ações políticas nos anos 60 e em posteriores, tais perspectivas foram propagadas pelos setores que apoiavam a ditadura. As Forças Armadas reforçaram o anticomunismo em seus discursos e pronunciamentos, criando assim uma técnica visível do inimigo único. Domenach é um estudioso francês que fez uma importante pesquisa a respeito da propaganda política e suas ações na sociedade. Domenach (1950) observa que a propaganda se empenha na busca da simplificação, dividindo a doutrina e a argumentação em alguns pontos, definindo-os o mais claramente possível. Conseqüentemente, o propagandista tem à sua disposição uma escala inteira de fórmulas: manifestos, profissões de fé, programas, declarações, catecismos, os quais, em geral e sob forma afirmativa, enunciam certo número de proposições em texto conciso e claro.

Danilo Persch e Mário Antônio da Silva (2009) são autores que também esclarecem a ação dos formadores de opinião na sociedade. Instituições, grupos e indivíduos disputam o poder de enunciar, de dizer com o objetivo de disciplinar mentes e corpos. O discurso, por estar articulado ao poder, constrói a realidade social fabricando os objetos e produzindo os acontecimentos e os sujeitos, através de um conjunto de dispositivos como leis, os regulamentos morais, os enunciados científicos e filosóficos, entre outros, produzidos e veiculados por meio das instituições sociais. Dessa forma, conceitos sobre as Forças Armadas como a solução para a corrupção e o anticomunismo foram difundidos pela *elite orgânica* como uma justificativa aos eventos que antecederam e que levaram ao golpe militar. Neste sentido, será analisado neste trabalho a contribuição da *elite orgânica* e dos detentores dos meios de comunicação na ditadura militar e, conseqüentemente, na formação da imagem das Forças Armadas. É importante ressaltar que este trabalho percebe a ditadura como civil-militar, mas por questão de termo de registro, será utilizado o termo “ditadura militar”.

2.1 A AÇÃO MILITAR NOS ACONTECIMENTOS DE 64 E POSTERIORES

Apesar da articulação de boa parte da sociedade, assim como importantes entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Igreja Católica, em grande medida, os militares foram aqueles que, de fato, tomaram o poder e depuseram o mandato de Goulart. Fico (2004) explica que o golpe foi uma expressão do autoritarismo presente em setores da sociedade brasileira, de tal forma que, historicamente, os militares sempre se consideraram mais bem preparados para governar o país.

De acordo com Fico (2004) a preparação do golpe foi civil-militar, no entanto no ato do golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início da ditadura foi indiscutível o protagonismo dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis. Dreifuss (1981) demonstra que importantes cargos do primeiro escalão foram destinados aos líderes do IPES e importantes figuras da sociedade civil, assim como a política econômica do primeiro governo ditatorial pautou-se nas ações financeiras que interessavam às empresas e setores internacionais. Fico (2004) ainda aponta que a progressiva institucionalização de medidas repressivas também demonstra a força militar durante o período. E, de tal forma, sucessivas levas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais.

Segundo Fico (2004) o exército brasileiro criou suas próprias perspectivas para o comunismo, nacionalismo, “democracia” e ações políticas nos anos 60 e em posteriores e as difundiu pelos setores da sociedade que buscavam a solução autoritária para a instabilidade política no país. Portanto, as Forças Armadas reforçaram o anticomunismo em seus discursos e pronunciamentos, criando assim uma técnica visível do inimigo único. Domenach (1950) expõe um estudo sobre propaganda política, caracterizando o conceito de propaganda e apresentando-o em diversos momentos da história política. Há também uma abordagem das principais ferramentas que foram usadas para o controle ideológico e como os meios de comunicação ajudam a consolidar esse controle. Dessa forma, o propagandista tem à sua disposição uma escala inteira de fórmulas: manifestos, profissões de fé, programas, declarações, catecismos, os quais, em geral e sob forma afirmativa, enunciam certo número de proposições em texto conciso e claro. Fico (2004) ainda ressalta que desde 1936 vinha sendo

repetido, todo o dia 27 de novembro, o ritual de comemoração da vitória sobre a “Intentona Comunista”.

O regime militar reforçou a comemoração. O principal elemento utilizado nos discursos passou a ser a ideia de que, em 1964, os comunistas haviam tentado uma nova investida e que esta, à semelhança de 1935, também fora impedida pela atuação vigilante das Forças Armadas. Ou seja, o mesmo inimigo de três décadas antes ainda precisava ser combatido. A associação entre 1935 e 1964 passou a ser obrigatória, fortalecendo o espírito anticomunista nas Forças Armadas (FICO, 2004, p.127).

Os autores Paulo Sérgio Morais e Marco Túlio de Souza Nascimento analisam informações produzidas pelo Exército Brasileiro com o objetivo de discutir a imagem transmitida pelas Forças Armadas durante o período de ditadura no país. Morais e Nascimento (2014) explicam que a enfática “missão” militar de combater a esquerda comunista está em voga em um apelo à “verdade histórica” apresentada como algo que transcende as atividades comuns dos militares, portanto, o anticomunismo foi apresentado como “um dever cívico” que deveria ser vislumbrado como a missão de todo cidadão brasileiro. Trata-se, pois, de uma versão da história difundida, a qual o discurso ou o texto propagado pelas Forças Armadas parece justificar-se por si mesmo, sobrepondo-se à realidade. Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto também discutem o discurso difundido pelos próprios militares. Cruz e Peixoto (2007) relatam que a existência de tais fontes, não apenas “evidencia” perspectivas e pontos de vista do Exército Brasileiro, mas de certo modo, pode ser percebido como um “processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção” do autoritarismo na sociedade brasileira.

Os textos e as informações produzidas na especificidade das Forças Armadas não se firmavam apenas em discursos de heroísmo frente a um inimigo fabricado ou imaginado, genericamente rotulado de comunismo. Para Morais e Nascimento (2014) as evidências apresentam elementos que materializavam e referenciavam as necessidades de ação e de ordenamento social, a partir de situações conhecidas. As Forças Armadas, portanto, fizeram um apelo às crenças tradicionais e conservadoras da sociedade, até mesmo o cristianismo, tornando assim a “missão militar” também uma questão de fé. De tal forma que os militares e parte da sociedade retratavam o comunismo como um grande vilão e um ente já “enfrentado”, e derrotado, em 1935, na “Intentona Comunista”. Morais e Nascimento (2014) ainda ressaltam que o intento nesse sentido é mais inerente ao próprio exército do que figuração retórica, haja vista que as ações de 1935 partiram de dentro da instituição, ou seja, de militares

de Natal, Recife e Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que indicavam ações no passado, relevando conquistas e avaliações sobre acontecimentos pretéritos, as evidências demonstravam iminências de intervenções futuras:

Aqueles que imaginam ser possível reeditar os dias que antecederam o 31 de março de 64, certamente desconhecem o patriotismo dos militares brasileiros. Sua coesão e sua determinação não permitirão que os inimigos de ontem, ressurgam das cinzas para mais uma aventura contra a nação. No Brasil já tentaram várias vezes mas não conseguiram e jamais conseguirão! (Centro de Comunicação do Exército, década de 1980).

Devido ao apoio dos setores civis, organizações e dos meios de comunicação de massa que, conseqüentemente, difundiram os ideais conservadores propagados pelo Exército Brasileiro, é possível perceber que tais concepções ajudaram a construir a memória de que o golpe militar foi necessário para impedir a influência socialista e de grupos de esquerda no país. A seguir, será estudado como a sociedade participou do golpe e, conseqüentemente, criou o apoio necessário para que a ditadura militar se estabelecesse no país.

2.2 A SOCIEDADE CIVIL NA CONJUNTURA DO GOLPE MILITAR

Até então como uma das maiores manifestações públicas da história política do país, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” tornou-se um notável movimento que defendia ideais católicos em um momento em que o Brasil vivenciava grande tensão política. Ao contrário dos movimentos sociais que se aproximavam do governo de João Goulart e apoiavam as reformas de base no país, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, liderada por parte das autoridades civis e religiosas, visavam a tradição familiar e lutavam pela propriedade privada e livre iniciativa.

Dessa forma, os manifestantes católicos foram às ruas contra o mandato de Goulart, tal que representava o viés comunista que havia se instaurado no Brasil, de acordo com a *elite orgânica*. Assim, o presidente foi apontado como uma ameaça aos valores religiosos e morais da sociedade. Por sua relevância, o evento contribuiu com uma espécie de apelo às Forças Armadas por uma intervenção militar, vista como “salvadora” das instituições tradicionais brasileiras. Durante os anos que se seguiram ao abril de 1964, os manifestantes passaram por uma resignação do discurso, o que demonstrava a legitimação do golpe militar. Reis (2000) demonstra que a participação social na instauração da ditadura militar foi ampla,

de tal forma que as Marchas da Família com Deus pela Liberdade mobilizaram dezenas de milhões de pessoas, de todas as classes sociais, contra o governo de João Goulart.

A primeira marcha foi realizada em São Paulo, em 19 de março de 1964 e reuniu meio milhão de pessoas. Reis (2000) aponta que o evento foi convocado em reação ao Comício pelas Reformas que teve lugar uma semana antes, no Rio de Janeiro, com 350 mil pessoas. Em 2 de abril de 1964 no Rio de Janeiro, houve a Marcha da Vitória, para comemorar o triunfo do golpe. Estiveram ali, em média, a mesma quantidade de pessoas que em São Paulo. E as marchas se sucederam até setembro de 1964, sempre reunindo ampla participação popular.

Dentro do contexto internacional, é importante considerar o fato de que a Segunda Guerra Mundial desencadeou os conflitos ideológicos e antagônicos no Brasil. Mesmo com o fim da guerra, as ideologias capitalista e socialista disputavam espaço no cenário mundial. Dreifuss (1981) analisa que o capitalismo tardio no Brasil era sustentado pelo Estado e pelas organizações transnacionais. Dessa forma, fazia-se necessário garantir o desenvolvimento do modelo econômico capitalista e, conseqüentemente, várias agências e agentes se organizaram no intuito de garantir os interesses de multinacionais e associados, tal como a formação de novos sujeitos políticos que sustentassem os ideais de livre iniciativa e concorrência e que contribuíssem no combate à infiltração de ideais comunistas no país, considerados como uma ameaça às instituições tradicionais.

No cenário nacional, a situação social precária e o enriquecimento das elites fizeram com que parte da população se agrupasse em movimentos de esquerda. Em seu governo, João Goulart havia adotado uma postura reformista ao procurar mobilizar a população para a implantação das reformas de base, no âmbito agrário, bancário, administrativo, universitário e eleitoral, em 1964. Em contrapartida, havia uma forte *elite orgânica*, composta por empresários, latifundiários, membros do clero, entre outros, que se opunha ao governo ao mandato de Goulart e às novas reformas. Tais grupos representavam, portanto, os antagonismos políticos gerados pela Guerra Fria.

Durante o período de 1946 a 1964, politicamente, o país viveu um processo populista e reformista de acordo com a esquerda, mas possuía uma forte contraposição ideológica por parte da *elite orgânica*. Esse antagonismo político também existia na Igreja Católica, em que parte do clero apoiava medidas de base e organizava em prol de melhorias sociais. Assim, vários grupos católicos ligados a vários setores foram organizados, como a

Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Agrária Católica (JAC). Apesar dessa resistência por parte da igreja, em seu livro intitulado *A Igreja do Brasil no Concílio do Vaticano: 1959-1965* Beozzo (2005) demonstra que o alto clero também possuía mecanismos de controle político, como a Liga Eleitoral Católica (LEC). O autor ainda cita que tal grupo era liderado pelo alto clero da Igreja Católica e foi utilizado como um instrumento de doutrinação ideológica e pressão no cenário político brasileiro. Através da Liga Eleitoral Católica, o alto clero recomendava aos eleitores católicos votarem em partidos que compactuassem com as “reivindicações da igreja”. De certa forma, os interesses religiosos representavam um pacto de cooperação com a ditadura militar, que garantiria o ensino religioso nas escolas públicas, assistência religiosa nas Forças Armadas, e a questão do casamento civil, pautado pelos princípios da Igreja.

Apesar de certa resistência por parte de alguns setores da Igreja Católica, de certa forma, a *elite orgânica* conseguiu o apoio do catolicismo na empreitada de desestabilização do governo de João Goulart, principalmente do alto clero. Dreiffus (1981) aponta que com o apoio financeiro de grandes empresários e através do complexo IPES/IBAD, a elite controlava a opinião pública, de tal forma que um expressivo número de católicos aderiu aos ideais conservadores. Beozzo (2005) ressalta que outros grupos católicos também ajudaram a implementar e difundir tal ideologia, como a Associação dos Antigos Alunos do Sagrado Coração de Jesus, o Grupo de Reabilitação do Rosário, os Cursilhos da Cristandade e a Opus Dei. Um dos principais líderes religiosos e intelectuais católico, Plínio Corrêa de Oliveira organizou a Tradição Família e Propriedade (TPF), organização ligada aos setores conservadores da Igreja Católica. Com objetivos anticomunistas e contra as reformas de base, tal organização fez procissões nas ruas e contribuiu para a popularidade das Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

2.2.1 O complexo IPES/IBAD e o apoio ao golpe militar

O historiador René Armand Dreiffuss foi um importante autor que propôs uma nova abordagem para os acontecimentos de 1964 não apenas pela utilização do termo golpe civil-militar, mas também pelos estudos acerca das estratégias bem sucedidas de “desestabilização” do governo de João Goulart. Ações estas promovidas por uma *elite orgânica* formada principalmente por empresários, intelectuais, militares, líderes de opinião e

representantes de interesses financeiros multinacionais e associados, que exerceram seu poder de classe. Portanto, o papel relevante no golpe comumente atribuído às Forças Armadas passou a ser associado também à *elite orgânica*. Dreifuss (1981) apresenta o complexo IPES/IBAD como um núcleo ativo na intervenção militar, com objetivos como o de restrição de organizações de classes trabalhadoras, consolidação do crescimento econômico num modelo de capitalismo, com alto grau de concentração industrial integrado ao sistema bancário, promoção de interesses de multinacionais, entre outros.

Criado oficialmente em 1961, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) passou a existir graças à iniciativa de intelectuais e empresários dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Esses agentes foram unificados pelas causas em comum relacionadas à economia multinacional e associada, ao anticomunismo e pela ambição de reformular o Estado brasileiro. Toledo (2006) no artigo *A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964* complementa que apesar do poderio econômico por parte dos empresários e da ascendência do campo da tecnoburocracia, a *elite orgânica* defendia a necessidade de alcançar e dirigir a política e a ideologia da sociedade brasileira dos anos 60. Os ideais de anticomunismo ou contra quaisquer grupos esquerdistas que se articulassem no país surgiram, no entanto, nos anos 50, ao fim do governo de Juscelino Kubistchek, devido aos acessos inflacionários que causaram apreensão nos setores produtores e em intelectuais brasileiros.

Dessa forma, as reformas de base, agrárias, bancárias, urbanas e tributárias, promovidas por João Goulart, fizeram com que o IPES justificasse a luta contra o comunismo no Brasil e, conseqüentemente, contra o governo de Goulart, o maior representante do processo esquerdista no país. Dreifuss (1981) analisa que o IPES se apresentava como uma agremiação apartidária com fins exclusivamente educacionais e cívicos, orientado por dirigentes de empresas profissionais, no entanto o IPES articulava uma rede de campanhas ideológicas e políticas. Partindo desse ponto, portanto, é possível observar que as atividades do instituto estavam relacionadas à uma exacerbada campanha contra o governo de Goulart e em defesa da “democracia” que, do ponto de vista da *elite orgânica*, estava em risco. O IPES se empenhou na distribuição de livretos, folhetos e filmes que se adequavam à ideologia da organização. Dreifuss descreve a estratégia como uma doutrinação geral, coordenada como uma atividade político-ideológica presente principalmente no Congresso, sindicatos, movimento estudantil. Tal atividade visava apresentar as abordagens da *elite orgânica* aos agentes políticos e ao público em geral e também causar um impacto ideológico na sociedade brasileira e no Estado.

Portanto, o instituto trabalhou com um conjunto de doutrinas e direcionamentos políticos com a intenção de se aplicar como um programa de governo e guiar as diretrizes do país. Com todo o seu arranjo interno, o IPES tentava influenciar setores da sociedade como a Igreja e, principalmente, os militares ao apresentar as novas propostas de governo, contrárias às medidas reformistas. Silva (1975) afirma no livro intitulado 1964: *Golpe ou Contragolpe?* que sócios do IPES mantinham amizades nos meios militares, convidando oficiais para visitar fábricas, aproveitando para espalhar os seus receios sobre os caminhos que o Brasil estava tomando sob o mandato de João Goulart.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), por sua vez, foi criado por volta dos anos de 1959 e, assim como o IPES, recebia contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros. Em seu livro *O Golpe de 64 e a Ditadura Militar*, Chiavenatto (1994) aborda como os diretores e presidentes de associações e comerciais e industriais, com o apoio da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, criaram o IBAD. Tal órgão tinha como função arrecadar e distribuir fundos para a forte campanha anticomunista contra o governo de João Goulart. Havia, portanto, a necessidade de uma articulação dos grupos conservadores que financiasse e mantivesse a continuidade da propaganda ideológica.

O instituto se organizou com o objetivo de combater o comunismo no país e guiar os rumos da economia e do governo brasileiro, fazendo uso de ações políticas. Através da atuação mútua com o IPES, o IBAD se fez presente nos acontecimentos anteriores e que se desencadearam em 1964, com o propósito de “defesa da democracia”. No livro intitulado *História Sincera da República*, o historiador Basbaum (1975) relata que o IBAD representou a força que impediu João Goulart de exercer seu mandato e, de certa forma, foi um ator da influência norte-americana sobre o Brasil. Dreiffuss (1981) observa que os interesses multinacionais, setoriais ou individuais, já possuíam articulações contra João Goulart antes do fim do curto governo de Jânio Quadros, uma vez que Goulart já havia ocupado o cargo de Ministro do Trabalho no segundo governo ditatorial de Vargas, ocasião em que já havia defendido medidas reformistas.

O fato do complexo IPES/IBAD ter estabelecido ligações com empresários diversos, militares e altos governantes, demonstra com propriedade o quão influente os institutos foram no sistema político brasileiro. Dreiffuss (1981) observa que o IBAD cuidava de penetrar profundamente no poder legislativo, além dos governos estaduais, intervindo em assuntos nacionais e regionais e, dessa forma, praticando o que o autor chamou de

doutrinação específica. Para tal, eram fornecidos dinheiro, materiais para campanha, faixas, cartazes e propagandas para os candidatos que, se eleitos, se comprometiam a seguir a orientação ideológica do IBAD no combate ao comunismo e ao mandato de João Goulart. A doutrinação específica, também promovida pelo IPES, visava, portanto, modelar as várias frações das classes dominantes em um movimento de opinião com objetivos a curto prazo e amplamente compartilhados.

O IBAD, com ajuda das organizações Ação Democrática Popular e da Agência de Propaganda, também cuidava da propaganda política de seus candidatos, uma vez que atuava quase como um partido político. O instituto pretendia, também, fazer com que seus “políticos” penetrassem em movimentos sindicais, estudantis e sociais em geral para se opor aos movimentos vigentes. Acima de tudo, com essas ações visava-se moldar a opinião pública com grupos de ação política e ideológica. Dreifuss (1981) analisa que o complexo IPES/IBAD possuía todo um aparato organizacional fundado em alguns princípios primordiais e que, dessa forma, toda a propaganda difundida pelos institutos se definiram por esses ideais. Sendo assim, o complexo IPES/IBAD voltou-se para a educação, pregando convicções democráticas, cristãs, além de noções econômicas relacionadas com a disseminação de empresas privadas e da livre iniciativa e concorrência.

É por meio dessas fortes propagandas promovidas pelo complexo IPES/IBAD que se pode entender o clima de inquietação presente nas Forças Armadas durante o período anterior ao golpe. Soares (2004) discorre em *Visões do Golpe: a memória militar de 1964* que a opinião militar dominante define o golpe como resultado de ações dispersas, o que pode explicar a influência da propaganda dos institutos na corporação. O autor ainda ressalta que em depoimentos dos militares, as Forças Armadas não teriam agido sozinhas, com o apelo político para que o golpe acontecesse, a sociedade civil, especialmente a *elite orgânica*, fez uma apelo para uma resolução militar que compreendesse suas reivindicações.

Portanto, o conjunto de ação que pretendia minar as forças e as bases do governo de João Goulart, interessaria, principalmente, aos grupos diretamente ligados às decisões políticas e econômicas do país. Nesse contexto, pode-se constatar também a ação norte-americana na obra que consumou o golpe militar no Brasil, proporcionando financiamentos e patrocinando ideais anticomunistas aos grupos de articulação e ação no ambiente nacional, principalmente dentro do complexo IPES/IBAD.

Neste sentido, o complexo IPES/IBAD é apresentado como o verdadeiro partido da *elite orgânica* para a ação ideológica, política e militar. Dreifuss (1981) aponta que foi no período de 1962 e 1964 que a *elite orgânica*, uma vez organizada, se mobilizou na conjuntura do golpe, quando as estratégias se converteram em política e as atividades políticas se transformaram em ações militares. Dessa forma, vários escritórios de consultorias e anéis burocráticos e empresariais, associações de classes e grupos de ação formaram o centro político estratégico IPES/IBAD. Dreifuss ainda explica que uma vez unificada em uma única liderança, a *elite orgânica* lançou a campanha político-militar capaz de mobilizar o conjunto da burguesia e convencer os seguimentos de relevância dentro das Forças Armadas à causa, dessa forma, obteve o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou passividade das camadas subalternas.

Essa ação ideológica promovida pelo complexo IPES/IBAD, entretanto, não seria suficiente para levar a uma troca de regime. Fico (2004) apresenta que foi preciso, para a elite, construir uma rede de apoio dentro das Forças Armadas e, por essa razão, alguns dos mais destacados associados ao complexo IPES/IBAD foram oficiais dos mais influentes na época. Dessa forma, os institutos estimularam a inquietação política a tal ponto de coordenar e integrar vários setores militares a conspirar contra o governo, e, de certa forma, proporcionar o estratégia para o golpe. Os ativistas do complexo IPES/IBAD participaram diretamente da conspiração militar. Segundo Dreifuss (1981) o que se viu em 1964 não foi um golpe das Forças Armadas contra João Goulart, mas a força e abrangência de um movimento civil-militar. Dreifuss ainda indica que, em vários casos, importantes cargos do mandato ditatorial de Castelo Branco foram dados a “homens-chave dos grandes empreendimentos industriais e financeiros e de interesses multinacionais: seria a plena realização dos interesses do ‘bloco multinacional e associado.’” (DREIFUSS, 1981, p.455).

A mídia foi um elemento fundamental em todo o processo de desenvolvimento do trabalho do IPES, não só na difusão da propaganda ideológica anticomunista e contra as propostas reformistas, mas também na divulgação dos projetos socioeconômicos e políticos que foram cuidadosamente articulados pelo instituto. De forma geral, os objetivos do IPES eram atender, exclusivamente, às demandas da elite dominante, porém toda sua propaganda foi manipulada de tal forma que aparentava defender os interesses da população nacional, os publicitários e jornalistas, desenvolveram, portanto, um importante no processo de manipulação de informações, notícias e na construção da ideia de que havia uma ameaça comunista no país.

A *elite orgânica* se articulava através da mídia, como uma medida neutralizadora, que tinha como objetivo infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vistas tradicionais e de direita e estimular a percepção negativa das medidas reformistas. Dreifuss (1981) ressalta a ampla participação de jornalistas, empresas, intelectuais e dos principais veículos de comunicação nas atividades do complexo IPES/IBAD.

Jornalistas profissionais se integravam no esforço geral como "manipuladores de notícias" e propagandistas, trabalhando sobretudo através das unidades operacionais dos grupos de Opinião Pública, Estudo e Doutrina e Publicações. Certas empresas financeiras e industriais ligadas ao complexo IPES/IBAD se incumbiam dos arranjos financeiros, incluindo-os em suas folhas de pagamento, propiciando, assim, outra forma de financiamento indireto da ação da elite orgânica. Escritores, ensaístas, personalidades literárias e outros intelectuais emprestavam o seu prestígio, escrevendo e assinando, eles próprios, artigos produzidos nas "estufas políticas e ideológicas" do complexo IPES/IBAD. O IPES conseguiu estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública, através de seu relacionamento especial com os mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais, como: os Diários Associados (poderosa rede de jornais, rádio e televisão de Assis Chateaubriand, por intermédio de Edmundo Monteiro, seu diretor-geral e líder do IPES), a Folha de São Paulo (do grupo de Octávio Frias, associado do IPES), o Estado de S. Paulo e o jornal da Tarde (do Grupo Mesquita, ligado ao IPES, que também possuía a prestigiosa Rádio Eldorado de São Paulo). Diversos jornalistas influentes e editores de O Estado de S. Paulo estavam diretamente envolvidos no Grupo de Opinião Pública do IPES. (DREIFUSS, 1981, p. 232-233).

Os jornais também mantinham a própria e acirrada campanha editorial, que beneficiava as investidas contra o governo. Dreifuss (1981) demonstra que tais investidas recebiam a contribuição do complexo IPES/IBAD, o que aumentava o controle que os institutos tinham sobre as agências de notícias e canais de informações em todo o país e o seu relacionamento especial com companhias de publicidade e anunciantes. O autor ainda aponta que o IPES se certificava de que os editores dos mais importantes jornais do país dirigissem jornais diários conforme a linha editorial da *elite orgânica*. A mídia da época, segundo Dreifuss, também reproduzia artigos, anúncios e transcrições escritos pelos próprios membros do complexo IPES/IBAD, bem como transmitiam discursos, exposições e pronunciamentos públicos de indivíduos de destaque.

Apesar do auxílio de um instrumento eficaz para a doutrinação ideológica como a televisão, Dreifuss (1981) explica que a *elite orgânica* utilizou-se de outros meios para propagar seus interesses, como o rádio, cartuns, filmes, revistas e os jornais. É importante ressaltar que esse processo de influência e doutrinação no caso do IPES na conjuntura de 1962 a 1964 não teria sido possível se grande parte da sociedade também não estivesse propícia a

aceitá-lo, de forma que o ideário golpista se transformou em uma cultura política que se tornou dominante. Para tal, o IPES era organizado em cinco grupos, sendo que é possível apontar que dois deles, o Grupo de Opinião Pública (GOP) e Grupo de Publicações e Editorial (GPE) tinham suas atividades voltadas diretamente para a mídia.

Segundo Dreifuss (1981) as metas do Grupo de Opinião Pública consistiam, principalmente, na divulgação de objetivos e atividades de IPES por meio dos veículos de comunicação, levando assim os resultados de pesquisas e estudos do instituto à opinião pública. Para atingir tais objetivos, o GOP desenvolveu quatro estratégias de ações como resguardar a segurança do IPES; disseminar declarações feitas pelo Grupo de Estudo e Doutrina, que também está ligado ao instituto, do Rio de Janeiro e de São Paulo; distribuir o ideário promovido pelo IPES entre a população e retroalimentar informações do grupo com informações advindas do Grupo de Levantamento da Conjuntura (Ibidem). O GOT promovia suas estratégias através de publicações de notícias, edições de boletins mensais, divulgações de matérias através da mídia, preparações de boletins políticos, entre outras. Além disso, eram enviadas cartas e telegramas e feitas chamadas telefônicas no intuito de incitar a opinião pública e fortalecer a mensagem ideológica do complexo IPES/IBAD.

Com relação ao Grupo de Publicações e Editorial, suas ações estavam voltadas, principalmente, para o cinema, teatro, rádio e televisão, o que poderia ser denominado de “cadeia de veículos de divulgação” e estava ligado às operações do Grupo de Opinião Pública. Dreifuss (1981) aponta que o grupo foi formalizado em agosto de 1962 e teve na sua direção o escritor José Rubem Fonseca, que ficava a cargo de qualquer assunto referente à opinião pública e jornais, desde editar assuntos de relevância para o IPES até artigos de jornais. Outros profissionais do mundo literário, da mídia e de agências publicitárias também integravam a organização.

Como aponta Dreifuss (1981), as ações do Grupo de Publicações e Editorial incluíam artigos para jornais e revistas, principalmente de grande circulação, produção audiovisual e radiofônica, panfletários em grupos de estudantes, militares, trabalhadores em geral e publicação de livros que visavam combater o volume de literatura marxista nas livrarias. Essas ações se abrangeram por todo o país e contavam com o respaldo de seus integrantes, que eram proprietários de editoras, gráficas, jornais ou próximos a esses proprietários, como Cândido Guinle de Paula Machado (Editora Agir), Gilbert Huber Jr (da Gráfica Gomes de Souza) e Assis Chateaubriand, entre outros.

O trabalho do IPES ia além de uma campanha ideológica anticomunista e contra medidas de reforma, no intuito de colocar a população contra o governo de João Goulart. O IPES construiu um projeto político de sociedade, elaborou projetos de lei e uma série de reformas, conhecidas como Reformas de Base. Entre as reformas constavam: a Reforma Constitucional, a Reforma Agrária, a Reforma da Legislação Trabalhista, a Reforma Tributária e a Reforma Bancária.

O apoio que a imprensa atribuiu a essas reformas foi notável, o jornal Folha de São Paulo e o Correio da Manhã, entre outros veículos de comunicação, deram notoriedade ao momento em que os projetos de reforma do IPES se tornaram públicos no Primeiro Congresso Brasileiro, onde o IPES se contrapôs fervorosamente aos projetos de reformas elaborados pelo bloco reformista do mandato de João Goulart. Dreifuss (1981) demonstra também a existência de estratégias apelativas do instituto utilizando programas de entrevistas, nos quais as perguntas e as respostas eram previamente elaboradas de forma que os entrevistados defendessem as ideais propagadas pelo IPES. Além disso, eram pessoas cuidadosamente escolhidas e que tinham simpatia pelas propostas do IPES, como a escritora Rachel de Queiróz.

A esse respeito, é interessante lembrar o que o autor Bernardo Kucinski aborda em seu livro *A síndrome da antena parabólica: Ética no jornalismo* sobre a formação do consenso acerca de um tema. Kucinski (1998) afirma que, geralmente, o consenso já é previamente definido pelos órgãos de comunicação e pelas elites e a utilização de pessoas que têm peso na opinião pública, seja intelectuais, jornalistas ou políticos, é de extrema importância para representar e moldar tal consenso no âmbito social.

2.3 O APOIO MUDIÁTICO AO GOLPE DE 1964

O golpe militar de 1964 não é o inaugurador da ditadura, é possível afirmar que ele foi gestado muito tempo antes em um longo proceso, principalmente durante a crise política que envolveu a renúncia de Jânio Quadros e a movimentação que cercou a posse do vice-presidente João Goulart. A ação midiática à favor do golpe também foi exercida anos desde a volta de Getúlio Vargas ao governo brasileiro. O jornalista Audálio Dantas fez uma profunda investigação sobre a ação midiática durante os anos que antecederam o regime ditatorial. Dantas (2014) afirma que a participação da mídia nos acontecimentos que levaram

ao golpe militar de 1964 contribuiu de maneira decisiva para a implantação da ditadura que dominaria o país por 21 anos que o único jornal da época que não aderiu ao golpe foi o *Última Hora*.

O jornal *Última Hora* teve seu início no dia 20 de junho de 1951 e desde o momento se diferenciava dos demais jornais vendidos em bancas, não apenas pelas novas opções gráficas, modernas e de títulos chamativos. O *Última Hora* tinha como objetivo romper com a “conspiração do silêncio”, expressão esta usada pelo jornalista Audálio Dantas para denominar o conteúdo contra Getúlio Vargas, predominante na maioria dos jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão de grande circulação do país. Dantas (2014) relata que a mídia refletia a ação da elite, formada por conservadores e liberais, que não estavam de acordo com o resultado das eleições, das quais Getúlio Vargas saíra vitorioso com 48% dos votos populares. Dessa forma, houve uma campanha aberta contra o getulismo. Em meio ao embate midiático, a nova publicação do *Última Hora* representava uma opinião diferente à apresentada pela mídia vigente, portanto, uma publicação “revolucionária” na imprensa brasileira. “Mas o impacto de seu lançamento marcaria, também, o início de sucessivas crises políticas que culminariam no suicídio de Vargas e se prolongariam até o golpe militar de 1964.” (DANTAS, 2014, p.59).

O jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, era contrário a maior parte dos donos da mídia vigente, tal comprometida com a queda do getulismo. Consequentemente, as denúncias de que o *Última Hora* tinha favorecimento do governo não tardaram. Principalmente após o financiamento concedido a Samuel Wainer pelo Banco do Brasil. As denúncias tinham como principal objetivo atingir o mandato Vargas, que vinha promovendo e anunciando medidas de base que afetavam os interesses econômicos não apenas midiáticos, mas também das grandes empresas estrangeiras defendidas pelos jornais brasileiros. “Logo as acusações se generalizaram. Falava-se em um ‘mar de lama’ e pregava-se abertamente um golpe contra Getúlio. Em agosto de 1954 evoluía francamente uma conspiração para derrubar o governo.” (DANTAS, 2014, p.63).

Durante o período de 1945 a 1964, a maior parte dos meios de comunicação alinhou-se, em momentos-chave, a posicionamentos contrários ao governo de Getúlio Vargas e que constituíram ações golpistas. A professora Flávia Biroli (2009) percebe que a polarização entre o getulismo e o anti-getulismo sobreviveu ao suicídio de Vargas e esteve relacionado a uma série de elementos que compuseram o debate e os conflitos políticos na

época. Brioli ainda ressalta que quando as críticas se voltaram para o presidente João Goulart, sobrepueram-se o anti-comunismo, o anti-getulismo, a resistência à centralidade cada vez maior dos sindicatos na política também a resistência às mudanças no quadro social e de ampliação das demandas dos trabalhadores.

O suicídio de Getúlio foi classificado pelo autor Werneck Sodré em seu livro “*A História da Imprensa Brasileira*”, publicado em 1966, como uma verdadeira “*blitz*” contra o presidente. Apesar da derrubada de Vargas, a média brasileira não desistiu de derrubar completamente o getulismo. Já no ano seguinte, os jornais se opunham   posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos como presidente e vice-presidente, respectivamente. O argumento difundido pela m dia, denominado de “mentira democrática”, era de que a vitória fora obtida por uma pequena margem de votos. Sodré (1966) afirma que as ofensivas por parte da média, a partir de 1951, contra o Clube Militar, de 1953 contra a empresa * ltima Hora* e, enfim, 1954 contra o governo Vargas foram rigorosamente planejadas e desenvolvidas como parte de um plano maior de liquida o do getulismo.

As iniciativas do golpe continuaram com as posses de Juscelino e João Goulart, que ocorreram no dia 31 de janeiro de 1956. As oficinas da Aeronáutica fizeram duas tentativas fracassadas de subleva o com o objetivo de estabelecer focos de resistência ao governo em lugares remotos da Amazônia, Jacareng , Araraqu as. Outras tentativas se sucederam, principalmente a partir de 1961 com a renúncia de Jânio Quadros   presidência e o movimento das Forças Armadas para impedir que o vice João Goulart ocupasse o mais alto cargo público do país. Simultaneamente às a o es militares, os grandes jornais do eixo Rio-São Paulo também ampliaram o respaldo ao movimento conspiratório. Muitos dos veículos de comunica o participavam ativamente, principalmente *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, além do *Tribuna da Imprensa*, que já havia criado uma forte resistência ao governo.

A tentativa de golpe de Estado em 1961 por parte dos ministros militares que procuravam impedir a posse de João Goulart motivou o desencadeamento de censura à imprensa, com jornais com páginas em branco, uma forma de resistência e de denúncia. Werneck Sodré (1966) analisa que tal censura demonstrou o caráter do golpe daquele ano, tratando-se de um ensaio para o golpe de abril de 1964. Vencido em 1961, o movimento de resistência ao governo retraiu-se e preparou para a nova investida três anos depois e, conseqüentemente, para a vitória do golpe. Sodré ainda afirma:

Em março de 1964, com tudo rigorosamente articulado, no exterior e no interior, deflagrou a preparação publicitária que anunciaria as ações militares: toda a grande imprensa, articulada em coro, participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão. Os editoriais do *Correio da Manhã*, nos últimos dias de março foram esclarecedores até nos títulos: “Basta!” e “Fora!”, indicando ao presidente João Goulart a saída, como se fora ele, não o mandatário do povo, mas empregado relapso. Foi a última “operação” montada pela imprensa empresarial em nosso país. (SODRÉ, 1966, p. 410).

O jornalista Audálio Dantas (2014) explica que ao apoiar o golpe as grandes empresas de comunicação estavam cumprindo com o papel que consideravam legítimo em defesa do capital. A mídia, portanto, tornou-se um poderoso instrumento ideológico na preparação e, mais tarde, no apoio a ditadura militar. Os jornais ajudaram a difundir a ideia de que, além de inepto, João Goulart era um agente da infiltração comunista no Brasil. Na perspectiva propagada pelos meios de comunicação, o novo regime restauraria a “ordem” e protegeria o país do sindicalismo, do comunismo, da subversão de valores e de uma suposta ditadura de esquerda. O jornalista Jânio de Freitas também faz uma análise das ações midiáticas no processo de desestabilização do governo de Goulart com um relato no livro *Memória de Repórter: Lembranças, casos e outras histórias de jornalistas brasileiros*, publicado em 2010. Freitas (2010) ressalta que havia uma multidão de jornais em São Paulo e no Rio e que todos se comprometeram em larga medida com a conspiração e com o regime ditatorial que se consumaria em abril de 1964.

É possível perceber também o apoio dos Estados Unidos no golpe, no contexto internacional da Guerra Fria e do impacto no continente americano da Revolução Cubana e, portanto, da disputa político-ideológica entre partidários do sistema capitalista e socialista no mundo. Sodré (1966) apresenta a atuação de agências de publicidade norte-americanas que atuavam no Brasil. Tais agências eram detentoras de contas de grandes empresas estrangeiras e funcionavam como um instrumento de cooperação midiática por meio da distribuição de verbas publicitárias, de tal forma que jornais, revistas, emissoras de televisão e de rádio foram financiados. Os veículos que se recusavam a participar do esquema de publicações de matérias pagas sem serem caracterizadas como tal, eram discriminados na destinação de verbas publicitárias. O jornal *Última Hora*, assim como alguns outros meios de comunicação, foram apontados como financiadores do comunismo no Brasil por uma lista publicada por um boletim intitulado de Ação Democrática.

A campanha adotada pela maior parte das empresas de comunicação também contribuiu de forma decisiva para o engajamento das classes mais altas, *elite orgânica* de acordo com autor Dreifuss, no movimento que levaria à queda do mandato de João Goulart e ao golpe. As passeatas que antes eram denominadas de Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram noticiadas pelos jornais como Marchas da Vitória dias após a instauração da ditadura militar. Dantas (2014) descreve que a vitória do golpe foi festejada por praticamente todos os meios de comunicação e cita o editorial do jornal *O Globo* do dia 2 de abril como uma síntese da euforia: “Ressurge a democracia!”. O texto ressaltava os “dias gloriosos” que o Brasil estava vivendo graças à intervenção militar. Dantas ainda afirma que as duas principais revistas semanais da época, *O Cruzeiro* e *Manchete*, lançaram edições extras em comemoração à vitória do movimento, então já denominado de “revolução”.

O apoio da grande imprensa não se limitou aos momentos anteriores ao golpe, ela se manteve auxiliando a elite dominante e os militares por muitos anos no período da ditadura militar, ainda que em alguns momentos, sobretudo ao fim do regime ditatorial, tenha assumido posturas mais críticas contra as medidas tomadas pelos militares. Foi mantida uma relação de troca de favores entre os meios de comunicação e os militares. Castro (2002) disserta que as concessões de rádio e TV só eram feitas aos grupos que apoiavam a ditadura abertamente. Quando o ministro das telecomunicações do regime ditatorial de Geisel, Euclides Quandt Cunha, negou a concessão de uma emissora de TV em João Pessoa à Rede Globo alegando que o grupo já tinha muitas emissoras de rádio e TV e isso representava um perigo, pois Roberto Marinho poderia monopolizar o setor de telecomunicações, esse recorreu a Golbery do Couto e Silva, então ministro da Casa Civil, e a outros ministros alegando que vinha dando total apoio ao governo e por isso o crescimento da emissora também deveria ser apoiado.

Anos depois da instauração da ditadura militar, o jornal *O Globo*, de Roberto Marinho, ainda ressaltava o apoio ao movimento. Na edição datada de 7 de outubro de 1984, citada no tomo nº 1 da obra *1964-31 de março: o movimento revolucionário e sua história* o meio de comunicação alega abertamente a participação do golpe de 64, identificando o evento como uma revolução carregada de anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves e desordens sociais. O jornal ainda ressalta o apoio às ditaduras militares desde os primeiros passos de correção de rumos, exacerbando o caráter de que as o exército brasileiro é uma força que surge para resgatar o país da desordem e da crise política.

Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, deserdem social e corrupção generalizada. ... Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso, desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente. ...Sem povo não haveria revolução, mas apenas um “pronunciamento” ou um “golpe” com o qual não estaríamos solidários (GLOBO Apud, MOTTA, 2003, p.76).

A ditadura militar instaurado foi caracterizado, ao longo dos anos, pela censura, violência e perseguições contra participantes do governo deposto e cidadãos acusados de atividades esquerdistas. A mídia, durante o período de ditadura, noticiava sobre as medidas de arbítrio, mas se mantinha em silêncio sobre as ameaças que pesavam sobre o país regido pela ditadura militar. Poucas exceções tentaram expor os métodos extremos dos militares, como o *Correio da Manhã*, que antes havia pregado contra João Goulart, assumiu, então, o papel de informar sobre os atos violentos dos golpistas. Dantas (2014) expõe que os meios de comunicação assumiram um papel dúbio na época, sendo que, na maior parte das vezes, foram favoráveis ao regime ditatorial ou fizeram uso da autocensura e de suposta neutralidade. Dantas ainda ressalta que apenas alguns casos como o *Estado de S.Paulo* e o *Correio da Manhã* reagiram às ações autoritárias dos militares, no entanto a maioria se autocensurou, não apenas por temor de represálias, mas por apoiarem a ditadura.

Presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo em 1975, pude constatar que a omissão da informação era a praxe na grande imprensa. Antes do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em dependência do II Exército, em São Paulo, os militares da extrema-direita haviam desfechado uma operação de caça a jornalistas acusados de subversão. Em notas sucessivas, enviadas às redações, o Sindicato denunciava as prisões. Raramente essas notas eram publicadas; nenhum jornal ousou perguntar nada além daquilo que constatava nos comunicados. Nada era apurado, nada era investigado. (DANTAS, 2014, p. 71).

Apenas com a morte de Vladimir Herzog em 1975 é que a situação de autocensura midiático passou a se modificar, principalmente os jornais *Estado de S.Paulo* e o *Correio da Manhã*, que já estavam livres de censura prévia, passaram a noticiar o caso e até mesmo a condenar a violência exercida pelos militares. Os demais jornais ainda tomavam medidas cautelosas e privilegiavam os comunicados oficiais do governo ditatorial, que ofereciam a versão de suicídio para a morte do jornalista. Sodré (1999) afirma que, apesar da versão dos militares ter sido muito difundida por vários meios de comunicação, o caso de Herzog contribuiu para a mudança da censura e da autocensura nas redações e, principalmente, pela

substancial mudança na linha editorial da *Folha de S.Paulo*, jornal este que também mantinha a *Folha da Tarde*, com opiniões completamente distintas da principal publicação da empresa. Dantas (2014) analisa que, a partir da tragédia de Herzog, outros grandes jornais também passaram a dedicar espaço para informações da sociedade civil, pois tal se organizava em movimentos contra o governo. E de tal forma as empresas de comunicação perceberam que a informação difundida já não era aceita pela falta de credibilidade.

Neste capítulo, buscou-se o esclarecimento com relação à participação não apenas militar, mas da sociedade em largos setores no golpe militar e posteriormente aos anos de ditadura. Percebe-se aqui que a *elite orgânica* teve um grande papel de sustentação da ditadura militar. Atualmente, mesmo que sob um sistema democrático e mesmo que a verdade acerca do período ditatorial esteja sendo exposta por iniciativas como a Comissão Nacional da Verdade, é possível perceber o apoio às Forças Armadas por uma parcela da população. Para uma maior compreensão, será necessário um estudo sobre a memória e como esta é formada em um indivíduo e também na sociedade. O tópico a seguir foi dedicado à exposição de estudos sobre a memória no intuito de compreender e perceber como a memória sobre a ditadura militar foi construída ao longo dos anos.

3 A QUESTÃO DA MEMÓRIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A questão da memória perpassa diversos campos do saber e, apesar de tão antiga quanto a poesia homérica, a memória assume hoje traços muito específicos. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, a sociedade atualmente não está mais inserida em uma tradição de comunidade oral, comunitária e de comunicação direta, portanto, inventaram-se novas estratégias de conservação e mecanismos de lembrança. Conceitualmente, é possível tomar como ponto de partida do estudioso francês Maurice Halbwachs, como o primeiro sociólogo a resgatar o tema da memória para o campo das interações sociais. Halbwachs (2003) aponta a importância da criação de museus e centros de memória, recolhimentos de fotografias, documentos, resquícios do passado; edições de livros e publicações especiais comemorativos; produção de imagens em vídeo e filme. Tudo com o intuito para garantir o não esquecimento. Pois, se por um lado, há uma tendência de documentação pelo desejo de guardar vivências, por outro há acontecimentos que marcam a história e que, conseqüentemente, exigem o não esquecimento.

Para Maurice Halbwachs, por mais que tenhamos a percepção de ter vivenciado eventos e contemplado o que somente nós vimos, ainda assim nossas lembranças permanecem coletivas e podem ser evocadas por outros. Isso porque, como afirma o autor, jamais estamos sós, mesmo quando os outros não estejam fisicamente presentes, pois os carregamos conosco em pensamento. “Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (HALBWACHS, 2013, p. 31). Contudo, para que se possa recordar de um acontecimento passado, não basta que ele seja evocado por outros para que possamos lembrá-lo. É preciso que o indivíduo traga consigo uma espécie de semente de rememoração para que todos esses conjuntos de testemunhos exteriores se transformem numa massa consistente de lembranças. Quando ocorre de não ser possível recordar de um evento narrado por aqueles que também estiveram presentes na ocorrência do evento, nota-se que um elo se rompeu entre o grupo ao qual se faz parte.

Michael Pollak também faz um estudo sobre a memória na sociedade, ao propor a memória como uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer guardar. Pollak (1989) ainda ressalta que a memória integra-se em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletivos, tais como partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, famílias, comunidades, nações, categorias profissionais entre outros. O autor ainda pontua que a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar dentro dessa sociedade.

É possível notar que a imprensa, frequentemente, desenvolve trabalhos que fazem releituras de fatos históricos no intuito de levar ao público novas versões e sentidos sobre um determinado ocorrido ou de reforçar antigas percepções já preestabelecidas. Observa-se esse fato pelo grande número de publicações sobre guerras, golpes de Estado e crises da sociedade contemporânea, ou seja, o jornalismo também toma para si o papel de rememoração. No presente trabalho, destaca-se, portanto, o papel da imprensa na reconstrução de discursos sobre os acontecimentos passados, uma vez que, ao noticiar e retratar um passado, novas ou antigas percepções podem ser retomadas.

3.1 A MEMÓRIA COLETIVA E A MEMÓRIA INDIVIDUAL

Entre os diversos campos de conhecimento, passando da Neurociência e até mesmo as Ciências Sociais, a memória constitui um papel fundamental na construção das relações sociais e políticas. Em sentido amplo, constrói um dos elementos essenciais no entendimento do cenário político, tendo em vista que é somente a partir do compartilhamento de experiências e do intercâmbio de relatos comuns sobre as experiências do passado e, em outras palavras, vivenciadas, que se podem projetar para o futuro os planos de ação coletiva com vistas à organização da sociedade. As relações entre sociedade e memória são o centro do pensamento do precursor Maurice Halbwachs, pois o autor apresenta a distinção da memória em duas instâncias: coletiva e individual, sendo a memória coletiva um conjunto de memórias individuais, mas que não se confunde com as memórias individuais. Ao introduzir suas observações sobre memória coletiva e memória individual, o sociólogo observa que “apelamos aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma” (HALBWACHS, 2003, p. 27).

Em sua obra, Halbwachs apresenta a afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, no momento em que as lembranças se constituem a partir de um grupo, do meio social. Em sua análise da memória coletiva, o autor ainda enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam a memória de forma a inseri-la na memória coletiva de uma sociedade. É possível destacar os monumentos, que se tornam patrimônios arquitetônicos pelo estilo e peculiaridade, assim como as paisagens, as datas e personagens históricas, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore, a música e até mesmo tradições da culinária de um povo. Esses diferentes pontos de referência estão intensamente presentes na vida individual e social em uma comunidade, que, de certa forma, tornam-se indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo. Pollak (1989) salienta que a memória é estruturada de acordo com hierarquias e classificações, como os apontamentos de Durkheim, e, ao definir o que é comum a uma determinada sociedade e o que a diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras tanto sociais quanto culturais. Halbwachs (2003) ainda interpreta a memória coletiva como aquela formada pelos integrantes de um grupo, um conjunto ou uma sociedade e que compartilham relatos comuns sobre um passado, havendo uma troca, um intercâmbio de memórias individuais acumuladas.

A memória individual está, portanto, enraizada em diferentes contextos, com a presença de diversos participantes. Halbwachs (2003) aborda que isso faz com que haja uma transposição da memória de natureza pessoal para se converter em um conjunto de acontecimentos compartilhados por um grupo, de modo que a memória passa de individual para coletiva. O autor ainda percebe que há, conseqüentemente, uma relação intrínseca entre a memória individual e a memória coletiva, visto que não será possível ao indivíduo recordar de lembranças de um grupo ou meio social com o qual suas lembranças não se identificam.

Nesse sentido, a memória de um indivíduo é constituída por uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e, conseqüentemente, sofre influência, considerando assim todos os meios sociais. Halbwachs (2003) considera que o indivíduo participa de dois tipos de memória (individual e coletiva), na medida em que o funcionamento da memória individual não é possível sem a memória coletiva, que são as palavras, acontecimentos e as ideias, que o indivíduo não inventou ou presenciou, mas que toma emprestado do ambiente ao qual está inserido. Ao mesmo tempo, o autor aborda a ideia de que na base de qualquer lembrança há também um estado de consciência puramente individual. Tal estado permite a reconstrução do passado de forma que haja particularidades nas lembranças individuais. Portanto, ao fazer parte de um grupo, o indivíduo mantém suas particularidades e consegue distinguir suas lembranças das demais.

Ainda assim, as memórias individuais são constantemente afetadas pela memória coletiva para que haja a localização de fatos individuais no tempo e no espaço. Halbwachs (2003) afirma que a memória coletiva é aquela formada pelo indivíduo situado em um grupo de referência, que pode ser entendido como aquele em que o indivíduo compartilha um passado e uma identificação. O autor ainda conceitua que a memória individual é fortemente influenciada por aqueles que testemunharam os fatos narrados ou deles participaram. Em sua tese, a professora Maria Luisa Sandoval Schmidt (1993) complementa que não é preciso haver, necessariamente, uma presença física, mas apenas a expectativa de retorno às origens do grupo. A autora ainda ressalta que a memória coletiva realiza-se quando articulada por um grupo de referência que localiza as lembranças em situações sociais comuns. O que resulta em uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas, conteúdo da memória coletiva.

Nota-se também que a memória coletiva engloba a memória do grupo e cada componente desse grupo com ela se identifica. O grupo é portador da memória e esta é consensual mediante as relações que se estabelecem dentro do próprio grupo. É no contexto

dessas relações que construímos as nossas lembranças e elas estão impregnadas das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos em presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado de experiências (HALBWACHS, 2003).

A memória coletiva é, portanto, parte fundamental para a coesão social. Halbwachs (2003) percebe que a memória coletiva ocorre não por meio da imposição, mas pela adesão afetiva, a partir da qual os membros de um grupo compõem a sua memória sobre algo passado que lhes é comum. A memória deve ligar-se aos contextos sociais que serviram de base para sua construção. Desta forma, a memória individual entrelaça-se de maneira indissociável à existência social da qual faz parte. No discurso da memória, passado e presente se intercambiam, no esforço de manter o passado presente. A construção da memória coletiva torna-se, portanto, base da coerção social, pois não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

É possível perceber que um indivíduo se lembra de acontecimentos ocorridos no seu país, na sua comunidade, grupo ou sociedade, ao longo de sua vida. No entanto, muitos desses ocorridos só se é conhecido através de jornais, relatos de outras pessoas que testemunharam etc. Portanto, é possível notar a importância do grupo na transmissão e formação da memória individual, que é diretamente afetada pela memória coletiva:

“Durante o curso de minha vida, o grupo de que fazia parte foi o teatro de certo número de acontecimentos, dos quais digo que me lembro, mas que não conheci senão pelos jornais ou depoimentos daqueles que deles participaram diretamente. Ocupam um lugar na memória da nação. Porém eu mesmo não os assisti. Quando os evoco, sou obrigado a confiar inteiramente na memória dos outros. [...] Uma memória emprestada, que não é minha. [...] Por uma parte de minha personalidade, estou engajado no grupo, de modo que nada do que nele ocorre, nada do que o transformou antes que nele entrasse me é completamente estranho. Mas se quiser reconstituir em sua integridade a lembrança de tal acontecimento, seria necessário que juntasse todas as reproduções deformadas e parciais de que é objeto entre os membros do grupo.” (HALBWACHS, 2003, p. 72).

Através da passagem, é possível perceber que, segundo Halbwachs, a memória individual limita-se no espaço e no tempo, o que ocorre, portanto, uma dependência daquilo

que é contado para a formação de uma opinião a respeito de um acontecimento. O autor ainda ressalta que o mesmo ocorre com a memória coletiva, mas se amplia os limites de espaço e tempo. Halbwachs (2003) também faz uma comparação entre o sentido da Memória e da História na interpretação de fatos contemporâneos à existência do indivíduo. Segundo o autor, há sempre a possibilidade de um indivíduo de se informar sobre um acontecimento a partir de notícias, relatos, leituras etc., mesmo quando um evento ou outro passa despercebido pelo cidadão. Já o conceito de História, por sua vez, contém apenas datas associadas a acontecimentos definidos. De acordo com Halbwachs, a história toma os acontecimentos de uma forma menos complexa ao colocar os fatos em sequências inteligíveis e sem levar em consideração a multiplicidade e a simultaneidade de nuances.

Para Halbwachs, a memória coletiva desempenha um papel de importância nos processos históricos, uma vez que ela atribuiu vitalidade aos objetos culturais e destaca momentos históricos significativos. Dessa forma, a memória coletiva preserva o valor do passado para os grupos sociais. O autor ainda ressalta que a memória coletiva torna-se guardiã de dos objetos culturais que atravessam os tempos e que podem vir a se constituir em fontes para pesquisas. O estudioso Franco Cardini sintetiza o conceito de Halbwachs sobre o papel da memória nos processos históricos:

A grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, re-funda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido (CARDINI, 1993, p.12).

Para complementar o conceito de memória coletiva nos processos históricos, o professor Andreas Huyssen percebe que a memória coletiva de uma sociedade é contingente e instável. Ou seja, ela nunca é permanente em sua forma, pois está sempre sujeita à reconstrução e negociação no que diz respeito às crenças, valores, rituais e instituições de uma sociedade. O autor ainda ressalta a importância de se compreender a característica mutante e instável da memória, que é afetada em todos os momentos por fatores externos que constituem uma sociedade. Huyssen (2000) aponta ser insustentável a ideia de crença equivocada de que seria possível uma memória fundamentalmente pura, completa e transcendente, uma vez que a vontade social presente impacta de forma inevitável sobre o que e como lembramos.

Portanto, é indispensável perceber o aspecto mutante de toda memória, pois ela passa pelos constantes processos de negociações, como afirma Michael Pollak. Em sua obra, Pollak (1989) apresenta não apenas a seletividade de toda memória, mas também a importância do processo de "negociação" para conciliação de memória coletiva e memórias individuais. O autor observa:

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum. (POLLAK, 1989, p.3).

A memória individual tem como função de selecionar aquilo que é lembrado e/ou esquecido e está sujeita a traumas que podem gerar o esquecimento. Huyssen (2000) aponta a importância do passado na construção de identidades e uma visão do futuro, dessa forma, a rememoração promove uma conexão com o passado. O autor também afirma que as formas de lembrar um acontecimento definem os indivíduos no presente. A memória é seletiva, uma vez que reúne experiências, saberes, sensações, emoções e sentimentos que, por um motivo ou outro, se escolhe para guardar. Vera Alberti aponta a memória como essencial para um grupo:

A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela é o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de experiência, isto é, de identidade (ALBERTI, 2005, p. 167).

Conforme o que foi exposto anteriormente, pode-se dizer que a construção da memória reúne a memória individual a traços da memória coletiva, juntamente com exclusão provocada pelo esquecimento. De tal forma que o esquecimento, assim como a lembrança, constitui da memória, uma vez que a seleção do que é lembrado ocasiona, conseqüentemente, a exclusão de fatos que podem alterar pontos de vista no futuro. Os não ditos podem ser tão significativos como aquilo que é explícito socialmente, como é demonstrado no próximo tópico.

3.2 SILÊNCIO, ESQUECIMENTO E O NÃO DITO

Como visto anteriormente, não há memória sem mudança ou esquecimento. É possível dizer que, muitas vezes, há memórias que são omissas, quando o esquecimento é intencional. Portanto, a memória não é a capacidade de guardar e acumular informações e lembranças com precisão, mas sim o processo de reelaboração de informações e experiências de vida. Muitos são os fatores que interferem no processo de reelaboração, que leva aos esquecimentos e omissões, ideias preestabelecidas de traumas, classe social, etnia, gênero, disponibilidade de documentos e formas de transmissão da memória etc. O caráter mutante da memória permite diversas formas de lembrar, novas, revistas ou mesmo o reforço de antigos conceitos, como Huysen conceitua o esquecimento. O autor ainda esclarece que a memória depende do distanciamento e desse esquecimento para que haja manifestação, pois gera a possibilidade de contestação a partir de novas perspectivas, o que é apontado como a força constitutiva da memória.

O conceito também é abordado pela psicóloga Éclea Bosi. A autora afirma que o esquecimento é uma parte da construção da memória, como explica:

Quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá a este acontecimento. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais (BOSI, 2003, p. 21-22).

Como exposto, os membros de uma sociedade muitas vezes tomam os discursos dominantes como verdades de um determinado momento histórico. O antropólogo Marc Augé também trabalha nessa linha de estudo, pois entende que as “narrativas são sempre o fruto da memória e do esquecimento, de um trabalho de composição e recomposição que traduz a tensão exercida sobre a interpretação do passado pela expectativa do futuro” (AUGÉ, 2001, p. 49).

Michael Pollak (1989) aponta para uma rachadura entre a memória oficial e dominante e “*memórias subterrâneas*”, que são marcadas pelo silêncio, silenciamento, quando há um “silêncio” e um esquecimento proposital, pelo não dito. De tal forma que essa ruptura pode aparecer não apenas nas relações entre um Estado dominador e a sociedade civil, como também entre a sociedade majoritária e grupos minoritários, o que o autor também aponta como processos de dominação e submissão da memória. O autor ainda ressalta que são

lembranças “proibidas”, “indizíveis” ou “vergonhosas” que muitas vezes se opõem à memória coletiva de uma sociedade.

A análise da memória faz com que se reconheça que há, como consequência do ato de lembrar, também o esquecimento, os silêncios e os não ditos. Eni Orlandi (1999) disserta que o silêncio pode ser entendido por duas faces diferentes: a primeira como silêncio “imposto”, ou seja, uma forma de dominação em que há uma exclusão do sujeito, sem voz e sem sentido; o segundo é o silêncio “proposto”, que se apresenta como uma forma de resistência, ou de defesa e proteção. A autora ainda aponta o silêncio como uma falha na comunicação, na emissão do que se tem a intenção de comunicar e que é por ela denominada de ruptura. Dessa forma, esses diferentes modos de abordar a temática do silêncio remetem aos sentidos do silêncio, presentes no não dito e seus processos de constituição da memória. O silêncio e o não dito, portanto, são significados pela ausência, em que todo o dizer possui uma relação com o não dito.

O esquecimento pode ser uma opção de restringir ao que é lembrado certos fatos ou informações a respeito de um acontecimento. Mas também pode ser o resultado de uma ação deliberada de ocultamento. Diante dessa dupla possibilidade, pode ser útil a proposta do estudioso Peter Burke, em seu livro *Variedades de história cultural*. Ao examinar a organização social, Burke (2000) propõe perceber como se é feito o esquecimento, a exclusão, supressão ou repressão na sociedade e aborda a questão de *quem quer que quem esqueça o quê e por quê*. O autor aponta essa como a fórmula da amnésia social, dos atos de esquecimento e silenciamento. Na disputa pelo que será lembrado, é possível pensar nas “memórias subterrâneas”, que expressam as memórias dos excluídos da memória oficial.

Johann Michel em seu texto “*Podemos falar de uma política do esquecimento*” (2010) aborda o esquecimento através da omissão, que seria aquele retratado como “descartes funcionais” tanto na memória do indivíduo quanto na sociedade. O autor ainda aborda o conceito de negação, que ao contrário dessa atuação do descarte involuntário, é considerada uma patologia no âmbito da memória, ligada aos traumas que não foram superados e que também não ficam na esfera do inconsciente. O autor percebe a manipulação do esquecimento como fortemente marcada pela ação de setores públicos que se encarregam de transmitir a memória oficial da sociedade.

Ao se entender que memória e esquecimento são conceitos complementares, é possível entender que é no processo de formulação das memórias que se observa o

esquecimento de outras. Portanto, o esquecimento constitui, na verdade, uma etapa da lembrança, dessa forma, percebe-se também que o esquecimento também pode ser usado a partir de interesses de setores da sociedade, bem como a memória. É o autor Michel (2010) que aponta para a possibilidade de esquecimentos que são usados ou que são usáveis para determinados fins, o que ele chama de instrumentalização de esquecimento. Ou seja, o ato de esquecer algo se torna uma conveniência, uma opção, que resulta de uma ação consciente de alguém ou de um setor da sociedade. O conceito aqui abordado pode ser apontado como diferente de desconhecer ou de sofrer um esquecimento induzido.

No Brasil, assim como em diversos países da América Latina, durante o processo de redemocratização, foi decretado a Lei da Anistia, o que permitiu a reintegração dos antigos opositores à ditadura militar, mas que também evitou o julgamento dos responsáveis por torturas e outros crimes aos direitos humanos. Apenas nos últimos anos, esses pactos formados começaram a ser revistos. Em 2006, pela primeira vez no país, vítimas de sequestro e tortura durante o regime ditatorial, questionaram a lei de Anistia, decretada em 1979. Apesar de muitos movimentos a favor da indenização de vítimas de tortura, bem como da revisão desse período no país, é possível notar que a instalação da Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2012, foi um fator de importância no rompimento com silêncio sobre ditadura militar no Brasil.

A memória coletiva é construída a partir de uma base comum presente nos grupos a que diz respeito. Neste processo algumas partes são relegadas, a fim de construir-se a impressão de unidade a partir de uma memória comum. Na década de 1970, a Lei de Anistia, conjugada à abertura “lenta, gradual e segura”, contribuiu para uma normalização da vida social e política brasileira. A Lei instituiu a imposição do esquecimento e o silenciamento dos crimes de tortura por parte da ditadura militar. Na obra *Para uma crítica do presente*, Cardoso (2001) aponta que a Lei da Anistia permite o esquecimento ou diluição da memória coletiva, do terror implantado pela ditadura militar, de tal forma que essas realidades passam a ser consideradas inexistentes pelos “assassinos da memória”. O que, de certa forma, contribui para o reforço da memória, perpetuado também pela elite, de que a ação militar foi necessária durante a época para impedir as “forças comunistas” de assumirem o poder do governo brasileiro.

O jornalista Elio Gaspari (2002), em seu livro *A Ditadura Envergonhada*, escreve sobre o percurso de ditaduras militares em todo o mundo. É possível perceber que o autor

expõe, em vários momentos, que as épocas de regimes ditatoriais e repressivos são pouco esclarecidas para a população porque as Forças Armadas procuram preservar suas virtudes, colocando-se acima de partidos políticos e dos civis. A redemocratização do Brasil começa a ocorrer antes do movimento das “Diretas Já”, em que o povo foi para rua reivindicar o direito à democracia. Tal como foi o caso da suspensão da censura à imprensa, que teve seu início em 1974 e teve uma conclusão oficial em 1988 por parte do governo. É, portanto, válido discutir as considerações feitas por Andreas Huyssen sobre a questão da memória e do esquecimento, em que o autor afirma que há consequências para a sociedade no momento em que também há a instrumentalização da memória e do esquecimento no domínio público. Huyssen (2000) aponta que até essas formas, mesmo que desejáveis, de esquecimento na política também resultarão em distorções no âmbito da memória social. Ao rememora fatos do passado, a imprensa, portanto, pode contribuir abrir espaço para uma discussão interrompida ou reforçar antigos conceitos já estabelecidos.

Paul Ricoeur (2007) também faz um estudo acerca da memória e esquecimento ao apresentar três conceitos sobre a temática: a memória impedida, a memória manipulada e o esquecimento comandado. A primeira, memória impedida, tem relação com o inconsciente exposto por Freud, em que há repetição de experiências traumáticas que não foram solucionadas pelo luto, dessa forma ocorre, o esquecimento. A memória impedida está diretamente ligada aos impedimentos que não permitem que novas lembranças venham à consciência, o que impede também que novos sentidos sobre o passado sejam percebidos. A memória manipulada está diretamente ligada à narratividade, no momento em que são seletivas e implicam na seleção daquilo que é lembrado e esquecido. Já o último conceito, portanto, o esquecimento comandado, se configura em atos institucionais, que impõe determinado esquecimento.

Como exposto anteriormente, em suas pesquisas, o jornalista Elio Gaspari (2002) faz um percurso da ditadura militar no Brasil. O autor expõe em vários momentos como foi efetuado um processo de apagamento e silenciamento da memória da ditadura militar, bem como o esquecimento provocado, como uma medida formal da Lei da Anistia. A professora Lucília Delgado (2010) ainda ressalta que a imprensa teve um papel fundamental no esquecimento e silenciamento da ditadura militar ao não publicar informações sobre o regime ditatorial e a época, o que inclui o paradeiro do presidente deposto João Goulart. Segundo a professora, essa medida foi feita no intuito de preservar a memória das Forças Armadas, já

que o nome João Goulart remetia e rememorava o autoritarismo do golpe e da ditadura que se instalou em seguida.

Dessa forma, observa-se que o esquecimento também é um elemento que constitui a memória, a qual pode sofrer alterações ao longo do tempo devido ao silenciamento de determinados acontecimentos passados. O silêncio é responsável por gerar a anulação de certas circunstâncias, o que, conseqüentemente, afeta diretamente a construção da memória que se tem relacionada ao fato. No entanto, ainda que haja compreensão e o desenvolvimento da memória e a importância que o esquecimento tem em sua formação, pergunta-se qual a função da memória no campo da Comunicação? O próximo tópico, portanto, tem como objetivo analisar o papel dos meios de comunicação ao resgatar eventos passados.

3.3 QUANDO A MEMÓRIA É RESGATADA PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A mídia ocupa um papel de destaque no jogo de construção das identidades sociais da sociedade contemporânea e até mesmo no movimento constante de fluxos e interações. Nesta perspectiva, percebe-se que os meios de comunicação se instauram em um importante “lugar de memória”, como foi apontado pelas teorias de Halbwachs no tópico, percebe-se que a memória é essencialmente coletiva e social. No entanto, a memória também está passível a confrontos e negociações, como indica Pollak, o que se conclui é que memória representa identidade. A imprensa, ciente ou não, trabalha com esse elemento no momento em que rememora um fato e constrói ou reforça novas perspectivas sobre esse mesmo fato. Desta forma, é fundamental em estudos que percebem esta problemática, saber em que medida os atores envolvidos nas negociações das lembranças e esquecimentos acabam ou não por utilizar uma política da “justa memória”, questão que está condicionada a usos, abusos e manipulações apontadas por Ricoeur (2007) no tópico anterior.

De acordo com o autor Huyssen (2000), a memória como uma das preocupações das sociedades ocidentais constitui-se como um fenômeno político e cultural surpreendente, uma vez que privilegia o distanciamento permitido pelo tempo. Dessa forma, o papel da memória, assim como a história, é o de reivindicar o passado e acreditar ter sua própria verdade sobre um acontecimento. É interessante, no entanto, observar que, para o autor, o enfoque que se dá a memória e ao passado na atualidade pode ser um paradoxo:

A acusação é feita através de uma crítica à mídia, a despeito do fato de que é precisamente essa, desde a imprensa e a televisão até os CD-Roms e a internet, que faz a memória ficar cada vez mais disponível para nós a cada dia. Mas e se o aumento explosivo de memória for inevitavelmente acompanhado de um aumento explosivo de esquecimento? E se as relações entre memória e esquecimento estiverem realmente sendo transformadas, sob pressões nas quais as novas tecnologias de informação, as políticas midiáticas e o consumismo desenfreado estiverem começando a cobrar seu preço? (HUYSSSEN, 2000, p.18).

A escritora argentina Beatriz Sarlo (2007), em seu livro *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*, salienta os pontos de vista presentes no lado da história e da memória:

[...] o passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade) (SARLO, 2007, p.9).

Dessa forma, a autora percebe que os adeptos do estudo da memória acreditam que é necessário considerar os direitos de vida, de justiça e de subjetividade no registro do passado. Já a História, como aponta Boppré (2008) apresenta-se estruturada como disciplina acadêmica, dispondo de teorias e metodologias próprias, que supostamente são mais “confiáveis” para retratar o passado. O professor e jornalista Márcio Serelle (2009) cita que os depoimentos de memória tornaram-se frequentes entre os meios de comunicação, seja através de entrevistas com terceiros ou relatos feitos pelos próprios jornalistas. O autor ainda percebe que esses depoimentos são capazes de formar novas percepções dos acontecimentos de acordo com o contexto em que estão envolvidos. Percebe-se que o depoimento é capaz de reconstituir detalhes que os sentidos objetivos deixam escapar, o que faz com que haja, em muito dos casos, uma intervenção na realidade imediata.

De acordo com Márcio Serelle (2009) a chamada “guinada subjetiva”, proposta pela autora Beatriz Sarlo, pode ser compreendida como o momento cuja utilização de depoimentos com caráter memorialístico passou a integrar, em muitos casos até mesmo substituir, a história. Pode-se complementar o pensamento quando Sarlo (2007) aponta essa guinada como o ponto de inflexão na metodologia das Ciências Humanas. A autora ainda afirma que o conjunto de inovações e a atual tendência do mercado de reconstituição dos sentidos da vida e a verdade abrigada na rememoração da experiência, possibilitam a

revalorização do ponto de vista, criando um terreno propício à valorização da memória e da subjetividade.

Nesta pesquisa, busca-se entender como a imprensa, apontada como ambiente de retomada das memórias individuais e coletivas, é capaz de dar novos significados sociais a partir da utilização da memória discursiva de seus textos. Percebe-se então que quando o jornalismo rememora fatos do passado e traz novas verdades ao público os meios de comunicação podem ser fiéis ou não à verdade, servir à indústria cultural ou à utilidade pública, garantir que a história seja alterada ou apenas reafirmar antigas inverdades, como questiona Christa Berger. Baudrillard (1997) percebe que o jornalismo pode, ainda, diluir a história, fazendo-a perder seu valor e poder. Christa Berger (2005) também chama a atenção para posicionamento mais extremo dos estudos sobre Comunicação, no qual a imprensa pós-moderna é retratada como aquela que dá prioridade ao imediatismo em detrimento à apuração dos fatos. Baudrillard expõe sobre a crítica ao jornalismo:

Logo, nada mais de critérios de verdade ou de objetividade, mas uma escala de verossimilhança. Lançada a informação, enquanto não for desmentida, será verossímil. E, salvo acidente favorável, nunca sofrerá desmentido em tempo real; restará, portanto credível. Mesmo desmentida não será nunca mais falsa, porque foi credível. Contrariamente à verdade, a credibilidade não tem limites, não se refuta, porque é virtual (BAUDRILLARD, 1997, p. 60).

A utilização do termo rememoração, apresentada por Paul Ricoeur também possui grande importância em estudos de memória. O autor disserta que a rememoração pode ser vista como um ato livre e individual, uma vez que o uso crítico da memória implica também em um corte com um modo instituído de ver a si mesmo. Dessa forma se instaura, ao mesmo tempo, a possibilidade de um olhar diferente sobre sua própria história. Esse novo olhar sobre um ocorrido pode acontecer também de forma coletiva. O papel da imprensa na rememoração de acontecimentos passados é debatido por Christa Berger (2005) que informa que o trabalho da memória na cultura de massa é o de acrescentar novas questões e interrogações sobre o passado. Para Halbwachs (2003), existe uma complexidade de se rememorar em uma sociedade, pois o papel da memória numa cultura é determinado por uma rede discursiva que envolve diversos fatores, tais como rituais e míticos, históricos, políticos e psicológicos.

O ato de rememorar é influenciado do presente, já que as memórias, tanto individuais quanto coletivas, são modificadas através das perspectivas do momento atual. Investigar o conceito da memória nas publicações jornalísticas auxilia a pesquisa acadêmica a

quantificar e qualificar como a imprensa atinge uma nação quando aborda os fatos históricos de uma sociedade, pode-se perceber se a imprensa ajuda a criar uma nova interpretação ou reiterar percepções passadas. Para que se entenda a relação entre mídia e memória, parte-se, portanto, do conceito de “lugares de memória”, proposto pelo autor Pierre Nora. Nora (1993) afirma que os lugares de memória nascem da consciência de que não há memória espontânea, ao que agregamos a dialética do lembrar/esquecer, sendo necessária a criação de arquivos. Esses arquivos são caracterizados pela significância material, funcional e simbólica e podem ser variados, desde registros escritos a datas comemorativas, celebrações e símbolos, até museus, bibliotecas obras de arte.

Dessa forma, no momento em que há essa forte tradição da memória, enquanto processo experimentado e vivenciado coletivamente, também há a necessidade de criação de marcos para que a memória fique registrada. Os meios de comunicação estabelecem-se no espaço de sociabilização, ou seja, não se pode ignorar, portanto, a imprensa como espaço de lugares de memória, de exercício de identidade, de rememoração e de arquivo da sociedade. A mídia atua, então, no sentido de multiplicar os lugares de memória e também se constituiu como um lugar de memória. Neste contexto em que a mídia contribui para a rememoração de um fato, é possível perceber a função de rememoração do jornalismo, que também é responsável por selecionar o que será ou não lembrado. A pesquisadora Marialva Barbosa (1996) aponta que os jornais, ao atuar na seleção e determinação do que se deve lembrar e do que se deve esquecer, tornam-se “senhores da memória”.

Pode-se dizer, portanto, com base nos conceitos expostos por Nora, que os meios de comunicação podem ser considerados como “locais de memória”. Além disso, conforme observado, pode-se afirmar que a imprensa consiste em uma ferramenta capaz de resgatar situações passadas que foram esquecidas ao longo do tempo nos mais diferentes indivíduos e/ou grupos sociais. Percebe-se esse fator principalmente quando há uma “quebra do silêncio” que há muito tempo permeava certos fatos ocorridos e de grande relevância histórica, como no caso da ditadura do Brasil.

Le Goff (1990), ao longo da história, investiga a ênfase e o investimento do poder na constituição das “memórias coletivas” concretas, que são consideradas documentais ou midiáticas. O autor percebe a memória coletiva como um instrumento e um objetivo de poder, que inicialmente foi estabelecida como uma “memória coletiva escrita”. Ao referir-se à sociedade contemporânea, Le Goff ainda apresenta a ideia de “novos arquivos (arquivos orais,

arquivos do áudio-visual)”, como os “novos utensílios de produção desta memória (*coletiva*), nomeadamente o rádio e a televisão” (GOFF, 1990, p. 46, 47).

Halbwachs (2003) exemplifica o papel dos meios de comunicação na formação de memórias ao expor, como citado anteriormente, o caso de um indivíduo que se envolve em inúmeras obrigações e se torna incapaz de acompanhar o que acontece em seu meio social. Em um dado momento, esse indivíduo tem o desejo de contextualizar e recorre a um determinado meio de comunicação para compreender o que acontece à sua volta. Nessa ocasião, ele cria memórias sobre um fato, que são mediadas e carregadas pelo discurso promovido por aquele veículo de comunicação, bem como dos interesses defendidos pela empresa gestora do jornal.

A memória, portanto, é um processo de produção de sentido, os fatos do passado são sempre recordados dependendo do significado e do grau de importância que possuem para quem os recorda. O jornalismo, como um instrumento de destaque nessa produção de sentidos sobre a realidade social, sofre diversas influências, dependendo das condições específicas de cada contexto e de cada veículo em que atuam os profissionais.

Dessa forma, percebe-se que a rememoração promovida pelo jornalismo atende tanto aos critérios e posicionamentos, quanto à vontade da sociedade pós-moderna de revisitar o passado e de valorização da memória. Assim como propõem os estudiosos Huyssen e Halbwachs, a busca pela memória promove e evidencia as qualidades e os erros cometidos no passado e auxilia a formação de consciências e novos sentidos para as gerações futuras. Portanto, o capítulo seguinte tem como objetivo perceber os sentidos e perceber como a memória da ditadura militar é retratada pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

4 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR A PARTIR DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO

A história brasileira apresenta uma série de controvérsias de apoio e resistência por parte de setores da sociedade civil e mídia durante o período de ditadura militar no Brasil. Reis (2010) percorre por uma questão fundamental para o tempo presente de que não há como se libertar da ditadura sem o esforço de se pensar sobre ela. Apesar de um maior esforço por parte da Comissão da Verdade e de pesquisadores que tentam jogar luzes sobre a ditadura militar, ainda há certa crença, por parte de alguns nichos da sociedade atual brasileira, de que as Forças Armadas e o autoritarismo são a solução para crises representativas na política brasileira. O que foi possível notar durante as manifestações de 2015, no momento em que grupos de manifestantes pediam a intervenção militar em meio às crises de políticas e de representação da sociedade e em um cenário de escândalos de corrupção.

A questão dos acontecimentos passados tem tomado cada vez mais a preocupação dos estudiosos da comunicação em sua relação com a história e a memória, como aponta a autora Marialva Barbosa. Preocupação não apenas epistemológica uma vez que, empiricamente, tem-se observado cada vez mais a efetiva utilização do passado e da memória na pauta diária de textos jornalísticos, como explica Eliza Bacheга Casadei. A imprensa utiliza-se, então, do passado para construir determinados acontecimentos sob perspectivas particulares que, de tempos em tempos, acabam por se reconfigurar em novas conjunturas.

Como já citado, o jornalismo é uma importante ferramenta de memória, uma vez que se equilibra entre o imediatismo e a rememoração de fatos passados, o que faz com que haja novas interpretações sobre fatos já passados. Berger (2005) questiona que, quando o jornalismo rememora fatos do passado, tais fatos podem ou não estar fielmente ligados à verdade, servir à indústria cultural ou à utilidade pública, garantir que a história seja alterada ou reafirmar velhas concepções. O jornalismo, portanto, serve como uma fonte de pesquisa para a memória atual, uma vez que muitos buscam nas notícias, reportagens e artigos a informação e também relatos de acontecimentos que não puderam testemunhar.

O presente trabalho busca analisar a memória retratada pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre a ditadura militar no período de 2000 a 2015. É importante ressaltar a escolha desses anos, uma vez que houve três importantes acontecimentos para a rememoração da ditadura: a posse da presidente Dilma Rousseff, que também foi vítima da arbitrariedade da

ditadura militar, a instituição da Comissão Nacional da Verdade e também os 50 anos de golpe em 2014. A pesquisa tem como objetivo analisar a lembrança feita pelo jornal de forma a perceber as narrativas sobre a ditadura militar que estão em jogo e como tais concepções afetam a memória que se tem sobre o golpe e a ditadura de 1964. Vale ressaltar que a escolha feita pelo jornal *Folha de S. Paulo* se deve ao fato de ser um dos jornais que participaram, ainda de forma controversa, do período ditatorial. Além de ser um dos impressos de maior circulação no país e, conseqüentemente, um dos mais influentes. É importante pontuar que as informações foram retiradas do site *Folha de S. Paulo* no acervo disponibilizado online.

A pesquisa no acervo do site *Folha de S. Paulo* foi feita através do filtro com a palavra “ditadura”. O objetivo era notificar entre as notícias, reportagens e artigos, como a ditadura militar foi retratado. Foram encontradas 65 matérias, durante os anos de 2000 a 2015, que ao menos citavam uma breve descrição sobre a ditadura, nas quais 30 matérias associavam a ditadura militar à repressão, tortura ou violência, 12 foram destinadas à Comissão da Verdade, 14 para conteúdos culturais produzidos sobre o período, como livros, filmes etc., ressaltando também a tortura e a violência, 6 para outros temas e apenas 3 relacionavam corrupção à ditadura. Portanto, o objetivo da pesquisa é, também, analisar o silêncio e as impressões provocadas pela mídia ao “não falar” do assunto “corrupção” durante a ditadura militar.

Vale ressaltar que, das 65 matérias registradas, 17 serão alvos de uma análise mais profunda, pois tais matérias tiveram como tópico principal a ditadura militar. Já nessa busca, pode-se perceber o quanto a ditadura ainda é pouco debatida pelo jornal, uma vez que, em 15 anos, apenas 17 matérias, que tiveram como principal assunto a ditadura, foram publicadas. Vale ressaltar que houve uma concentração dessas matérias durante os anos de 2013 a 2015, pela instituição da Comissão da Verdade e os 50 anos de golpe militar. Para a análise, será utilizada a metodologia da Análise do Discurso como uma ferramenta útil para a compreensão da relação existente entre o que se é falado no jornal de *Folha de S. Paulo* e a memória do leitor com relação ao período ditatorial. Em seguir serão apresentados alguns conceitos da metodologia utilizados no presente trabalho.

4.1 ANÁLISE DO DISCURSO

Em sua obra *A análise do discurso*, Eni Orlandi constrói uma relevante e consistente proposta de reflexão sobre linguagem, sujeito, história e ideologia. Orlandi (2009) apresenta o discurso como a palavra em movimento, como uma prática de linguagem do homem falando. Portanto, como aponta a autora, essa metodologia procura compreender a língua em seu sentido enquanto trabalho simbólico, social geral e constitutivo do ser humano e de sua história. Ou seja, a Análise do Discurso (AD) concebe a linguagem como mediação entre o homem e o âmbito natural e social. Orlandi aponta essa mediação como o discurso capaz da permanência e da continuidade quanto ao deslocamento e transformação do ser humano e da realidade.

Para o presente trabalho será utilizado a Análise do Discurso em sua vertente baseada nas teorias de Pêcheux e Orlandi, como um apoio para se entender como o jornal *Folha de S. Paulo* construiu sua narrativa a respeito da ditadura militar. Neste contexto, é importante ressaltar conceituar a relação entre memória e discursos, pois a memória afeta diretamente na interpretação dos sentidos implícitos e explícitos contidos nos discursos. Sobre o conceito de discurso, Pêcheux (1990) busca a base marxista e o define como uma forma de materialização ideológica. O autor explica que o sujeito é detentor de ideologias, sem vontade própria, e a língua é um processo que perpassa diversas esferas dentro da sociedade.

Analisar um texto e compreender como ele funciona e produz sentidos, na perspectiva da Análise do Discurso, é tomá-lo como um objeto que materializa o encontro entre língua e história. É justamente nesse encontro que acontecem os processos de significação. A professora Luciana Pacheco Marques (2001) aponta no que se refere à ideologia dentro da AD, não separa linguagem e sociedade na história, sendo assim, o discurso tem como base a ideia de materialidade linguística e história. A autora ainda percorre a história como questionadora da subjetividade e condições de produção, o sujeito empírico e o sujeito psicológico. Ao se considerar os sentidos materializados pelo discurso jornalístico e as ideologias, é possível chegar ao questionamento proposto por Pêcheux: “Em que condições um acontecimento histórico poderá vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio de uma memória?” (PÊCHEUX, 1990, p. 49). Portanto, o papel do discurso como registro de memória, pode ser compreendido através da metodologia de AD, uma vez que esta busca os sentidos produzidos.

A análise do discurso trabalha com forma materiais que reúnem forma e conteúdo. As marcas formais, em si, não interessam diretamente ao analista. O que interessa é o modo como elas “encarnam” no discurso. Daí o interesse do analista pela forma-material que lhe permite chegar às propriedades discursivas (ORLANDI, 2009, p. 90).

Pêcheux (2002) ainda propõe que é possível entender discurso quando pensado como um elemento dependente das redes de memória e dos meios de sociais em que ocorre. Orlandi (2009) aponta a memória como referente ao fato de que todo dizer se produz sobre um já dito, ou seja, uma base para o dizível, para que as palavras façam sentido, é necessário que já signifiquem, que já produzam a memória discursiva. A autora ainda complementa que o interdiscurso, a memória pensada em relação ao discurso, disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Para Orlandi, o já dito, que sustenta a possibilidade do dizer, é fundamental na compreensão do discurso e a sua relação com o sujeito e com a ideologia.

Em sua definição, o interdiscurso é o já-dito que sustenta a possibilidade mesma de dizer: conjunto do dizível que torna possível o dizer e que reside no fato de que algo fala antes, em algum outro lugar. Toda vez que falamos, para que nossas palavras tenham sentido, é preciso que já tenham sentido. Esse efeito é produzido pela relação com o interdiscurso, a memória discursiva: conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos. Assim, ao falarmos nos filiamos a redes de sentido. Não aprendemos como fazê-lo. Isto fica por conta da ideologia e do inconsciente. E o fazemos em um gesto de interpretação na relação da língua com a história (ORLANDI, 1999, p. 9).

Orlandi (2012) discute que a face à memória constitutiva e discursiva, chamada de interdiscurso, os sentidos se estabilizam e nela os sentidos se movimentam. Ao citar que a memória discursiva remete a sentidos que podem se estabilizar ou se movimentar, a autora propõe a instabilidade dos sentidos dentro do discurso. Ela ainda afirma que o caráter oscilante dos sentidos pode ser explicado, entre outros fatores, pelo esquecimento, esclarecendo que o esquecimento permite a resignificação da memória discursiva, o interdiscurso, desse modo, a falta de estabilidade dos sentidos. Orlandi denomina esses fatores de efeitos metafóricos, transferências, derivas e deslizamentos de sentidos. A autora ressalta que o esquecimento é constitutivo da memória, parte estruturante do seu funcionamento. Em sua pesquisa sobre memória e discurso, a autora Lúcia Ferreira (2009) apresenta a importância da rememoração e da atualização dos sentidos pela memória na construção de uma imagem do futuro. A autora expõe que atualização da memória pressupõe um movimento

de constante construção e reconstrução do passado, o que envolve esquecimentos, ressignificações e disputas, no entanto também mostra uma imagem imaginária do futuro (FERREIRA, 2009, p. 224).

Lúcia Ferreira ainda complementa que um acontecimento discursivo que confronta memórias já construídas reflete o choque entre duas forças antagônicas. “Uma que visa manter a regularização e os implícitos pré-existentes e negociar a integração do acontecimento; a outra, ao contrário, visaria uma desregulação que vem perturbar a rede de implícitos” (FERREIRA, 2009, p. 224).

A partir dos conceitos aqui apresentados e da relação entre memória e discurso, realizou-se a análise dos textos publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, entre os anos de 2000 e 2015, em que apresentavam como enfoque o período de ditadura militar no país. As observações feitas seguiram os processos identificados na metodologia de Análise do Discurso. Como apresenta Orlandi (2009) no primeiro momento de análise, é fundamental o trabalho com as paráfrases e a relação do dizer e não dizer. Esta etapa possibilita a visualização das configurações das formações discursivas que estão predominando no texto em questão. A autora, portanto, propõe a identificação das famílias parafrásticas, relacionando o que foi dito e o não dito.

A segunda etapa, como exposto por Orlandi, através do discurso, tem por objetivo incidir uma análise que busque “relacionar as formações de sentidos observados pela análise dos processos de significação com a formação ideológica que rege essas relações” (ORLANDI, 2009, p. 78). Dessa forma, é possível atingir a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido produzidos ao longo do material apresentado. Portanto, adiante serão descritas e expostas as observações feitas acerca do resgate de memória nos textos selecionados e suas características discursivas gerais.

4.2 ANÁLISE DOS TEXTOS SELECIONADOS

É válido esclarecer que o desenvolvimento desta pesquisa partiu-se da premissa de que o texto jornalístico produz efeitos de sentidos e reproduz ideologias, uma vez que a linguagem é atravessada pelo conteúdo histórico e ideológico da sociedade. Além de que os jornais também desempenham um papel na rememoração de fatos passados. Dessa forma, baseando-se na AD, que entente que a linguagem media a relação entre o homem e a realidade

natural e social. Como explica a autora Orlandi (2009) “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive”.

Orlandi (1999) também apresenta os deslocamentos, que remetem aos sentidos já estabilizados pelos discursos, que constituem sua memória discursiva. Ou seja, um texto sempre reproduz significados que já foram ditos anteriormente, conseqüentemente, podem ratificar ou desestabilizar (deslocar) sentidos já estáveis na sociedade. Em seu trabalho *A Ordem do Discurso*, Foucault (1996) afirma que é necessário ter a consciência de que uma voz sempre nos precede, no momento em que aquilo que é dito já foi proferido em algum momento.

A busca por conjuntos de paráfrases que fazem o mesmo sentido partiu do princípio defendido por Pêcheux (2002) de que há sempre outras formas de dizer o mesmo. O inverso também é válido para ele, quando afirma que conteúdos diferentes podem ser transmitidos utilizando-se enunciados idênticos, pois, os efeitos de sentido do discurso não vêm das palavras em si, mas das condições de produção (contexto social e ideológico) às quais o discurso é submetido. Orlandi explica o conceito de paráfrase aplicado à AD afirmando que:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa, assim, o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização (ORLANDI, 2001, p. 36).

É válido citar que foi possível identificar algumas famílias parafrásticas que se repetiram nos textos. Como apresentado na Tabela 1 abaixo:

Famílias parafrásticas	Sentidos	Frequências
FP1	Ditadura provoca controvérsias	3
FP2	Crimes da ditadura	8
FP3	Democracia = liberdade	3
FP4	Ditadura = autoritarismo, morte da liberdade, repressão	6
FP5	Presos políticos e resistência	4

FP6	Depoimentos e denúncias que resgatam memórias	6
FP7	Comissão Nacional da Verdade = elucida a verdade e resgata a memória	5
FP8	Tortura, violência e repressão como instrumentos ditatoriais	7
FP9	Luta armada ou ideológica/cultural	4

Tabela 1: relação de frequência das famílias parafrásticas nos textos analisados.

A partir destas nove famílias parafrásticas, foi possível evidenciar os sentidos mais frequentes nos textos publicados pelo jornal, que podem ou não estar em consonância com a memória discursiva do leitor. A FP1 refere-se às controvérsias provocadas pela memória da ditadura militar ainda hoje. O texto “O golpe e a ditadura militar”, abertura de uma série de conteúdos produzidos pela *Folha de S. Paulo*, trata dessas controvérsias ao expor como os crimes da ditadura ainda são vistos como “tabu” ainda hoje pelas Forças Armadas e também quando explicita que a ditadura militar teve um progresso econômico no país e apoio popular, como também citado no artigo “A política externa do regime militar”, “O Brasil da ditadura ficou mais rico, sem dúvida alguma” (SPEKTOR, *Folha de S. Paulo*, 23/03/2014), mas também denunciar a enfraquecida posição do país internacionalmente. Ou seja, apresenta uma disputa de memórias e narrativas da ditadura militar.

A FP2 refere-se aos crimes cometidos pela ditadura, principalmente citados como torturas, perseguições, mortes e demais violências cometidas aos presos políticos e militantes, que apresentavam opiniões diferentes e que lutavam contra o regime ditatorial. É importante ressaltar que o artigo “Corrupção na ditadura” faz uma abordagem diferente de crimes que aconteceram durante o período, uma vez que expõe casos de corrupção política ao invés de violações aos direitos humanos. Na FP3 foi possível identificar o discurso, presente em alguns textos, de que a democracia, em oposição ao regime ditatorial, é um sistema que representa a liberdade e igualdade perante as leis. Em contrapartida, o discurso predominante na FP4 aponta a ditadura militar como um governo autoritário e repressivo, em que não há liberdade de oposição e de opiniões.

Já a FP5 aborda a luta e a resistência dos presos políticos e militantes, enquanto a FP6 apontam o sentido de que as denúncias e depoimentos do período ditatorial, contribuem para o resgate da memória dos anos de ditadura no Brasil. A FP7 identificada em alguns dos textos remete ao sentido de que a Comissão Nacional da Verdade tem compromisso com os acontecimentos da ditadura militar ao elucidar e resgatar crimes que foram esquecidos durante os anos. Foi possível notar, como aponta a FP8, a institucionalização de instrumentos como tortura, violência e repressão durante a ditadura militar no país e como esses foram largamente utilizados. Por fim, a FP9 apresenta a luta armada e a resistência cultural e ideológica a ditadura.

Pode-se dizer até o momento que os sentidos presentes na análise do texto estão na ordem do mesmo, da paráfrase, no momento em que já há muito tempo é difundida a ideia dos crimes e torturas cometidos durante a ditadura militar, como foi possível notar anteriormente, em que a maior parte dos textos em que ao menos citavam a palavra “ditadura”, relacionavam-na com as palavras “tortura”, “crime”, “repressão”. No entanto, foi possível perceber quebras de sentido em alguns dos conteúdos apresentados, os quais se distanciam de algumas das famílias parafrásticas apresentadas até o presente momento, causando uma quebra. Como propõe Orlandi (2009) a polissemia representa o deslocamento, a ruptura dos processos de significação. O artigo opinativo, escrito por Jaime Edmundo Dolce, apresenta militantes políticos de esquerda como terroristas e não como resistentes a um regime repressivo, como apresentado nos demais textos. Além disso, vai contra a ideia prevalecente até o momento de que a Comissão Nacional da Verdade tem o compromisso de denunciar os crimes cometidos durante a ditadura militar e restaurar a memória daquele período, como citado logo no início da opinião:

A divulgação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade veio à tona no último dia 10 comovendo muitas pessoas, inclusive a presidente da República, Dilma Rousseff. Para minha família e eu, no entanto, a emoção se transformou em um misto de revolta e indignação. Esse documento não dedica um capítulo sequer às pessoas que, como meu pai, foram brutalmente assassinadas por terroristas de esquerda. (DOLCE, Folha de S. Paulo, 26/11/2014).

Além disso, o artigo divulgado pela *Folha de S. Paulo*, durante a reportagem especial feita pelos 50 anos desde o início da ditadura em 1964, denominado “Imprensa apoiou o golpe antes de ajudar a derrubá-lo”, também representa uma quebra de significações. Ao considerar que os textos publicados e focados no tema, em sua maioria, significam

denúncias da ditadura militar, o demonstra um posicionamento ideológico contrário às práticas ditatoriais, é possível perceber a polissemia existente no texto que aponta o apoio da mídia, inclusive da *Folha*, ao golpe militar e, conseqüentemente, aos anos que se seguiram de regime ditatorial.

A partir de abril de 1964, a mídia e os militares tiveram um período de lua de mel, que não foi interrompido mesmo quando ficou claro que a ditadura não seria tão breve quanto fora previsto. O primeiro a enfrentar o regime foi o "Correio da Manhã". Ainda em 1964, o jornal, que publicara dois violentos editoriais defendendo a saída de Jango enquanto o golpe estava em andamento, denunciou torturas numa série de reportagens. Foi o começo do fim do jornal, que fechou em 1974. O restante da imprensa, apesar de ressalvas pontuais contra abusos de poder e cassações, continuou apoiando a ditadura, sobretudo em sua diretriz econômica liberal. A reação à censura, entre fins dos anos 60 e meados dos anos 70, se revelou um divisor de águas. Alguns jornais, como a **Folha**, acatavam as orientações dos censores, comunicadas por telex ou telefone, praticando a autocensura. (PILAGALLO, *Folha de S. Paulo*, 23/03/2014).

É possível notar também o teor contraditório da participação da mídia durante o ditadura militar, uma vez que, atualmente, a maioria dos textos publicados em que se focam no período, denunciam os crimes e a repressão cometida pelos governantes militares. No entanto, na época, o próprio jornal *Folha de S. Paulo* realizava a autocensura. Além disso, o texto comenta a participação da imprensa no apoio ao golpe e, posteriormente, a ditadura militar e, ao mesmo tempo, também relata que os jornais, após anos, também tiveram participação relativa durante a redemocratização do país, como é expressado no trecho:

Com mais ou menos intensidade, a grande imprensa brasileira apoiou o golpe de 64. Depois de um período de entusiasmo com o novo governo, os jornais –uns cedo, outros tarde– passaram a criticar a ditadura e, após duas décadas, nos estertores do regime, tiveram papel relevante na redemocratização. A unanimidade contra o presidente João Goulart foi construída ao longo de seu governo, à medida que cresciam o radicalismo e a aproximação com setores da esquerda. Em setembro de 1961, no conturbado episódio de sua posse, que marcou o início da articulação golpista, a imprensa estava dividida. Vários jornais se declararam contra o veto militar ao vice de Jânio, que renunciara. Os Diários Associados, com jornais espalhados pelo país, posicionaram-se a favor da posse. No Rio, os dois principais veículos, "Correio da Manhã" e "Jornal do Brasil", também defenderam a legalidade. Foi essa também a linha editorial da **Folha**. [...] Em meados dos 70, a **Folha** acreditou no projeto de abertura e fez uma reforma editorial que deu voz à sociedade civil, franqueando suas páginas a intelectuais de oposição. Em fins de 1983, foi o primeiro jornal a encampar a embrionária campanha pelas Diretas Já, que, embora não tenha passado no Congresso Nacional, contribuiu para o fim da ditadura. (PILAGALLO, *Folha de S. Paulo*, 23/03/2014).

Após a apresentação das famílias parafrásticas (FP) e das polissemias encontradas nos textos analisados, foram identificadas as famílias discursivas (FD) como uma segunda

etapa de análise. Foi o autor Michel Foucault que apresentou o conceito de FD, antes de ser incorporado pela metodologia de Análise do Discurso. Foucault (1996) define as FDs como números de enunciados que se torna identificável por certa regularidade, por tipos de enunciação e escolha temática. O autor ainda esclarece que as formulações possuem outras formulações que se repetem, refutam, transformam, negam, entre outros sentidos, em relação à produção de certos efeitos de memória específicos. “Trata-se, portanto, de inserir no coração da noção de FD a problemática da memória cujo trabalho produz a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de enunciados” (GREGOLIN, 2005, p. 6). A autora Maria do Rosário Gregolin (2005) também defende que para pensar a mídia como prática discursiva e apreender o seu funcionamento, é necessário analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem de maneira geral. Para entender a mídia é preciso acompanhar trajetórias históricas de sentidos materializados nas formas discursivas.

Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre a si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação. (FOUCAULT, 2008, p. 32).

O fragmento citado coincide com a descrição da forma como o interdiscurso é concebido por Orlandi. Tal fato infere-se devido à afirmação de Foucault (2008) em que um enunciado é inesgotável e que tal enunciado propicia a si próprio as condições de ficar alojado em uma memória assim como em qualquer superfície material que sirva como registro. Além disso, o autor expõe que o enunciado está aberto à repetição, à reativação ou à transformação. Todas estas especificidades condizem com a forma como o interdiscurso é apresentado por Orlandi, ou seja, trata-se de um já dito que retoma uma memória definida, denominada de memória discursiva.

Ao trabalhar com a memória, a Análise do Discurso aborda o conceito sob a perspectiva da “memória do dizer”. Essa abordagem recebe o nome de interdiscurso, que é aquele que atravessa a memória do dizer do leitor/ouvinte/espectador.

Orlandi (2012) observa duas possibilidades ao trabalhar com o interdiscurso: a do mesmo e a do diferente. O mesmo consiste naquela memória do arquivo, a memória que foi institucionalizada e que ganhou uma estabilização de seus sentidos. “No arquivo, o dizer é documento, estabilização de sentidos, efeito da relação de forças. O arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que se pode e mais sobre o que deve ser dito” (ORLANDI, 2012, p. 172). Já o outro, seria a instabilização, a quebra de expectativas de acordo com a memória discursiva do leitor.

A partir dos conceitos apresentados, daqueles sentidos que são reforçados ou desestabilizados, chegou-se às FD apresentadas, conforme demonstra a Tabela 2.

Famílias parafrásticas	Formações discursivas resultantes	Frequência
FP2: Crimes da ditadura FP4: Ditadura = autoritarismo, morte da liberdade, repressão FP8: Tortura, violência e repressão como instrumentos da ditadura FP5: Presos políticos e resistência	FD1: Ditadura militar foi totalmente ruim	25
FP3: Democracia = liberdade FP6: Depoimentos e denúncias que resgatam a memória FP7: Comissão Nacional da Verdade = elucida a verdade e resgata a memória	FD2: Democracia como o sistema em oposição à ditadura e repressão	14
FP1: Controvérsias do período ditatorial FP9: Luta armada e/ou resistência cutlruar/ideológica	FD3: Conflitos na memória do ditadura militar e seus personagens	7

Tabela 2: relação de frequência das formações discursivas nos textos analisados.

A primeira FD, que daqui em diante será chamada de FD1, identifica o trata do olhar sobre o papel da ditadura militar no Brasil. Verificou-se que na maior parte dos textos publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo* possui um cunho de denúncias às violações dos direitos humanos e dos crimes da ditadura militar. É interessante notar que a frequência de matérias publicadas com o foco na ditadura militar aumentou no jornal após a criação da Comissão Nacional da Verdade, principalmente desde os 50 anos de ditadura, em 2014. Como é possível perceber, já que a maior parte dos textos analisados neste trabalho foram publicados entre 2014 e 2015. Notou-se que o conteúdo publicado anteriormente com a palavra “ditadura”, apenas a citava e seguida de uma breve descrição. Pode-se concluir que o trabalho produzido pela CNV alterou o discurso até então recorrente de que o governo ditatorial teve tantos ganhos econômicos que seus acertos superaram a repressão e o uso da força e consequente violação de direitos humanos.

A segunda FD, denominada de FD2, segue a perspectiva de que a democracia é um sistema político com valores e faz oposições à ditadura, uma vez em que há a concepção de que todos são livres e possuem igualdade perante a lei. Verifica-se de que há a percepção de que na democracia é possível que haja opiniões diversas, o que não acontecia durante a ditadura militar, além de que a democracia cria espaços para o debate e para o resgate ao passado como uma forma de reflexão. Percebe-se, portanto, a importância da criação da Comissão Nacional da Verdade como uma forma de elucidar um passado que há anos ficou esquecido. Apesar da evidente dificuldade de lembrar um passado doloroso e da constante oscilação/mutação da memória, como percebe o autor Daniel Aarão Reis (2010) houve um crescimento notável de produções acerca da ditadura militar, o que não acontecia no passado.

Em 1974, dez anos depois de instaurada a ditadura, só foi possível falar com liberdade sobre o assunto em encontros realizados no exílio. No próprio país, sob o som de clarins, predominavam as ordens do dia, a exaltação do regime militar, da gênese aos celebrados feitos do milagre econômico.[...] Mais tarde, em 1984 e 1994, quando bateram os sinais dos 20 e dos 30 anos do regime militar, a sociedade, embora tendo recobrado as liberdades democráticas, não pareceu ainda muito propensa a debater o tema, como se estivesse mais inclinada a esquecer do que a recordar com espírito crítico um passado que, visivelmente, mais incomodava do que interessava, ou satisfazia, a imensa maioria (REIS, 2010, p. 9).

Por fim, a terceira FD, denominada de FD3, evidencia como a memória constantemente se torna alvo de disputas. Tema este que dialoga com as discussões desenvolvidas pelo autor Michael Pollak (1989), em seu livro *Memória, esquecimento e silêncio*, no qual o autor afirma que a opção dos pesquisadores pela busca de “conflitos e

disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade deve ser relacionada com as verdadeiras batalhas da memória a que assistimos”, afinal, conforme afirma o autor, constantes batalhas entre a memória dominante, denominada por ele como “Memória Oficial”, e a memória dos dominados são travadas. Entende-se, portanto, que a discursividade dos textos expõe, por meio da língua, a disputa pela memória, onde novos modos de dizer disputam lugar com sentidos já estabilizados. (POLLAK, 1989, p.2).

É possível notar esse caráter de disputa em alguns textos publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, ao apontar certas contradições não apenas da ditadura militar, mas também de como o período é retratado atualmente. Alguns textos apresentam a luta armada como uma alternativa e uma resistência às violações e repressões causadas pela ditadura, enquanto outros relatam os militantes como “terroristas”. Novamente há uma quebra de sentidos estabilizados, uma vez que ao mesmo tempo há texto em que mostram a militância como uma característica positiva de resistência a um sistema opressor e que a luta armada foi uma resposta à ditadura, há também conteúdos em que denominam essa mesma militância de “terroristas”, visão esta muito difundida pela opinião dos militares. Por isso, os militantes são constantemente alvos de questionamentos a respeito dos meios que utilizavam para conquistar suas finalidades, ao mesmo tempo, são retratados como aqueles que se opuseram aos desmandos do regime ditatorial.

Delimitadas as FD mais frequentes nas reportagens, seguiu-se para a identificação das Formações Ideológicas (FI) que constituem os textos analisados. Segundo Pêcheux (2002) a ideologia adquire materialidade no discurso. Em sua obra, a autora Helena Brandão também aborda o tema de ideologia e discurso. Brandão (1998) conceitua que um dos componentes da formação ideológica é a formação discursiva, em que os discursos são governados por ideologias. A autora ainda aborda que as formações discursivas, através de uma formação ideológica específica, determinam o que pode e deve ser dito através de uma posição e conjuntura já dadas. Portanto, as formações discursivas são a expressão do resultado da interação entre língua e ideologia, essa interação entre linguagem e ideologia acontece de maneira inconsciente. Orlandi (2009) explica que manifestação inconsciente e ideológica no discurso representa um dos esquecimentos constitutivos da língua, no qual aquele que fala não se recorda de que as palavras são repetições do que já foi dito anteriormente por outros. A autora também afirma que a instância do inconsciente é resultante do modo pelo qual cada um é afetado pela ideologia. Esse esquecimento tem o efeito ilusório de ser a origem do que se é dito, quando, na realidade o que é retomado são os sentidos pré-existentes. Quando o sujeito

fala algo, ele se esquece, seleciona involuntariamente, uma entre inúmeras outras possibilidades do dizer, das outras formas que a língua fornece para se construir sentidos, isso caracteriza o segundo esquecimento proposto por Orlandi.

Dessa forma, ao identificar as FI presentes nos textos analisados, parte-se, então, do pressuposto de que todo discurso possui em si ideologia, no momento em que a sociedade é imersa em redes ideológicas. Identificou-se uma ideologia contrária aos militares na maior parte das matérias e dos conteúdos expostos. É possível perceber isso pelos textos em que foram expostos trabalhos e denúncias produzidos pela Comissão Nacional da Verdade, ou artigos que enxergavam a importância de ampliar o debate da ditadura militar. Assim como textos que denunciavam os crimes da ditadura, violações dos direitos humanos, possuindo até em vermelho os dizeres “Crimes da ditadura” como uma categoria a chamar atenção do leitor. Ou mesmo opiniões que enxergavam a ditadura militar como sombria e repressiva, enquanto a democracia mostrava-se como o sistema político necessário e opositor à postura ditatorial.

Em menor medida, pode-se constatar uma ideologia que se contrapõe, em parte, a maioria dos conteúdos expostos, como já citado anteriormente, há textos com teor acusatório em que acusam o trabalho da Comissão Nacional da Verdade de enxergar apenas um lado, ideologia esta muito difundida em matérias que dão vozes aos militares sobre o período. Além de que expor a luta armada como um ato de terrorismo. Quando analisado as duas formas ideológicas apresentadas, no entanto, é possível notar a predominância daquela que tenta resgatar e a divulgação dos atos ilegais cometidos pela ditadura militar.

Buscou-se expor, nesta subseção os resultados dos estudos sobre o conteúdo publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em que focava no período de ditadura militar sob a ótica da AD Francesa.

4.3 ANÁLISE QUALITATIVA DOS TEXTOS SELECIONADOS

Como visto anteriormente, foi exposto uma análise dos sentidos produzidos pelos textos publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no intuito de identificar os sentidos produzidos pelos conteúdos analisados. Para esta a próxima etapa da análise, o objetivo será encontrar os efeitos de memória das matérias analisadas.

O primeiro texto analisado, intitulado “O Golpe e a Ditadura Militar”, publicado pela Folha na abertura da sua edição especial de “O Golpe e a Ditadura Militar: 50 anos”, do dia 23 de março de 2014, inicia-se com a apresentação de personagens políticos recentes que tiveram algum vínculo com a ditadura militar. Os autores ainda ressalta que a chegada ao poder por parte dessas pessoas, que outrora foram, perseguidas, exiladas, presas, demonstra que a passagem do Brasil, de uma ditadura para uma democracia, foi bem-sucedida. No entanto, a palavra “controvérsias”, que foi utilizada para retratar “golpe” e “ditadura”, causa uma quebra de sentido, pois demonstra antagonismos decorrentes na memória que se é passada atualmente sobre a ditadura militar. É possível notar a dualidade que se cria no esforço de resgatar a memória sobre a ditadura militar no último parágrafo do texto:

Os crimes cometidos no período são tratados até hoje como um tabu nas Forças Armadas, que não admitem o fato de que milhares de pessoas foram torturadas e algumas centenas foram mortas por se opor ao regime militar. A ditadura modernizou a economia e teve apoio popular nos seus primeiros anos, mas muitas pessoas só aceitam a contragosto as evidências de que isso ocorreu. Não há consenso no país nem sequer sobre as razões que levaram os militares a depor Jango em 1964. (BALTAZAR, Ricardo, FERRAZ, Lucas, FRAGA, Érica, FRANCO, Bernardo Melo, MAISONAVVE, Fabiano, MENDONÇA, Ricardo, *Folha de S. Paulo*, 23/03/2014).

O contraste da ditadura militar é retomado pelo texto “Ficções militares”, publicado no dia 15 de novembro de 2015, no qual o autor Pedro de Moraes, expõe um relato de sua própria vivência sobre o período. É possível notar que as impressões do autor sobre o regime ditatorial são negativas, pela constante dualidade que se é exposta no texto, é possível inferir que a época de democracia vividos antes do golpe militar eram bons e alegres. Mas isso passou a ser passado desde que o golpe pôs os militares e derrubou o sistema democrático.

Desde 1964 eu já não frequentava muito o bar Jangadeiros, e as minhas musas não se banhavam mais na praia do Arpoador. O período pós-1968 tornava-se um dos mais negros da ditadura militar. Um ano antes eu havia presenciado –participado e

fotografado— as manifestações estudantis e a duríssima repressão militar. Estávamos todos assustados, traumatizados. Na verdade, nem todos. (MORAES, Pedro de. 15/11/2015).

O autor segue o texto relatando o tom contraditório da exibição do Exército em uma praça próxima ao local em que morava, ao longo do texto, também há uma fotografia tirada pelo próprio Pedro de Moraes do momento narrado, em que aparece uma criança junta a um tanque de guerra. Há a dualidade entre “inocência” e “guerra”, assim como entre o público “encantado” ao observar a exibição das Forças Armadas e do medo expressado pelo autor. Apesar do armamento pesado, que demonstra a ideia de guerra e luta, pode-se notar no relato uma paz mascarada pela repressão da ditadura militar. Durante o texto, é possível perceber a dualidade entre a repressão militar, tratada como um medo, como anos sombrios e de solidão e a liberdade da democracia antes do golpe, que é tratada como “boêmia” e “sonhos”. Portanto, o texto resgata o teor do período ditatorial, como também o que foi perdido da democracia quando os militares assumiram o poder.

Já no texto “Uma mulher contra a ditadura”, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 28 de abril de 2015, escrito pelo colunista Bernardo Mello Franco, é possível identificar o valor e a importância das denúncias e dos relatos com o intuito de resgatar a memória do período de ditadura no país. É possível perceber esses valores quando se é utilizada o termo “deve” na frase: “o Brasil deve a Inês Etienne Romeu”. Ao personificar também a palavra “Brasil”, tornando-o como sujeito, demonstra que o relato de Inês e o resgate da memória não apenas importa para a Comissão Nacional da Verdade, como para toda a sociedade brasileira. Além disso, o texto não apenas relata violações aos direitos humanos cometidas pela ditadura militar, como valoriza a luta e a resistência de Inês. Uma vez que o texto não apenas vê a importância de sua denúncia, como também comenta que Inês foi responsável pelo fim da Casa da Morte em Petrópolis, ironicamente nas palavras do coronel Paulo Malhães:

Na última década, Inês conviveu com graves limitações físicas. Falava e se locomovia com dificuldade. Mesmo assim, ainda ajudou a Comissão Nacional da Verdade a identificar mais seis torturadores no ano passado. A contragosto, o coronel Paulo Malhães reconheceu seu papel na história. "Foi a Inês Etienne Romeu que derrubou a Casa de Petrópolis". (FRANCO, Bernardo Mello, *Folha de S. Paulo*, 28/04/2015).

Ao expor matérias sobre os trabalhos realizados na Comissão Nacional da Verdade, como as notícias “Comissão aponta 17 centros clandestinos usados na ditadura”, “Comissão já identificou ‘dezenas’ de repressores”, “Coronel admite que torturou, matou e ocultou corpos na ditadura militar” e “Ilha foi palco de tortura de 200 pessoas, diz Comissão da Verdade”, o jornal permite a divulgação e a valorização do resgate à memória. O jornal acompanha, portanto, a tendência de trazer o passado para parte do presente, o jornalismo contemporâneo tem como finalidade elucidar, ensinar, trazer à tona fatos ocultos ou, até mesmo, contribuir para o esclarecimento de trechos pouco claros da história do país, quando retrata o passado. É possível perceber que muitas informações acerca da ditadura militar permaneceram silenciadas por muitos anos, não apenas por interesse, mas por trazer lembranças dolorosas.

Apesar de não se focar no período de ditadura militar, é interessante observar no texto “Ruas e memórias” a quebra de sentidos causados. É comum que cidades no Brasil ainda tenham ruas com nomes de pessoas que estiveram diretamente ligadas às atividades da ditadura, como uma forma de homenagem, mesmo que tenham sido expostos os crimes e as violações aos direitos humanos cometidos durante a ditadura militar. O texto faz uma crítica ao golpe e a ditadura militar e em como o autoritarismo ainda persiste na vida dos brasileiros ainda hoje. Além de apoiar iniciativas como a da criação da Comissão Nacional da Verdade, como uma forma de elucidação e resgate à memória. Verifica-se no conteúdo analisado a importância do combate ao autoritarismo no Brasil, herança deixada pelos militares durante o longo período de ditadura.

Publicado em 17 de maio de 2015, o texto “Ficou presa com Dilma” também expõe denúncias e relatos de torturas durante a ditadura militar. O autor faz uso da fala de Estrella D’alva Benaion Bohadana, como uma forma de atribuir importância não apenas à luta, mas também ao depoimento exposto por ela. O texto segue ao narrar as torturas que foram usadas contra Estrella e também segue, ao relatar o que a personagem narrada fez para superar as agressões, ainda assim, é possível notar que a ditadura militar ficou marcado em Estrella, quando o autor relata que as pernas de Estrella jamais se recuperaram. De tal forma que o conteúdo publicado também relata marcas da ditadura que ficaram presentes na vida das pessoas, mesmo após a redemocratização do país.

Em 1973, a manauara concluiu o curso de arquitetura e foi aprender flamenco, que dançou a vida toda para fortalecer as pernas, que nunca se recuperaram das agressões. Projetou edificações por anos. Depois, doutorou-se em Comunicação

Social e se tornou professora de filosofia da educação da UERJ e da Universidade Estácio de Sá. Em 2008, foi anistiada e indenizada pelas perseguições. (TOMÉ, Pedro Ivo, Folha de S. Paulo, 17/05/2015).

Além disso, o texto também expõe o fato de que Dilma, até então presidente da República, também foi lutou contra o regime ditatorial e foi presa pelos militares. Adotando também uma característica positiva à Dilma, com o fato de que foi por ajuda da ex-presidente, que Estrella teve atendimento médico após as torturas sofridas. O “vozeirão” não apenas retrata a voz característica e forte de Dilma, mas também remete a ideia de persistência.

Como já exposto anteriormente, o texto “A vítima das vítimas” é uma quebra de sentido com relação aos demais conteúdos analisados e publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, uma vez que ao contrário dos demais, o autor critica o trabalho da Comissão da Verdade e também a militância da esquerda, ao chamá-los de “terroristas”. Verifica-se que o título representa aqueles que, segundo o autor, são as verdadeiras “vítimas” da ditadura militar, uma vez que jamais terão justiça ou serão amparadas por ambos os lados.

Ao contrário do citado anteriormente, o texto “Para psicanalistas é preciso defender memória da ditadura” defende o trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade, bem como a ampliação do debate sobre a ditadura. Os especialistas veem a importância do resgate ao passado, uma vez que ajuda a combater práticas violentas que seguem no país, ao comparar o tratamento que se é recebido nas prisões atualmente ou aos negros e pobres com a tortura que era utilizada durante a ditadura militar.

O texto “O quartel da PE e a morte de Rubens Paiva”, publicado no dia 10 de março de 2013, na Folha, é uma crítica ao silêncio dos militares com relação aos crimes cometidos, inclusive com a morte de Rubens Paiva. O autor demonstra como a responsabilidade das violações aos direitos humanos foram passadas de militares para militares para não causar danos aqueles de alto calão. O autor ainda ressalta o perigo da negação por parte do Exército ao expor:

No caso de Paiva, simulou-se sua fuga, num teatrinho durante o qual teria sido sequestrado enquanto era levado numa diligência. No episódio, terroristas teriam incendiado o Volkswagen em que ele viajava, escoltado pelo capitão Raimundo Ronaldo Campos e dois sargentos do DOI. Todos vivos. (...) Se os deslizamentos não forem contidos, o caso Rubens Paiva terminará assim: ele foi massacrado na PE do coronel Ney Fernandes Antunes (que não comandava o DOI), e o responsável pode ter sido o então major Demiurgo. Quem sabe, o comboio da desova poderia ter

sido organizado só pelo major Freddie Perdigão Pereira, do CIE. Todos mortos, como Rubens Paiva. (GASPARI, Elio, Folha de S. Paulo, 10/03/2013).

Ao expor essa dualidade entre “todos vivos” e “todos mortos”, é perceptível a ideia de que os verdadeiros responsáveis pela morte de Rubens Paiva continuam impunes, enquanto aqueles que foram acusados já estão mortos. Ou seja, a memória desse caso também pode morrer, uma vez que a responsabilidade foi transferida enquanto os reais responsáveis ainda estão vivos, mas se mantêm em silêncio.

Como já demonstrado anteriormente, o texto “Imprensa apoiou ditadura antes de ajudar a derrubá-la” constrói o caráter contraditório da imprensa durante a ditadura militar. É possível notar que esse é um assunto raramente tratado pelos meios de comunicação, uma vez que tentam escapar da responsabilidade de ter apoiado o golpe e até mesmo promovido a autocensura. Portanto, é possível notar a quebra de sentidos que há nesse texto, uma vez que expõe a imprensa da época que, por anos, permaneceu ao lado da ditadura. É interessante perceber ainda que o autor faz destaques às atividades promovidas pelo grupo Folha, jornal em que o texto foi publicado na edição especial de 50 anos de golpe militar. Como se, após 50 anos, o veículo assumisse a participação expressiva na ditadura militar.

Um dos episódios mais polêmicos da relação entre mídia e ditadura foi a guinada editorial da "Folha da Tarde", da mesma empresa que edita a **Folha**. A partir de 1969, durante a fase mais dura do regime, a "Folha da Tarde" –até então comandada por jornalistas ligados à esquerda armada– foi entregue a profissionais associados à polícia e chegou a cooperar com as forças da repressão, endossando versões dos órgãos de segurança para esconder torturas e assassinatos de presos políticos. (...) A empresa Folha da Manhã foi também acusada de emprestar veículos para órgãos da repressão. Se isso ocorreu, não é possível dizer que a prática foi autorizada pela direção da empresa. (PILAGALLO, Folha de S. Paulo, 23/03/2014).

O texto “A política externa do regime militar”, também publicado na edição especial de 50 anos do golpe militar, aborda as contradições da ditadura militar ao passo que, ao mesmo tempo em que os militares possibilitaram avanços econômicos para o país, também faziam uso de práticas como tortura. É possível perceber que há também uma quebra de sentidos, uma vez que o autor expõe a opinião contrária à ditadura, o que vai contra o discurso até então recorrente de que o governo ditatorial teve ganhos econômicos que superaram a repressão e o uso da força e conseqüente violação de direitos humanos. “O Brasil da ditadura ficou mais rico, sem dúvida alguma. Contudo, ao sair do poder, os militares deixaram o país

numa posição internacional mais fraca, dependente e injusta do que era possível imaginar em 1964.” (SPEKTOR, Matias, Folha de S. Paulo, 23/03/2014).

Ao dar voz e espaço a um ex-guerrilheiro, o jornal *Folha de S. Paulo* permite com que haja uma defesa da luta armada durante a ditadura militar. Há, portanto, uma disputa de memórias em que, ao mesmo tempo a luta armada é vista como terrorismo, principalmente difundida pelos militares, é possível perceber que a luta armada também possa ser vista como legítima luta a ditadura militar. A última pergunta é feita como o dito muito difundido: “Se não houvesse luta armada, a ditadura poderia ter acabado mais cedo?” No qual o entrevistado refuta e sua resposta ganha destaque como título da matéria:

Fujo dessa armadilha. É como culpar um torturado pela tortura, ou culpar a resistência por barbaridades dos nazistas em territórios ocupados. A luta armada, embora equivocada politicamente, foi uma parte legítima da resistência à ditadura. Eu me orgulho de ter feito parte deste movimento. (BENJAMIN, Cid, Folha de S. Paulo, 27/03/2014).

Por fim, a último texto analisada nesta seção é uma notícia em que diz respeito ao funeral do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, apesar de apresentar depoimentos a favor do coronel, é possível verificar o posicionamento contrário em que a matéria se coloca. Os destaques são feitos ao passado de Ustra durante a ditadura militar, no próprio título optou-se pelo emprego de “acusado de torturas”. O texto, portanto, não só faz uma denúncia ao expor os envolvimento de Ustra com a repressão, como também da própria ditadura. Verifica-se que os destaques são feitos ao passado de Ustra e, só então, a notícia relata o funeral, atribuindo os primeiros parágrafos ao resgate da memória repressiva da ditadura.

Ao analisar os textos publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo* e focados no período de ditadura militar, foi possível perceber que o aspecto negativo ao regime ditatorial prevaleceu na maior parte dos textos. As práticas comunicacionais no Brasil passaram por enorme evolução desde a redemocratização do país. O término oficial da censura, formalizado pela Constituição de 1988, e o desenvolvimento de tecnologias de comunicação e informação favoreceram indiscutivelmente o progresso nos meios e formas de se comunicar no país. No entanto, ainda assim, nota-se a permanência das Forças Armadas no imaginário político brasileiro, pois alguns setores da sociedade ainda defendem a ditadura militar e acreditam que o Exército é a resposta para os momentos de crise política brasileira. Recentemente o fato de

que saudosistas da ditadura militar invadiram o plenário da Câmara demonstra que ainda há uma lembrança positiva do regime repressivo em setores da sociedade. Portanto, na próxima subseção será analisada a relação da ditadura e da corrupção como uma tentativa de recorrer como o não dito também faz parte da formação da memória.

4.3.1 A ditadura militar, a corrupção e o esquecimento

Em outubro de 2014, após a campanha mais acirrada desde as eleições de 1989, Dilma foi reeleita à presidência com 51,6% dos votos. Em relação ao pleito anterior, a petista perdeu mais de 1,25 milhão no eleitorado. Em dezembro, antes de anunciar o ajuste fiscal, o governo tinha 52% de aprovação da população. Após os primeiros impactos do ajuste fiscal serem sentidos, a aprovação do mandato de Dilma caiu para 23%. Nesse cenário econômico desfavorável, além dos novos desdobramentos da Operação Lava-Jato, nos quais o Supremo Tribunal Federal havia decidido que seriam investigados cerca de 50 políticos supostamente envolvidos no esquema de corrupção, com a maioria pertencente a partidos aliados do governo, grupos opositoristas como Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre, Revoltados Online marcaram protestos contra a presidente para o dia 15 de março de 2015, convocando participantes através das redes sociais.

Os protestos marcados para várias cidades brasileiras foram caracterizados pelo teor contra o governo e a corrupção. Apesar disso, os grupos que supostamente chefiaram as manifestações possuíam reivindicações diversificadas. O principal organizador foi o Movimento Brasil Livre, que traz em seus ideais o livre comércio como a alternativa para a economia brasileira em meio à crise. O movimento Vem Pra Rua é considerado o mais moderado dentre os principais grupos dos protestos, por não defender impeachment ou intervenção militar.

Outros grupos marcaram presença nos três grandes dias de protestos, mas com ideais mais conservadores como os Revoltados Online, que foi fundado em 2004 com o objetivo inicial de rastrear pedófilos, mas que se tornou um ambiente de discussão política, uma vez que a página no Facebook é alimentada por críticas ao atual governo. O grupo tem como ícone o deputado federal, Jair Bolsonaro e considera o impeachment da presidente Dilma Rousseff e do vice Michel Temer sua principal bandeira. O fato de Bolsonaro, militar de reserva, ser um símbolo para o Revoltados Online, além de ter sido o deputado federal

mais votado do Rio de Janeiro, com mais de 464 mil votos, e já completar seis mandatos consecutivos na Câmara Federal, ocupando a função há 24 anos, demonstra que as Forças Armadas ainda possuem um grande espaço no cenário político brasileiro. Ainda no Rio, o filho do deputado, Flavio Bolsonaro (PP) foi reeleito deputado estadual. Assim como o pai, ele também é conhecido por defender posições conservadoras como o apoio à ditadura de 64.

A forte presença das Forças Armadas na política brasileira se evidencia também no fato de que alguns grupos, como o S.O.S Forças Armadas foram às ruas durante as grandes manifestações para reivindicar a intervenção militar com argumentos contrários à suposta ameaça comunista, os mesmos argumentos utilizados pelos militares durante o golpe de 64. Tal presença, apesar de minoritária, teve grande impacto nos protestos, o que abre novas discussões acerca do tema das consequências da ditadura no país. Ainda persiste no imaginário político brasileiro a concepção de que, em momentos de crise econômica e política, as Forças Armadas surgiriam como defensores da ordem e do progresso para salvar o país da crise, ou seja, o mesmo discurso que precede o golpe de 64.

Portanto, a partir dos dados apresentados, é perceptível a participação do mito das Forças Armadas no cenário político brasileiro, ainda presente no imaginário de uma parcela da população, apesar de uma memória não tão distante da ditadura militar que ocupou o governo durante 21 anos na história do país. Além disso, a criação da Comissão Nacional da Verdade também foi um forte fator, como analisado anteriormente, para elucidar o debate sobre a ditadura no país. Foi possível perceber a maior quantidade de conteúdos que se focavam no período ditatorial produzida pelos meios de comunicação. Ainda assim, é notável os casos de saudosos da ditadura militar ainda presentes no cenário político brasileiro, como citado anteriormente, o caso de que um grupo defensor das ações das Forças Armadas ter invadido recentemente o plenário da Câmara, demonstra que a memória da época ainda está viva e entra em conflito com a memória exposta dos aspectos negativos da ditadura militar, que foi, ao longo dos textos analisados, muitas vezes tratada como um período repressor, autoritário, em que torturas eram instrumentos do Estado etc.

É importante notar, contudo, que a palavra “corrupção” é raramente empregada para conceituar a ditadura militar. Foi possível perceber esse fenômeno no momento em que apenas 3 das 65 matérias, durante os anos de 2000 e 2015, que ao menos citavam e possuíam uma pelo menos uma breve descrição da palavra “ditadura”, relatavam casos de corrupção

que aconteceram durante a ditadura militar. E apenas uma matéria focava-se nesse aspecto, a denominada “Corrupção na ditadura”.

O artigo inicia com a ideia de que não apenas “civis”, palavra esta utilizada em oposição a militares, são aqueles que praticam a corrupção. Além disso, ao citar a frase de Fernando Pessoa sobre a democracia, é possível perceber que o termo corrupção também se estende ao de sistemas políticos, ou seja, o autor promove uma quebra de sentidos não apenas no fato de que militares também podem ser corruptos, como também no fato de que não é só num sistema democrático que existe corrupção. Nota-se o argumento também no caso de corrupção de um almirante que o autor cita em seguida:

Recentemente, um almirante da reserva foi preso sob a acusação de ter recebido R\$ 4,5 milhões em propina de empreiteiras, enquanto presidente da Eletronuclear. A importância dessa prisão vai além de sua dimensão ética. Por ser disseminada a ideia de que os militares deveriam voltar ao poder porque "no tempo da Revolução" (assim dizia quem estava a favor do golpe militar) não havia corrupção. Lenda. (CAVALCANTI, José Paulo, Folha de S. Paulo, 26/08/2015).

O fragmento citado demonstra a importância da prisão não apenas no âmbito ético, mas como um contra argumento que quebra com a ideia de que não havia corrupção no tempo da ditadura. O uso da palavra “lenda”, que remete a uma falácia, um mito, também reforça a ideia. Na linguagem corrente, as palavras “mito” e “lenda”, desprovidas de qualquer complexidade, designam uma ideia falsa ou até a imagem simplificada e ilusória de uma realidade. Há, portanto, a admissão de que a lenda de que na ditadura não existia corrupção permanece e, por isso, o autor faz uma análise ao expor os casos de corrupção da ditadura.

Em seguida, portanto, o artigo analisado expõe e examina casos de corrupção que aconteceram durante a ditadura militar e faz uma relação com o presente, em que os casos de corrupção da atualidade são repetições do passado. E conclui que a diferença existente é de que num sistema democrático, não há censura, há liberdade para denunciar os casos de corrupção, o que não acontecia no passado.

No entanto, a conclusão do autor permite que se questione, se atualmente há liberdade de imprensa e de expressão, se atualmente não há censura, por que a ditadura raramente é exposta como corrupta? Como foi possível perceber na análise feita anteriormente, palavras e expressões “fortes” como repressão, tortura, violação dos direitos humanos foram frequentemente utilizadas na caracterização da ditadura, o que contribuiu para

a criação de uma memória majoritariamente negativa sobre o período. Apesar disso, durante crises políticas, nota-se que uma parcela da sociedade acredita no “mito” de que as Forças Armadas seriam a resposta para o cenário em crise, como outrora ocorreu em 1964, ano em que se acreditava que o país estava ameaçado pelo comunismo e pela corrupção.

A corrupção, portanto, parece ser um forte motivo para a descrença dessa parcela da população na democracia, como foi apontada em uma pesquisa feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*, a corrupção foi o principal motivo das manifestações de 12 de abril de 2015, das 100 mil pessoas, 33% diziam ser contra a corrupção. A desconfiança nas instituições também configura intensamente o quadro político impulsionador das manifestações de junho de 2013, quando milhares de pessoas foram às ruas pela primeira vez apresentando uma grande reprovação aos políticos e às instituições políticas. Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, no ato do dia 18/06 em São Paulo, 84% dos participantes não tinham preferência partidária e 40% foram protestar contra a corrupção e 24% contra os políticos. Há entre os cidadãos comuns uma forte menção à corrupção como algo que determina significativamente a capacidade de eficácia das políticas públicas.

Apesar do grau de desconfiança em instituições públicas, as Forças Armadas é a instituição de maior credibilidade no Brasil, como aponta o Índice de Percepção do Cumprimento das Leis (IPCL), mensurado pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. De acordo com os dados apresentados, no primeiro trimestre de 2014, 64% da população brasileira afirmava confiar na instituição. Essa taxa subiu para 68% no primeiro trimestre deste ano. Portanto, é possível visualizar que quando a imprensa, ao não citar corrupções que aconteceram na ditadura, também cria uma memória sobre a época. O silêncio e o não dito, também são formadores da memória coletiva. Há, conseqüentemente, o apagamento de crimes de corrupção cometidos pelos militares durante a ditadura. Como expõe o estudioso Emerson Garcia sobre a corrupção:

A corrupção está associada à fragilidade dos padrões éticos de determinada sociedade, os quais se refletem sobre a ética do agente público. Sendo este, normalmente, um mero "exemplar" do meio em que vive e se desenvolve, um contexto social em que a obtenção de vantagens indevidas é vista como prática comum pelos cidadãos, em geral, certamente fará com que idêntica concepção seja mantida pelo agente nas relações que venha a estabelecer com o Poder Público. Um povo que preza a honestidade terá governantes honestos. Um povo que, em seu cotidiano, tolera a desonestidade e, não raras vezes, a enaltece, por certo terá governantes com pensamento similar (GARCIA, 2008, p. 3).

Considerando os discursos e sua forma de produção, pode-se entender que o silêncio, como linguagem, também pode ser considerado um tipo de discurso que marca os sujeitos sociais produtores de sentidos. Como apontado anteriormente, Orlandi (1999) revela que o silêncio pode ser “imposto”, ou seja, é colocado como uma forma de dominação em que o sujeito é excluído, ficando sem voz e sem sentido; o segundo é o silêncio “proposto”, isto é, se apresenta como uma forma de resistência, de defesa e proteção. A autora ainda aborda o silêncio a partir de uma falha na comunicação, na emissão do que se tem a intenção de comunicar e que é por ela denominada de ruptura. Estes diferentes modos de abordar o silêncio remetem aos sentidos do silêncio, presentes no não dito e seus processos de constituição. Ou seja, quando há pouca frequência de associação entre ditadura militar e Forças Armadas, é possível perceber que são atribuídos os valores positivos contrários à corrupção à instituição, conseqüentemente o alto grau de credibilidade.

O silêncio e o não dito, portanto, permitem-se significar pela ausência. Ao não associar corrupção à ditadura militar, os registros de memória midiáticos trazem um não dito, através de implícitos, de um apagamento, uma vez que toda linguagem é incompleta, “há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer” (ORLANDI, 1999, p. 12), o não dito do discurso coloca em questão a sua incompletude em relação com a falta. Assim, os sujeitos, os discursos e os sentidos não estão prontos e acabados, estão sempre se (re)construindo no movimento constante do simbólico e da história.

[...] falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos mas também esquecer apagando os novos sentidos que já foram possíveis mas foram estancados em um processo histórico-político silenciador. São sentidos que são evitados, designificados. (ORLANDI, 1999, p. 61-62).

É importante observar também o esquecimento promovido pela *Folha de S. Paulo* entre os anos 2000 e 2012, não apenas da temática moral sobre a corrupção na ditadura, mas também do período como um todo. Pode-se perceber esse esquecimento no momento em que o conteúdo publicado no jornal durante esses anos apenas faz citações à ditadura militar, no entanto, não há uma abordagem mais profunda com relação ao tema. Nota-se pelos enunciados “a passagem de Ulysses, ficou famosa como símbolo da repressão do regime militar”, do texto “*Malufou*”, publicado no dia 26 de abril de 2000, “A ditadura militar, ao impor severa censura para escamotear a tragédia”, em “*A saúde que anda para trás*” de 28 de junho de 2002, “contra a ditadura e mais tiros, bombas e prisões, que, por sua vez, levaram à

Passeata dos 100 Mil, e todo o imbróglio desaguou no AI-5” de “*Datas*” em 28 de abril de 2008 e “Ainda sob ditadura militar, censura e repressão”, no texto “*De novo, Angra 3*” demonstram o conhecimento sobre a censura e repressão causadas pela ditadura militar, no entanto, não há um aprofundamento a respeito.

Ao problematizar o modo como os meios de comunicação referem-se ao passado, Martín Barbero (1997) argumenta que a mídia muitas vezes retrata o passado sem contextualizá-lo, reduzindo-o a uma citação. O passado deixa, então, de ser parte da memória e se converte em uma operação que permite mesclar fatos, sensibilidades, estilos e textos de qualquer época, sem articulação com os contextos e movimentos de fundo de uma época. Deste modo, o passado não pode iluminar o presente nem relativizá-lo, já que não permite tomar distância do que se está vivendo. Assim, os processos de comunicação estariam contribuindo para nos instalar num presente sem fundo, sem piso e sem horizonte. O que pode ser percebido ao analisar os textos entre os anos de 2000 e 2012, nos quais os textos em que havia a presença da palavra “ditadura” apenas citavam o período seguido de uma breve descrição. Destaca-se a criação da Comissão Nacional da Verdade, instituída em maio de 2012, como uma gradual quebra desse esquecimento produzido pelo jornal, pois, como foi notado, os conteúdos disponibilizados com maior profundidade pela *Folha de S. Paulo* sobre a ditadura militar no país cresceu a partir do ano de 2013, sendo que a própria Folha produziu uma reportagem especial sobre os 50 anos de golpe em 2014, o que não ocorreu em outros anos.

Buscou-se nesta análise, portanto, perceber como o não dito e a não associação da palavra corrupção com a ditadura militar também criam sentidos e memórias sobre o período na sociedade brasileira. Como o autor do texto reconhece, há ainda essa “lenda” presente na sociedade de que, apesar da ampliação do discurso sobre a ditadura militar, há ainda setores da memória que não são frequentemente expostos pela imprensa, mas que estimulam também a formação da memória acerca da época. Além disso, pode-se perceber que durante anos, houve também um esquecimento e um silenciamento da ditadura militar como um todo, tal silêncio que só foi quebrado com a criação e a instituição da Comissão da Verdade.

5 CONCLUSÃO

As práticas comunicacionais no Brasil passaram por uma evolução desde a quebra da censura e da autocensura e a redemocratização do país. O término oficial da censura, formalizado pela Constituição de 1988, e o desenvolvimento de tecnologias de comunicação e informação favoreceram o progresso midiático e as ferramentas de comunicação. Conseqüentemente, houve também a ampliação do fluxo de informação, o que gera a necessidade de entender os sentidos perpetuados pela mídia no momento em que esta resgata um acontecimento passado.

A partir deste questionamento, desenvolveu-se esta pesquisa que buscou entender como o jornalismo trabalha a memória e como este resgate pode ou não reforçar a persistência das Forças Armadas no cenário político brasileiro. Nesse contexto, é válido lembrar que este estudo objetivou entender como o jornal *Folha de S. Paulo* rememorou o passado recente do país, promovendo a solidificação ou instabilização de sentidos por meio de seus discursos.

Pôde-se, então, compreender como a memória discursiva, esta denominada interdiscurso, cristaliza significados e cria conexões entre a fala na atualidade e no passado. Como visto anteriormente, um texto não significa sozinho, uma vez que está sempre criando conexões com outros textos que se entrelaçam nas redes de memória, o que possibilitam a novos sentidos de acordo com as condições sociais, políticas e históricas em que são produzidos. Portanto, a memória da ditadura no Brasil, quando retomada pelo discurso jornalístico contemporâneo, dialoga com memórias cristalizadas em um momento com características diferentes da atualidade e é conduzida à sua permanência ou à sua mutação, dependendo do sentidos presentes naquilo que é ou não dito.

Na rememoração da ditadura militar promovida pelo jornal *Folha de S. Paulo* o discurso jornalístico retomou o passado não apenas pelo dito, mas também criou percepções no presente pelo não dito. Observou-se que, em primeiro momento, houve um esquecimento, um silenciamento do tema “ditadura” entre os anos 2000 e 2012, no momento em que apenas citações e não matérias que exploravam e se focavam no período foram publicadas. O esquecimento, o silêncio e o não dito também são

elementos constituintes da memória e constroem percepções do passado na atualidade. Ao reduzir-se apenas a enunciados para tratar da temática da ditadura, o jornal impossibilitou que houvesse uma reinterpretação e reflexão acerca da ditadura, o que reforça a memória já estabilizada desde o fim do regime.

No entanto, nota-se que houve um progresso do jornal com relação ao tema a partir de 2013, com destaque para a instituição da Comissão Nacional da Verdade, que contribuiu para a quebra do silêncio e do esquecimento ao investigar as violações aos direitos humanos cometidas pela ditadura. Pode-se perceber que os 50 anos de golpe militar, em 2014, também impulsionou a produção de conteúdos que exploram a temática, bem como as recentes movimentações políticas, que trouxeram o discurso das Forças Armadas para o cenário político brasileiro. A análise do discurso das matérias e artigos de opinião identificou duas formações ideológicas significativas e que manifestam o olhar do sujeito. Na primeira, foi possível identificar um posicionamento ideológico contrário ao regime e às práticas militares, possuindo um teor de denúncia, quando expostos os trabalhos da CNV e até mesmo de repúdio, ao associar ditadura como um momento sombrio e repressivo e de exaltação da democracia como um sistema igualitário e que permite o debate. Na segunda, em menor escala, percebe-se a contradição da memória com relação ao período, que vai contra a maior parte do conteúdo exposto ao contrariar a luta armada e o trabalho realizado pela CNV.

Confirma-se também que, apesar de um aprimoramento do conteúdo exposto nos últimos anos, há ainda o silenciamento e o esquecimento do ponto de vista moral em que correlaciona ditadura com corrupção. Ao não falar sobre o tema corrupção na ditadura, o jornal *Folha de S. Paulo* reforça a ideia, ou o mito, como é apontado no texto “Corrupção na ditadura”, de que “não havia corrupção na ditadura”. Ou seja, cria-se, pois, a percepção de que a corrupção é parte da democracia e cometida por civis, o que ressalta a “aura” militar e da ditadura. Nota-se, portanto, o peso do não dito, silenciamento e do esquecimento na construção de um discurso e como esses fatores também criam sentidos sobre o passado. Evidenciam-se tais sentidos principalmente em momentos de crise política e de representatividade em uma democracia, como se pode observar nas recentes manifestações, na porcentagem de credibilidade das Forças Armadas e na popularidade de um candidato ligado à linha dura do Exército como Jair Bolsonaro.

Conclui-se que veículos de comunicação fazem parte dos grupos de força que contribuem para a formação de sentidos acerca de determinados momentos históricos. Coube a este trabalho, em primeira instância, resgatar discussões pertinentes que permeiam o âmbito da comunicação, política e memória e utilizá-las para contribuir para a reflexão acerca da ditadura quando resgatada pelo jornalismo. Pareceu razoável supor que, apesar do desenvolvimento das técnicas midiáticas, percebe-se que muito da ditadura militar ainda permanece no campo do silêncio e do esquecimento, o que impede a realização de novos debates e interpretações acerca e permite que a memória não apenas da ditadura, como também das Forças Armadas, permanece intacta. Nota-se, portanto, a importância de iniciativas como a Comissão Nacional da Verdade e de trabalhos sobre o tema que possibilitam o debate e a devida rememoração.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- AUGÉ, Marc. **As Formas do Esquecimento**. São Paulo: Íman, 2001.
- BARBERO, Jesús Martín **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.
- BARBOSA, Marialva. **Jornalismo impresso e a construção de uma memória para a sua história**. In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. (orgs.) *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- BAUDRILLARD, Jean. **Tela Total: mito-ironias da era do virtual e da imagem**. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.
- BERGER, Christa. **Proliferação da memória – a questão do reavivamento do passado na imprensa**. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sonia Virgínia (Orgs.). *Comunicação, Acontecimento e Memória*. São Paulo: Intercom, 2005.
- BOSI, Éclea. **O Tempo Vivo da Memória: ensaios de Psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRIOLI, Flavia. **Representação do golpe de 64 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004**. *Rev. Varia História*, Belo Horizonte, nº41, p. 269-291, 2009.
- BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARDINI, Franco. **A memória coletiva no pensamento de M. Halbwachs**. Conferência proferida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em 10 de novembro de 1993.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **Para uma crítica do presente**, São Paulo: Editora 34, 2001.
- CASADEI, Eliza Bachega. **Jornalismo e Reconstrução do Passado: os fatos históricos nas notícias de hoje**. Dissertação de mestrado em Comunicação. São Paulo (SP): USP, 2010.
- CASTRO, Celso; D'ARAÚJO Maria. **Dossiê Geisel**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CRUZ, Heloisa de Faria Cruz; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DANTAS, Audálio. **A mídia e o golpe militar**. Estudos Avançados, nº 28, p. 59-74. 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. Tempo, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, jun. 2010.

DOMENACH, Jean-Marie. **A Propaganda Política**. 2001. Disponível em: <http://solpoliticos.wordpress.com/2010/03/04/a-propaganda-politica-por-jean-marie-domenach/>

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado – A ação política, poder e o golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Lucia M.A. **Interdiscurso e Memória: nas tramas dos discursos sobre a mulher**. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMAN, Solange. (Orgs.). O Discurso na Contemporaneidade: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.

FICO, Carlos *et al.* **Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Ed. FGV, 2008.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Brasil História. vol.24, n.47, p. 29-60, 2004.

FOUCAULT, Michel: **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FREITAS, Jânio de. In **Memória de Repórter: Lembranças, casos e outras histórias de jornalistas brasileiros**. CCMJ, 2010.

GARCIA, Emerson. **A Corrupção: uma visão jurídico-sociológica**. Rio de Janeiro: TJ/RJ, 2008.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Formação Discursiva, redes de memória e trajetões sociais de sentido: mídia e produção de identidades**. In: II Seminário de Análise do Discurso (SEAD) da UFRGS, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao02/pdf/Maria%20do%20Rosario%20Gregolin.pdf>. Acesso em 21 jul. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HUYSSSEN, Andreas. **Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público**. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sonia Virgínia (Orgs.). Comunicação, Acontecimento e Memória. São Paulo: Intercom, 2005.

KUCINSKI Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MAIA, Rousiley. “**Identidades coletivas: negociando novos sentidos, politizando as diferenças**”. In: Contracampo – Revista do Mestrado em Comunicação/UFF. Niterói, UFF, nº 5, p. 47-66, 2000.

MARQUES, Luciana Pacheco. **O professor de alunos com deficiência mental: concepções e prática pedagógica**. Juiz de Fora: UFJF/INEP, 2001.

MICHEL, Johann. **Podemos falar de uma política de esquecimento?** Memória em Rede, Pelotas, nº3 p. 14-26, 2010.

MORAIS, Sérgio Paulo; NASCIMENTO, Marco Túlio de Sousa. “**Verdade Histórica?**” **Centro de Comunicação Social do Exército: Memórias, Evidências e Antagonismos**. Revista Histedbr On-line, 2014. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640445>

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Trad. Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, 1981. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

_____. **Sujeito, sentido e ideologia**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

_____. **O Discurso** – estrutura ou acontecimento. 2. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PERSCH, Danilo; SILVA, Mário Antônio da. **Discurso, opinião e poder na mídia contemporânea**. In, PINTO, Aroldo José Abreu; SOUZA, Shirlene Rohr de. (org.). Opinião na mídia contemporânea, p. 29-48, 2009

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jul. 1989.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura, anistia e reconciliação**. Estudos Históricos, vol. 23, nº 45. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil: uma incômoda e contraditória memória**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. **Halbwachs: Memória coletiva e experiência**. Rev. Psicologia USP. São Paulo, p. 285-298, 1993.

SERELLE, Márcio. **Jornalismo e guinada subjetiva**. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 33-44, 2009.

SILVA, Hélio. **Golpe ou contragolpe?** Porto Alegre: LP&M, 1975.

SOARES, Gláucio Ary, DARAÚJO Maria Cecília. **Visões do Golpe: a memória militar de 1964**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

SODRÉ, Nélso Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TOLEDO, Caio Navarro de. **A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964**. Estudos Estratégicos, nº 1, p. 120-130, 2006.

ANEXOS

ANEXO A

O Golpe e a Ditadura Militar

Ricardo Baltazar, Lucas Ferraz, Érica Fraga, Bernardo Mello Franco, Fabiano Maisonnave, Ricardo Mendonça

23 de março de 2014.

Em março de 1964, quando tropas do Exército foram às ruas para derrubar o governo do presidente João Goulart, Dilma Rousseff era uma estudante de 16 anos que ainda estava começando a se preocupar com política. Aécio Neves era um menino de quatro anos que gostava de brincar com o avô, o então deputado Tancredo Neves. Eduardo Campos não tinha nascido, mas se lembra até hoje das histórias que seu avô, o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, contava sobre o dia em que foi deposto e levado à prisão pelos militares.

No ano em que o golpe de 1964 faz 50 anos, os três se preparam para disputar a sétima eleição presidencial que o Brasil realiza desde a volta dos militares aos quartéis. É um país diferente, que vive há quase três décadas num regime democrático, em que os governantes são escolhidos pela população em eleições regulares e todo mundo é livre para dizer o que pensa sem medo de ser preso por suas opiniões.

Nos últimos anos, o país foi governado sucessivamente por um professor exilado depois do golpe, Fernando Henrique Cardoso, um líder operário preso durante a ditadura, Luiz Inácio Lula da Silva, e uma ex-guerrilheira presa e torturada, Dilma. A chegada dessas pessoas ao poder demonstra que a transição do país para a democracia foi exitosa. Mas ela não foi capaz de pacificar as inúmeras controvérsias provocadas pelo golpe e pela ditadura que nasceu em 1964 na sociedade brasileira.

Os crimes cometidos no período são tratados até hoje como um tabu nas Forças Armadas, que não admitem o fato de que milhares de pessoas foram torturadas e algumas centenas foram mortas por se opor ao regime militar. A ditadura modernizou a economia e teve apoio popular nos seus primeiros anos, mas muitas pessoas só aceitam a contragosto as evidências de que isso ocorreu. Não há consenso no país nem sequer sobre as razões que levaram os militares a depor Jango em 1964.

ANEXO B

Corrupção na Ditadura

João Paulo Cavalcanti

26 de agosto de 2015

Não são apenas civis, caro leitor, os envolvidos em corrupção. A democracia pode ser "o mais estúpido de todos os mitos", segundo Fernando Pessoa. Apesar disso, iguala tudo e todos, e por isso vale a pena.

Recentemente, um almirante da reserva foi preso sob a acusação de ter recebido R\$ 4,5 milhões em propina de empreiteiras, enquanto presidente da Eletronuclear. A importância dessa prisão vai além de sua dimensão ética. Por ser disseminada a ideia de que os militares deveriam voltar ao poder porque "no tempo da Revolução" (assim dizia quem estava a favor do golpe militar) não havia corrupção. Lenda.

Pouco depois de 31 de março de 1964, o Brasil já conhecia sua primeira Comissão Geral de Investigações (CGI). Ainda não servia para combater a corrupção. Era apenas um instrumento para demitir servidores que tivessem vitaliciedade ou estabilidade e os que ficaram contra o golpe, nem seria preciso dizer.

A segunda CGI, de 1968, entretanto, foi criada para promover o confisco dos bens adquiridos de maneira ilícita, no exercício de função pública. Por serem muitos casos, era necessário fazer algo. O enriquecimento ilícito é definido como "aquisição de bens, direitos ou valores [...] sem idoneidade financeira para fazê-lo [...] ou quando não houver comprovação de sua legitimidade".

Essa segunda CGI tinha poderes para apurar quaisquer atos de corrupção –sem que se conheça hoje as investigações realizadas. No Recife, ficou famoso um general, diretor de banco do governo, que enriqueceu apostando com um empresário que seus empréstimos a juros simbólicos seriam liberados.

A evidência de corrupção ampla no período não para por aí. No início de 1969, nascia a Oban (Operação Bandeirante), pensada para ser o braço clandestino dos órgãos de segurança e responsável por parte das torturas e desaparecimentos.

O ato –informal– que celebrou sua criação deu-se em 1º de julho de 1969, contando inclusive com a presença de figuras das elites políticas, como Abreu Sodré e Paulo Maluf, e empresários de São Paulo.

Tanto foi o sucesso do empreendimento (na versão das forças de segurança) que, em fevereiro de 1970, o major Waldyr Coelho, chefe de Coordenação de Execução da Central de Operações da Oban, sugeriu ao Comando do 2º Exército a criação de uma Oban específica contra a corrupção (ACE 16.645""70, Arquivo Nacional), mas não teve êxito.

Naquele tempo, a ideia de combater a corrupção se limitava a punir só quem recebia dinheiro, sem atingir empreiteiros ou militares envolvidos. Talvez porque fossem velhos companheiros da ditadura. Hoje é diferente. Nossas prisões passaram a ser frequentadas por donos de empreiteiras e políticos.

Corrupção, pois, havia, sim. E muita. Maquiavel dizia que "a história é cíclica". Marx completou: "A primeira vez como tragédia, a segunda como farsa". Agora, a história se revela, em seu cruel esplendor, como repetição do passado. Tragédia ou farsa, pouco importa.

No fundo, a corrupção é um desvio da natureza humana praticado indistintamente por civis e militares. Só que, durante a ditadura militar, não se sabia dos submundos do poder porque havia censura. Hoje, felizmente, a liberdade nos permite saber. Essa é a diferença.

ANEXO C

Ficções militares

Pedro de Moraes

15 de novembro de 2015

Em 1969, eu morava com a minha mãe, Tati, na praça General Osório, em Ipanema. Ali perto estavam outros amigos, como Rubem Braga, que avistávamos em sua cobertura da janela do nosso apartamento. Mas àquela altura Ipanema já não era mais a mesma.

Desde 1964 eu já não frequentava muito o bar Jangadeiros, e as minhas musas não se banhavam mais na praia do Arpoador. O período pós-1968 tornava-se um dos mais negros da ditadura militar. Um ano antes eu havia presenciado –participado e fotografado– as manifestações estudantis e a duríssima repressão militar. Estávamos todos assustados, traumatizados. Na verdade, nem todos.

Era um dia de semana de 1969, e eu andava pelas ruas do bairro quando me deparei com a praça onde morava tomada por uma imensa exibição do Exército, que espalhou pelo lugar metralhadoras, fuzis, morteiros, tanques, toda sorte de munição. Era um cenário ameaçador disfarçado de pequeno parque de diversões.

Várias crianças, alheias a todo o duro contexto do período, assistiam fascinadas à demonstração de soldados feridos, às palavras de ordem, oficiais em ação. Muitas vezes, pareciam elas mesmas pequenos soldados manuseando as armas de fogo, observadas por pais orgulhosos.

Além de toda perplexidade, o que minha memória me permite lembrar é que a feira de exposições militares ocupou a nossa pacata praça com nome de general por cerca de uma semana naquele ano de 1969. Durante esses dias o Exército apresentava, em um aparentemente contraditório movimento de relações públicas com a população, sua força mecânica, tendo sempre público garantido: passantes, moradores, famílias inteiras assistiam curiosos e, por vezes, encantados, às demonstrações militares.

As cenas eram impactantes, sobretudo pelo contraste que exibiam entre as crianças que passeavam pela praça e se misturavam com todo o armamento pesado; entre a inocência da infância e aquele contexto de guerra. Eram, de fato, tempos de contraste. Um momento de imensa solidão. Acabara a boa boêmia carioca; os amigos não se encontravam mais na praia; não podíamos receber parceiros em casa, já que qualquer encontro com mais de seis pessoas era suspeito e poderia render ao local de reunião a acusação de "aparelho".

O medo atravessava a vida. Ao mesmo tempo, continuava com minha câmera fotografando nas ruas, e nascia minha primeira filha, Mariana.

Quando fui editar meu livro "Vi Vendo", alguns anos depois, a cena voltou à cabeça. E, junto com o Rubem Braga e meu pai, Vinicius, que me ajudaram na seleção das fotos, e

Hélio Pellegrino, que fez o texto da edição, achei que uma das imagens dessa série serviria como uma narrativa contundente daquele momento do Brasil.

A foto, com um menino louro em frente a um tanque, colocando em quadro apenas os dois –a criança, o tanque–, omitindo o cenário da praça carioca, criava um tom enigmático, aparentemente sem lugar, quase ficcional.

O período foi mesmo quase uma ficção. Como imaginar que aquela cena acontecia na praça de Ipanema onde antes se vivia o fascínio das paixões, a alegria da música, os prazeres da juventude?

Hoje, mais de 40 anos depois, essa imagem é também uma metáfora. Aquele tanque, imponente, poderia esmagar o pequeno menino, assim como a ditadura esmagava os sonhos e a liberdade da minha geração. Mas a nossa resposta foi, a despeito de todo o horror, continuar vivendo.

ANEXO D

Uma mulher contra a ditadura

Bernardo Mello Franco

28 de abril de 2015

Brasília - O Brasil deve a Inês Etienne Romeu, a ex-presa política que morreu nesta segunda em Niterói (RJ), um dos relatos mais importantes sobre os crimes da ditadura militar.

Inês foi a única sobrevivente da Casa da Morte de Petrópolis. Graças a ela, sabe-se que o Exército manteve um centro clandestino na região serrana do Rio para torturar e matar adversários do regime. Por lá passaram ao menos 20 desaparecidos, cujos corpos nunca foram localizados.

Presa em 1971, Inês ficou na casa por 96 dias. Oito anos depois, entregou um relatório à OAB em que revelou a existência do local, apontou os codinomes usados pelos torturadores e narrou os suplícios que viveu.

"Fui várias vezes espancada e levava choques elétricos na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios", contou. "Um dos mais brutais torturadores arrastou-me pelo chão, segurando pelos cabelos. Depois tentou estrangular-me e só me largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e me deram pancadas na cabeça".

"Fui estuprada duas vezes por Camarão [codinome de um militar] e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades os mais grosseiros".

Abalada pelas sessões de tortura, Inês tentou se matar quatro vezes. Sobreviveu. Foi libertada porque prometeu atuar como infiltrada e delatar colegas. Não cumpriu o acordo e voltou a ser presa até 1979.

Antes do fim da ditadura, voltou a Petrópolis. Identificou a casa e dois algozes. Suas revelações impulsionaram outras descobertas sobre o período. Deixá-la viva foi "uma das maiores mancadas" da repressão, diria o ex-sargento Marival Chaves.

Na última década, Inês conviveu com graves limitações físicas. Falava e se locomovia com dificuldade. Mesmo assim, ainda ajudou a Comissão Nacional da Verdade a identificar mais seis torturadores no ano passado. A contragosto, o coronel Paulo Malhães reconheceu seu papel na história. "Foi a Inês Etienne Romeu que derrubou a Casa de Petrópolis".

ANEXO E

Comissão aponta 17 centros clandestinos usados na ditadura

Lucas Ferraz

7 de abril de 2014

A Comissão Nacional da Verdade apresentou nesta segunda-feira (7) um estudo que aponta 17 centros clandestinos utilizados em todo o país pelas Forças Armadas na ditadura (1964-85) para torturar presos e desaparecer com os corpos dos militantes executados.

Elaborado pela historiadora da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) Heloísa Starling, assessora do grupo, o relatório, ainda preliminar, afirma que a criação e o funcionamento desses centros faziam parte da política de enfrentamento dos militares contra os opositores.

Eles eram montados em casas, apartamentos, sítios e fazendas com a participação de militares e, em alguns casos, policiais que atuavam na repressão. A maioria dos imóveis era emprestada por empresários amigos do regime.

De acordo com o organograma apresentado pela comissão, todos os centros clandestinos eram de conhecimento dos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. Além dos presos que morreram nos locais, o relatório identifica os agentes da repressão que atuaram em cada um deles.

"Os centros não eram autônomos, subterrâneos ou controlados por paramilitares, como podem sugerir alguns, mas faziam parte da estrutura de inteligência e repressão da ditadura", afirmou Heloísa Starling.

O centro mais famoso foi a Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), que operou entre 1971 e 74. Pelo menos 14 militantes morreram no local. A única sobrevivente é Inês Etienne Romeu, que passou por lá entre maio e agosto de 1971.

Na zona sul de São Paulo, a Fazenda 31 de Março era mantida por militares e policiais. Na propriedade, em 1970, morreu sob tortura Joaquim Câmara Ferreira, à época o mais importante nome da esquerda armada.

No Pará, durante a campanha do Exército no combate à guerrilha do Araguaia, pelo menos 24 guerrilheiros foram executados, depois de presos, na Casa Azul. Os restos mortais deles nunca foram encontrados.

Além de ocultar a prisão de opositores, os centros eram usados para sessões de tortura, execuções e esquiteamentos, forma de tentar impedir a identificação futura dos corpos, conforme relatou à comissão um ex-militar.

Mas as casas clandestinas também eram usadas para cooptar militantes de esquerda e transformá-los em infiltrados dentro das próprias organizações. O relatório aponta uma

casa no bairro do Ipiranga, em São Paulo, e um apartamento na área central de Brasília montados com essa finalidade.

De acordo com o estudo, os informantes da esquerda (chamados de "cachorros") frequentavam os centros para passar informações, receber instruções dos agentes e apanhar o dinheiro que recebiam pelos serviços.

ANEXO F

Ruas e memórias

Eduardo Matarozzo Suplicy, Carla Borges, Marília Jahnel

28 de maio de 2015

Homenagear agentes da ditadura militar com nomes de ruas e praças não faz sentido em uma cidade que se pretenda democrática

Em 2015, completaram-se 51 anos do golpe de Estado de 1964, que instalou no país uma ditadura militar severamente marcada pelo autoritarismo e por graves violações aos direitos humanos. Ao resistir ao regime autoritário e tentando restabelecer as liberdades civis e políticas, milhares de pessoas foram presas, torturadas e assassinadas. Muitas permanecem desaparecidas.

Um cenário de atrocidades que demandou do poder público ações concretas e propositivas para elucidar a verdade e resgatar a memória desse período, a exemplo dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade e demais comissões estaduais e municipais.

Em São Paulo, município que concentra quase um quarto de todos os mortos e desaparecidos do Brasil, o legado autoritário da ditadura se manifesta mais intensamente. Expressa-se, por exemplo, na maneira como os paulistanos se relacionam com os espaços públicos, na dimensão física e simbólica.

A cultura do medo gerada pela repressão fez com que a rua, como expressão do exercício da cidadania, esmaecesse. Locais do encontro e da coletividade foram desmantelados para evitar focos de resistência, o que contribuiu para transformar o espaço público em mero entreposto entre casa e trabalho.

Mais que isso, nossas ruas, avenidas, praças, escolas e ginásios foram nomeados em homenagem aos que colaboraram diretamente com a repressão e violência de Estado.

Um recente levantamento feito pela Coordenação de Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania revela que há 17 ruas com nomes de pessoas diretamente vinculadas a violações de direitos humanos e outras 20 com nomes de pessoas que sustentaram o regime autoritário. Homenagens que não fazem sentido em uma cidade que se pretende democrática.

Para inspirar as novas gerações e ressignificar esses espaços conforme estabelece o Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania, fomentado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, o prefeito Fernando Haddad lançará nesta quinta-feira (13) o programa Ruas de Memória.

A exemplo de Espanha, Alemanha e África do Sul –que conduziram processos de retirada dos símbolos ligados ao franquismo, ao nazismo e ao apartheid– e conforme o

relatório final da Comissão Nacional da Verdade e do Plano Nacional de Direitos Humanos, o projeto pretende remover dos espaços públicos referências a fatos ou pessoas envolvidas em graves violações.

Esses serão substituídos por homenagens aos que dedicaram suas vidas à defesa dos direitos humanos, promoção da igualdade social e consolidação da democracia.

Combater legados do autoritarismo, retirando essas denominações e não permitindo que novas equivalentes sejam feitas, é imprescindível para construir a memória histórica do país a partir da valorização da cultura democrática.

Com o programa Ruas de Memória, esta gestão reafirma o compromisso com a construção de uma São Paulo democrática, plural e livre.

ANEXO G

Ficou presa com Dilma

Pedro Ivo Tomé

31 de março de 2015

"Quando, há 42 anos, eu estava saindo da prisão, prometi a mim mesma que jamais faria um pacto com o silêncio." Assim começa o depoimento prestado em 2014 por Estrella D'alva Benaion Bohadana à Comissão da Verdade, em Volta Redonda (RJ).

Na ocasião, Estrella relatou as torturas a que os militares a submeteram de 1970 a 1972, quando passou pelos porões da ditadura militar naquela cidade, no Rio e em SP.

Choques elétricos na língua, na vagina e nos seios, agressões sexuais, espancamentos e sessões no pau de arara viraram a rotina da estudante de arquitetura de 19 anos, presa por militar no Polop-POC, grupo de esquerda.

Contava que o "vozeirão" da presidente Dilma Rousseff (PT), sua vizinha de cela no DOI-Codi do Rio, fez com que os militares levassem Estrella, que teve as costelas quebradas e estava impossibilitada de andar, para o hospital.

Declarou ter cortado os pulsos com uma embalagem de pasta de dentes para poder sair da prisão, e que chegou a ter quase 30 kg por causa da comida ruim e da violência.

Em 1973, a manauara concluiu o curso de arquitetura e foi aprender flamenco, que dançou a vida toda para fortalecer as pernas, que nunca se recuperaram das agressões.

Projetou edificações por anos. Depois, doutorou-se em Comunicação Social e se tornou professora de filosofia da educação da UERJ e da Universidade Estácio de Sá. Em 2008, foi anistiada e indenizada pelas perseguições.

Em janeiro, foi diagnosticada com um câncer no pâncreas, que a vitimou no dia 11. Deixa marido, dois filhos, dois netos, a mãe e dois irmãos.

ANEXO H

A vítima das vítimas

Jaime Edmundo Dolce

26 de dezembro de 2014

Quando ouço falar em revisão da Lei da Anistia, fico enojado. Se ela for revista, minha mãe terá a chance de ver julgados os assassinos de meu pai?

A divulgação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade veio à tona no último dia 10 comovendo muitas pessoas, inclusive a presidente da República, Dilma Rousseff. Para minha família e eu, no entanto, a emoção se transformou em um misto de revolta e indignação. Esse documento não dedica um capítulo sequer às pessoas que, como meu pai, foram brutalmente assassinadas por terroristas de esquerda.

Meu pai, Cardênio Jayme Dolce, nasceu em Dom Pedrito (RS), em 1914. Ainda pequeno, mudou-se para Porto Alegre onde fez o Colégio Militar. Na década de 1930, foi morar no Rio de Janeiro, onde serviu na Escola Naval. Saiu da Marinha como aspirante porque não queria prosseguir na carreira militar, seu desejo era ser policial civil.

Foi da Polícia Civil até 1968, quando se aposentou como agente federal de primeira classe, cargo que hoje equivale ao de um delegado da polícia civil. Em 1969, começou a trabalhar como chefe de segurança da Casa de Saúde Dr. Eiras, instituição privada que atendia doentes mentais em Botafogo, no Rio.

Lá trabalhou até 2 de setembro de 1971, quando foi cruel e covardemente morto a tiros de metralhadora disparados por terroristas da ALN (Aliança Libertadora Nacional).

Na época eu tinha 10 anos e meus irmãos, 13, 12 e 8. O grupo terrorista invadiu a clínica onde ele trabalhava para roubar cerca de 100 mil cruzeiros, que seriam pagos aos funcionários. Para realizar o assalto, mataram meu pai e outros dois colegas, Silvino Amancio dos Santos e Demerval Ferreira. O enfermeiro Almir Rodrigues de Moraes e o médico foram feridos.

Meus irmãos e eu nos tornamos quatro das 21 crianças que ficaram órfãs de pai depois da chacina promovida pelos terroristas da ALN.

Pouco tempo depois do atentado, soubemos pela televisão que havia sido feito um ataque terrorista à Casa de Saúde Dr. Eiras e que meu pai e outros colegas tinham sido baleados. Ou seja, fomos os últimos a saber do atentado.

Depois de 2 de setembro de 1971, nossa rotina se transformou completamente. Meu pai deixou algum patrimônio e uma boa pensão da polícia, mas, apesar disso, minha mãe teve que se desdobrar para sustentar meus três irmãos e eu.

Hoje, aos 79 anos, mamãe continua esperando um pedido de desculpas do Estado.

Minha família nunca entrou na Justiça, pois sabíamos que eram pequenas as chances de haver algum reparo. O dono da Casa de Saúde Dr. Eiras era Leonel Miranda, que tinha sido ministro da Saúde no governo do general Artur da Costa e Silva (1967-1969). Ele prometeu dar amparo às famílias das vítimas.

No final das contas, não fomos amparados por ninguém, nem pela Casa de Saúde Dr. Eiras nem pelo governo militar. Minha família recebeu apenas os direitos trabalhistas do meu pai. Só isso.

Dos terroristas que assassinaram meu pai, dois estão vivos: Sônia Hipólito, servidora da Câmara dos Deputados, e Flávio Augusto Neves Leão Salles, que vive hoje no Pará.

Minha família, apesar de todo o estrago que foi feito, hoje vive em paz. Eu espero apenas que não se faça a revisão da Lei da Anistia, como querem aqueles que defendem os terroristas de esquerda.

Meu pai não era agente da ditadura, não torturou ninguém, não caçou comunistas. Teve o azar de estar no lugar errado, na hora errada. Quando ouço alguém falar em revisão da Lei da Anistia, fico enojado. Se a lei for revista, minha mãe, aos 79 anos, terá a chance de ver julgados os assassinos de meu pai?

ANEXO I

Para psicanalistas, é preciso defender memória da ditadura

Eleonora de Lucena

24 de dezembro de 2014

O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) precisa ser debatido em salas de aula em todo o país, virar tema de livros didáticos, se transformar em assunto de filmes, peças de teatro e séries de TV.

O documento, que mostra como, durante a ditadura, o Estado foi estruturado para prender, torturar e eliminar os opositores, precisa ser disseminado, de forma sistemática e palatável, servindo para organizar discussões em clubes, associações de bairro e sindicatos.

É essencial lembrar o que aconteceu, criar um ritual coletivo para não esquecer a tragédia imposta pelo regime e impedir que os crimes e as terríveis violações de direitos voltem a acontecer. Assim como judeus recordam das vítimas do holocausto fazendo silêncio e tocando sirenes ou europeus homenageiam os mortos nas guerras com desfiles e discursos.

"Está mais do que na hora de o país ter um dia da lembrança ou da memória, em homenagem às vítimas da ditadura. É preciso uma ritualização coletiva, uma simbolização", defende o psicanalista Renato Mezan. Junto com a colega Maria Auxiliadora Arantes, ele sugere as ações delineadas acima.

Os dois falam a propósito da última edição da "Percurso", publicação do departamento de psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, que reúne textos de psicanalistas sobre os efeitos da ditadura em indivíduos e na sociedade. É a partir dessas reflexões que eles apontam a necessidade de ações para que o relatório da CNV "não caia na vala comum".

"Quando acontece uma tragédia dessas e ela não é processada e não se fala respeito, fica um buraco, uma coisa não resolvida que vai assombrar as gerações futuras. Na Alemanha isso ocorreu", afirma Mezan, 64, coordenador editorial da revista.

Para ele, o texto da CNV não cicatriza feridas. Ao contrário, tem um "poder cutucante, estimulante" que é salutar. "Ele abre a ferida com a finalidade de purgar. Ela estava coberta com pele, mas embaixo estava cheio de pus. O relatório lanceta isso", diz.

Na avaliação de Arantes, o impacto do relatório na sociedade pode ser "devastador", se a sociedade tomar conhecimento dos fatos, se colocar de pé e se indignar sobre o que

ocorreu no país. E exigir que os militares contem onde estão os desaparecidos. "É uma responsabilidade nossa, da sociedade, não é um problema das famílias", declara.

Segundo a psicóloga, se o trabalho da CNV for bem divulgado em todos os níveis pode provocar movimentos envolvendo também as novas gerações e fazer com que o país avance no campo civilizatório.

"É um momento áureo em nosso país que não podemos deixar escapar. Façamos com dignidade o papel que nos cabe como cidadãos vivos para que esses fatos não ocorram nunca mais e que os responsáveis sejam julgados e punidos", advoga.

Autora de "Tortura" (Casa do Psicólogo, 2013), Arantes, 74, foi presa com seus dois filhos no dia da decretação do AI-5 (13 de dezembro de 1968), quando era militante da AP (Ação Popular) em Alagoas. Teve amigos assassinados pela ditadura.

Ela destaca que, como "a crueldade faz parte do ser humano", é preciso fazer "uma negociação permanente para que não haja tortura. Apesar de ser crime no Brasil, ela segue". Cita as rotinas em cadeias e prisões e as violências que atingem negros e pobres no país –temas também explorados pela "Percurso".

"O Estado de exceção continua existindo para grande parte da população brasileira, particularmente para a população jovem das periferias, principalmente negra", escreve a psicanalista Maria Angela Santa Cruz na revista. Segundo ela, a demonização e a criminalização dos jovens pobres os colocam "como os novos inimigos sociais, alguns dos atuais homines sacri brasileiros, vidas matáveis".

Mezan e Arantes afirmam que a discussão do relatório pode provocar redução de tortura nas cadeias –se o texto for integrado à formação de policiais e houver engajamento da sociedade.

"É preciso programas educacionais específicos para estudantes, magistrados, policiais. É um trabalho de formiga. Leva 25 anos para que a formação de policiais nessa linha resulte em mudança de atitude. Não se pode ter ilusão. O relatório produz indignação nas redes sociais, mas essa energia precisa ser canalizada. Sem um tipo de iniciativa organizada e de liderança nada vai mudar. Onde estão o Ministério da Educação, da Justiça, de Direitos Humanos?", pergunta Mezan.

O psicanalista lembra que a formação social do Brasil é "autoritária e excludente, gerando privilégios e vida boa para a minoria dominante".

"Levamos 300 anos para abolir a escravidão. O golpe de 1964 se inscreve no 'mainstream': foi mais um dos episódios de exclusão e autoritarismo. O relatório é parte

de um movimento que se opõe a esse veio majoritário e dominante, profundamente infiltrado na cabeça das pessoas, nas suas atitudes. Isso exige ação, não deixar como está para ver como fica".

Otimista, ele enxerga sinais de melhoria e de maior tolerância no país. "Cresce a ideia de que a inclusão social é necessária, que minorias têm direitos, que é preciso melhorar saúde, educação, ampliar benefícios e respeitar as pessoas. Há um clima melhor no sentido de rever esse veio majoritário autoritário e excludente. Se isso mudar, vai levar dez gerações. Leva 200 anos para modificar 500 anos de mentalidade. Mas sem um tipo de iniciativa organizada nada vai mudar", afirma.

ANEXO J

Comissão já identificou 'dezenas' de repressores

26 de fevereiro de 2013

Segundo o grupo que investiga a ditadura, 15 pessoas já prestaram depoimento

Cerca de 50 mil pessoas foram presas em 1964, ano do golpe, segundo Rosa Cardoso, membro da Comissão da Verdade

DE BRASÍLIA

Quase um ano depois de criada, a Comissão Nacional da Verdade, que investiga violações aos direitos humanos cometidas na ditadura militar, já identificou "dezenas" de agentes da repressão.

A informação foi divulgada ontem por Guaracy Mingardi, um dos assessores do grupo. "Já identificamos várias dezenas, não foram duas ou três, de membros da repressão, com nome, RG e endereço", afirmou. Os nomes, funções e suspeitas às quais essas pessoas estão relacionadas não foram revelados.

Também ontem, Rosa Cardoso, membro do colegiado, apresentou afirmou que cerca de 50 mil pessoas foram presas em 1964, ano do golpe que deu início ao regime.

A ditadura militar usou navios da Marinha e estádios para alocar esses presos.

Segundo a historiografia do período, foi contudo nos primeiros anos da década de 1970 que o regime se tornou mais sangrento. A ofensiva levou então ao quase extermínio dos grupos de resistência, em especial grupos armados.

Durante décadas, membros da esquerda fizeram listas não oficiais de militares e civis envolvidos com a repressão, mas isso nunca foi feito pelo próprio Estado.

Os militares identificados agora, todos vivos, serão convocados e ouvidos. Devido à Lei da Anistia, o colegiado não tem poder para punir os envolvidos com os crimes.

De acordo com a comissão, até aqui houve 40 oitivas com 15 pessoas para buscar informações a respeito das mortes, torturas e desaparecimentos. No entanto, o grupo não tem aberto para o público essas oitivas.

A comissão se reuniu ontem com outros grupos análogos nas esferas estadual, municipal e ligados à sociedade civil, que têm o mesmo objetivo de apurar as violações aos direitos humanos.

Os sete integrantes da Comissão Nacional da Verdade, empossados por Dilma em maio de 2012, têm como missão, até maio de 2014, coletar dados para construir uma narrativa oficial para cada um dos casos de violações aos direitos humanos ocorridas no período.

ANEXO K

O quartel da PE e a morte de Rubens Paiva

Elio Gaspari

10 de março de 2013

Depois do quase meio século de silêncio, a responsabilidade pelos crimes da ditadura desliza para os mortos

O SILÊNCIO dos comandantes militares em torno dos crimes cometidos em quartéis por oficiais que cumpriam ordens dos hierarcas da ditadura teve três efeitos sucessivos:

No primeiro, negando que as torturas e os assassinatos tenham ocorrido, contaminaram as instituições militares nacionais. (Salvo para quem acredita que cerca de 40 guerrilheiros do Araguaia desapareceram a partir de outubro de 1973 sem que o Exército tenha conseguido capturar um só deles. Em maio de 1945 havia cerca de 20 pessoas no bunker de Hitler em Berlim, sumiu só uma.)

Noutro efeito, mais recente, a responsabilidade nominal e exclusiva deslizou para oficiais que à época eram, no máximo, coronéis. Na maioria dos casos, capitães ou majores com cerca de 30 anos. Todos condecorados com a Medalha do Pacificador pelos ministros Lyra Tavares, Orlando Geisel, Dale Coutinho e Sylvio Frota. Não há notícia de oficial repreendido por prática de torturas ou de execuções.

Percebe-se agora um terceiro efeito: o deslizamento para a memória de oficiais mortos. Exemplo dessa tendência é o envolvimento do então coronel Ney Fernandes Antunes, comandante do Batalhão da Polícia do Exército do Rio, na morte do ex-deputado Rubens Paiva, no DOI do 1º Exército, que funcionava no mesmo quartel, na rua Barão de Mesquita.

Essa associação remonta aos anos 80 e partiu do tenente-médico Amilcar Lobo, preciosa testemunha da agonia do preso, na madrugada de 22 de janeiro de 1971. Diante do silêncio dos chefes militares, ressoam as denúncias de que ele presenciou torturas. Uma coisa é certa: se não sabia de tudo o que acontecia lá, sabia o suficiente para perceber a extensão dos crimes ali praticados. Ele e todos os seus chefes.

O coronel morreu nos anos 70, não pode se defender nem se explicar.

O comandante do 1º Batalhão da PE não tinha jurisdição sobre o DOI, que funcionava num pavilhão dentro do seu quartel. Cláudio Fonteles, membro da Comissão da Verdade, produziu um documento dizendo que o assassinato de Paiva foi "consumado no Pelotão de Investigações Criminais -PIC- do DOI/Codi do 1º Exército". É um detalhe, mas não existia PIC do DOI. O PIC era do batalhão da PE. Funcionava no mesmo pavilhão que o DOI, e seus oficiais circulavam pela central de suplícios. Em São Paulo, não se associa o quartel do 8º Batalhão da PE com as torturas do DOI porque o

destacamento funcionava noutra prédio, a centenas de metros de distância, em área urbana civil.

Rubens Paiva foi examinado por Amílcar Lobo numa cela da carceragem, quando agonizava. Pela sua narrativa, acompanhava-o um major do DOI e, no dia seguinte, o tenente Armando Avólio Filho, do PIC, disse-lhe que o preso morrera. Na tarde anterior, um militar do batalhão teria visto Rubens Paiva sendo espancado por um oficial do DOI. Esse testemunho está ao alcance da Comissão da Verdade e de suas averiguações.

Entre outubro de 1970 e junho de 1971, o DOI foi comandado pelo major José Antonio Nogueira Belham. Um documento datilografado, com data de 21 de janeiro de 1971, quando Paiva chegou ao DOI, tem uma nota manuscrita informando que "dois cadernos de anotações" do preso foram entregues ao "maj [major] Belham" e devolvidos. Ele poderia estar de férias nesses dias e a anotação ter sido posterior. Nesse caso, na madrugada dos mistérios, o DOI estaria sob a chefia do subcomandante, o major Francisco Demiurgo Santos Cardoso, que está morto.

Tendo chegado a general, depois de passar para a reserva, Belham ocupou um cargo de confiança no governo de Lula, a vice-presidência da Fundação Habitacional do Exército. Foi demitido em 2010 porque encrencou-se com as viúvas dos 18 militares mortos durante o terremoto do Haiti. Nesse episódio, explicou-se: "Posso ser veemente na defesa das minhas ideias, mas jamais estúpido, grosseiro ou mal-educado: duvido que haja alguém, homem ou mulher, que tenha convivido comigo nos 46 anos de Exército e 12 anos de Fundex, que diga isso de mim".

Aos 78 anos, Belham pode contar o que acontecia naquele pavilhão onde praticavam-se mais que grosserias contra homens e mulheres. No mínimo, lembrar quais eram os oficiais e sargentos que lá poderiam estar na madrugada de 22 de janeiro, quando o cadáver de Paiva foi retirado do prédio. (Num episódio similar, ocorrido com Chael Charles Schreier dois meses antes, o Centro de Informações do Exército operou a desova tentando, sem sucesso, internar seu cadáver no Hospital Central da corporação.)

Pela rotina de hoje, o Exército registra que, entre 1970 e 1975, um oficial ficou à disposição da Presidência da República, serviu no gabinete do ministro, ou ainda no comando do 1º Exército. O curioso olha e presume: ele esteve no Gabinete Militar do Planalto, foi oficial de gabinete do ministro e tornou-se ajudante de ordens do comandante da tropa do Rio. Nada disso, o capitão serviu no SNI, no CIE ou no DOI da Barão de Mesquita.

No caso de Paiva, simulou-se sua fuga, num teatrinho durante o qual teria sido sequestrado enquanto era levado numa diligência. No episódio, terroristas teriam incendiado o Volkswagen em que ele viajava, escoltado pelo capitão Raimundo Ronaldo Campos e dois sargentos do DOI. Todos vivos.

Se os deslizamentos não forem contidos, o caso Rubens Paiva terminará assim: ele foi massacrado na PE do coronel Ney Fernandes Antunes (que não comandava o DOI), e o responsável pode ter sido o então major Demiurgo. Quem sabe, o comboio da desova

poderia ter sido organizado só pelo major Freddie Perdigão Pereira, do CIE. Todos mortos, como Rubens Paiva.

ANEXO M

Imprensa apoiou ditadura antes de ajudar a derrubá-la
Oscar Pilagalo

23 de março de 2014

Especial para a **Folha**

Com mais ou menos intensidade, a grande imprensa brasileira apoiou o golpe de 64. Depois de um período de entusiasmo com o novo governo, os jornais –uns cedo, outros tarde– passaram a criticar a ditadura e, após duas décadas, nos estertores do regime, tiveram papel relevante na redemocratização.

A unanimidade contra o presidente João Goulart foi construída ao longo de seu governo, à medida que cresciam o radicalismo e a aproximação com setores da esquerda. Em setembro de 1961, no conturbado episódio de sua posse, que marcou o início da articulação golpista, a imprensa estava dividida.

Vários jornais se declararam contra o veto militar ao vice de Jânio, que renunciara. Os Diários Associados, com jornais espalhados pelo país, posicionaram-se a favor da posse. No Rio, os dois principais veículos, "Correio da Manhã" e "Jornal do Brasil", também defenderam a legalidade. Foi essa também a linha editorial da **Folha**.

Dois jornais advogaram que Jango não assumisse: "O Globo", no Rio, e "O Estado de S. Paulo", este com o agravante de não aceitar nem ao menos a solução parlamentarista, costurada para contornar o impasse.

Mesmo os veículos que haviam defendido a posse de Jango, no entanto, passaram a criticar seu governo.

No final de 1963/início de 1964, os jornais haviam convergido para uma oposição que endossava a tese da deposição do presidente. A justificativa era que ele próprio estaria caminhando para um golpe de esquerda ou armando uma manobra continuísta.

Estabelecido o viés geral, a variável ficou por conta do grau de envolvimento de cada veículo. Alguns tiveram papel periférico, como a **Folha**, com limitado peso editorial na época, e o "Jornal do Brasil", o último dos grandes jornais a romper com Jango.

Outros, como o "Estado" e a cadeia Diários Associados, foram protagonistas do golpe, devido ao envolvimento de seus dirigentes com os conspiradores.

Só um jornal esteve ao lado de Jango: a "Última Hora". Criado pelo repórter Samuel Wainer no início dos anos 50, a pedido de Vargas e com apoio financeiro do governo, o jornal, dirigido a operários e à classe média baixa, defendeu até o fim a herança política de seu padrinho.

A partir de abril de 1964, a mídia e os militares tiveram um período de lua de mel, que não foi interrompido mesmo quando ficou claro que a ditadura não seria tão breve quanto fora previsto.

O primeiro a enfrentar o regime foi o "Correio da Manhã". Ainda em 1964, o jornal, que publicara dois violentos editoriais defendendo a saída de Jango enquanto o golpe estava em andamento, denunciou torturas numa série de reportagens. Foi o começo do fim do jornal, que fechou em 1974.

O restante da imprensa, apesar de ressalvas pontuais contra abusos de poder e cassações, continuou apoiando a ditadura, sobretudo em sua diretriz econômica liberal.

A reação à censura, entre fins dos anos 60 e meados dos anos 70, se revelou um divisor de águas. Alguns jornais, como a **Folha**, acatavam as orientações dos censores, comunicadas por telex ou telefone, praticando a autocensura. Outros, como o "Estado", desafiavam as ordens, o que exigia a presença de censores na Redação, para impedir que o material vetado fosse publicado. O jornal denunciava a censura editando trechos de poesias no espaço aberto pela ação da censura.

Um dos episódios mais polêmicos da relação entre mídia e ditadura foi a guinada editorial da "Folha da Tarde", da mesma empresa que edita a **Folha**. A partir de 1969, durante a fase mais dura do regime, a "Folha da Tarde" –até então comandada por jornalistas ligados à esquerda armada– foi entregue a profissionais associados à polícia e chegou a cooperar com as forças da repressão, endossando versões dos órgãos de segurança para esconder torturas e assassinatos de presos políticos.

A empresa Folha da Manhã foi também acusada de emprestar veículos para órgãos da repressão. Se isso ocorreu, não é possível dizer que a prática foi autorizada pela direção da empresa.

Em meados dos 70, a **Folha** acreditou no projeto de abertura e fez uma reforma editorial que deu voz à sociedade civil, franqueando suas páginas a intelectuais de oposição.

Em fins de 1983, foi o primeiro jornal a encampar a embrionária campanha pelas Diretas Já, que, embora não tenha passado no Congresso Nacional, contribuiu para o fim da ditadura.

ANEXO N

A política externa do regime militar

Matias Spektor

23 de março de 2014

O golpe ocorreu em meio à mais intensa mudança de posição do Brasil no sistema internacional.

Entre 1955 e 1960, o Produto Interno Bruto cresceu 8,1% ao ano. Entre 1964 e 1971, os industrializados passaram de 5% para 31% da pauta de exportações, enquanto o café caiu de 55% para 13%.

O país deixou de ser uma economia rural para virar uma sociedade urbana. Pela primeira vez, o Brasil entrou para a categoria de país emergente.

"Como um gigante adormecido, o Brasil está acordando para um período de expansão quase sem precedente", afirmava "The Times" de Londres. "Poderemos vê-lo se tornar o Japão do Terceiro Mundo."

Na política externa, o regime militar patrocinou a luta anticomunista. Colaborou com uma intervenção na República Dominicana e restaurou laços com o Fundo Monetário Internacional. Operou em países como Argentina, Bolívia, Chile e Uruguai.

Juracy Magalhães, embaixador do regime em Washington, proferiu a frase: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil".

O regime contou para isso com o apoio dos Estados Unidos. Quando a repressão apertou, o embaixador americano no Brasil, William M. Rountree, e seu adido militar, o coronel Arthur Moura, alentaram a atividade nos porões.

No entanto, com o tempo, os Estados Unidos se tornaram um problema para os militares brasileiros.

O poder econômico norte-americano, que num primeiro momento se beneficiara de acesso privilegiado à Esplanada dos Ministérios, passou a se ressentir da política industrial protecionista.

Em temas diplomáticos, a relação também esfriou. Os militares brasileiros no comando acreditaram estar recebendo tratamento de segunda classe: os investimentos eram menores do que o esperado, as condições, árduas, e a atitude da Casa Branca, imperial. E o regime não estava disposto a coordenar com os americanos cada passo de sua própria Guerra Fria na América do Sul.

Esses problemas se exacerbaram quando o Congresso dos Estados Unidos começou a denunciar o uso de tortura. E tudo desandou a partir de 1976, quando o candidato presidencial Jimmy Carter afirmou que o apoio norte-americano ao Brasil ditatorial “é um exemplo da pior faceta de nossa política externa... Um gratuito tapa no rosto [do povo] americano.”

Nos governos dos generais Médici e Geisel, as relações entre Brasil e Estados Unidos, ao invés de melhorar, pioraram, chegando a seu ponto mais baixo.

Os Estados Unidos deixaram de ser a principal fonte de apoio externo à ditadura para transformar-se em ameaça.

O regime respondeu cerrando fileiras.

Quando Carter veio ao Brasil para pressionar o governo por mais abertura política, os generais receberam apoio de lideranças de oposição, como Ulysses Guimarães, sindicatos, imprensa e parte da oposição, que denunciaram a prepotência norte-americana.

Na política externa, o regime acelerou a diversificação de países consumidores, provedores e investidores —uma alavanca contra o magnetismo da economia norte-americana.

Os militares também patrocinaram coalizões com outros países em desenvolvimento e assumiram liderança no chamado embate Norte-Sul. O regime se afastou de Israel no Oriente Médio para se acercar dos árabes. Aproximou-se dos novos países independentes da África, mesmo aqueles que eram marxistas e recebiam apoio econômico e militar de Cuba.

A ditadura abriu embaixadas em regiões que antes ignorava e suas empresas estatais passaram a fazer investimentos fora do país. O Banco do Brasil abriu as primeiras agências na América do Sul, ao passo que a Petrobras foi para a África.

O regime também patrocinou um ambicioso programa nuclear. Ao lançá-lo, o general Costa e Silva, então presidente da República, afirmou: “Nada nos impede de fazer pesquisa e mesmo artefatos que possam explodir. Não vamos chamar de bomba, mas de artefato que pode explodir”.

Depois de gastar uma fortuna na tentativa de criar um parque industrial nuclear com tecnologia da Alemanha, o regime levou parte de suas atividades para a clandestinidade. Comprou peças no mercado negro, urânio altamente enriquecido da China e desenhou um míssil balístico. No processo, adquiriu capacidade para enriquecer urânio. O custo foi o isolamento –em temas de não proliferação, o país passou a ser visto como pária.

Em vez de aumentar a capacidade nacional de barganha, o regime militar debilitou-a.

Entre 1973 e 1979, a dívida externa do país quadruplicou, passando de US\$ 12 bilhões para quase US\$ 50 bilhões.

O país ainda sofreu sanções comerciais e seus representantes passaram a ter de suplicar ajuda a instituições financeiras internacionais. Os ministros da Fazenda da época tiveram de se acostumar à sala de espera do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos.

O Brasil da ditadura ficou mais rico, sem dúvida alguma. Contudo, ao sair do poder, os militares deixaram o país numa posição internacional mais fraca, dependente e injusta do que era possível imaginar em 1964.

ANEXO O

Coronel admite que torturou, matou e ocultou corpos na ditadura militar

Bernardo Mello Franco

25 de março de 2014

Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, o coronel reformado do Exército Paulo Malhães, 76, admitiu nesta terça-feira (25) que torturou, matou e ocultou cadáveres de presos políticos durante a ditadura militar (1964-1985).

Ele disse não se arrepender de nada e narrou como funcionava a chamada Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), centro de torturas clandestino onde teriam sido assassinadas cerca de 20 pessoas.

Levado em cadeira de rodas e usando camisa cinza, terno bege e óculos escuros, o militar chocou integrantes da comissão pela frieza com que respondia às perguntas.

"Quantas pessoas o senhor matou?", quis saber o ex-ministro José Carlos Dias. "Tantas quanto foram necessárias", respondeu o coronel. "Arrepende-se de alguma morte?" "Não." "Quantos torturou?" "Difícil dizer, mas foram muitos", devolveu.

Comissão da Verdade

Sem demonstrar incômodo, Malhães defendeu a tortura como método de investigação e explicou como mutilava cadáveres para evitar que fossem identificados. "A tortura é um meio. Se o senhor quer saber a verdade, tem que me apertar", disse, acrescentando que aprova o método para presos comuns.

Questionado sobre as mutilações de cadáveres, descreveu a prática como uma "necessidade" e disse que os corpos não eram enterrados "para não deixar rastros". "Naquela época, não existia DNA. Quando você vai se desfazer de um corpo, quais partes podem determinar quem é a pessoa? Arcada dentária e digitais", disse. "Quebrava os dentes. As mãos, [cortava] daqui para cima", explicou, apontando as próprias falanges.

Chamando as vítimas da repressão de "terroristas", Malhães disse não ter remorsos. "Quando vejo uma pessoa reclamar que um ente querido morreu, pergunto: se tivesse ficado ao lado da esposa e dos filhos, isso teria acontecido?", acrescentou.

Parentes de desaparecidos, ex-presos políticos e a única sobrevivente da Casa da Morte, Inês Etienne Romeu, foram à sede do Arquivo Nacional para ouvir o oficial. Ele só aceitou falar diante da comissão e dos jornalistas.

Confrontado com nomes e fotos de vítimas, Malhães alegou que não conseguia reconhecê-los. Também se recusou a indicar colegas da repressão, com raras exceções.

Numa delas, disse ter recebido ordem do coronel Coelho Neto, então subchefe do CIE (Centro de Informações do Exército), para ocultar a ossada do ex-deputado Rubens Paiva, morto em 1971. Mas afirmou não ter executado a tarefa, contrariando o que disse recentemente aos jornais "O Dia" e "O Globo".

Ele também apontou o coronel Cyro Guedes Etchegoyen, chefe de contrainformações do CIE, como comandante da Casa da Morte. "Mesmo com tantos anos de advocacia, me choquei com a descrição da mutilação de arcadas dentárias e digitais", disse o ex-ministro José Carlos Dias. "Eu não diria que ele foi corajoso. É um exibicionista, um sádico."

Em depoimento à Comissão da Verdade no dia 15, a ex-presa política Inês Etienne Romeu apontou seis agentes da ditadura como torturadores que trabalhavam na Casa da Morte.

ANEXO P

Luta armada foi resistência legítima à ditadura militar, diz ex-guerrilheiro

Bernardo Franco de Mello

27 de março de 2013

Líder estudantil em 1968, o jornalista Cid Benjamin, 65, participou do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, a mais ousada ação da luta armada.

Ele diz que a guerrilha foi uma forma legítima de resistência à ditadura militar. "Eu me orgulho de ter participado deste movimento", afirma.

Preso e exilado por nove anos, Benjamin hoje atua na Comissão da Verdade do Rio e defende que os torturadores sejam julgados por seus crimes. Lançou suas memórias, "Gracias a la Vida" (José Olympio), em 2013.

Folha - Qual foi o principal motivo do golpe de 1964?

Cid Benjamin- A mobilização popular em prol das reformas. O Brasil não vivia, nem de longe, uma situação revolucionária. O que havia era uma ampla mobilização por mudanças que mudariam a cara do país e mexeriam com interesses das classes dominantes.

Vivíamos a Guerra Fria, e os EUA fomentavam golpes em toda a América Latina. Em uma década, a maior parte do continente passou a ser governada por ditaduras.

Os golpistas diziam que o Brasil caminhava para um regime socialista, com apoio de João Goulart. O que acha disso?

Quem sustenta que a esquerda estava virando a mesa são os mesmos que levaram Getúlio Vargas ao suicídio, tentaram evitar a posse de Juscelino e do Jango. É risível. Havia um processo legítimo de reformas na democracia.

A sociedade estava dividida, e o golpe não foi uma quartelada. Parte da esquerda, para facilitar o debate, usa essa concepção. Não é verdade. Havia segmentos significativos da opinião pública favoráveis ao golpe.

No entanto, mesmo que eles fossem levemente majoritários, isso não dava legitimidade ao golpe. É como se um governo que estivesse abaixo dos 50% de aprovação pudesse ser derrubado.

Por que Jango não resistiu?

Jango não era um revolucionário, disposto a se jogar em um projeto às últimas consequências. Imagino que estivesse sob uma pressão muito grande e quisesse, de fato, evitar o derramamento de sangue. É uma preocupação respeitável, mas que não levou em conta o sangue derramado nos 25 anos de ditadura que se sucederiam.

O sr. pertenceu a uma geração que optou pela luta armada após o AI-5. Por quê?

A sociedade, em 1968, já era amplamente contrária à ditadura. Pensávamos que o Brasil estava caminhando para uma guerra revolucionária. O Vietnã e a Revolução Cubana

eram coisas muito fortes nas nossas cabeças.

Dado o grau de insatisfação com o regime, a desigualdade e a miséria, pensávamos que um processo de luta armada no campo e na cidade fosse aglutinar mais e mais gente. A longo prazo, constituiríamos um exército popular que poderia fazer a revolução. A história mostrou que nossa perspectiva estava incorreta.

Como foram as primeiras ações armadas e o sequestro do embaixador americano?

Apesar da nossa inexperiência, foram um sucesso. A repressão estava despreparada. Os bancos, por exemplo, não tinham portas giratórias. A gente assaltava e levava as armas dos guardinhas.

O sequestro surgiu da preocupação com os presos políticos, muitos sob tortura. Um dia, estava com o Franklin Martins [ex-ministro no governo Lula] em uma rua de Botafogo e passou o carro do embaixador americano, com as bandeirinhas no capô e sem segurança nenhuma.

A ideia foi usá-lo como moeda de troca por nossos presos, especialmente o Vladimir [Palmeira, líder estudantil de 1968]. A execução foi muito simples, e a devolução, digna de filme de ação americano. Quando nos livramos da perseguição, tomamos uma cerveja para comemorar o êxito da ação.

O que fez depois?

Fiquei dois meses entocado, mas tinha virado a bola da vez. O MR-8 era a organização mais ativa no Rio, e eles sabiam que eu era o responsável pelo setor armado. Quando fui preso, ouvi no DOI-Codi que era o militante com mais ações armadas no Rio. Desde que entrei, comecei a ser torturado.

Como foram as torturas?

Ao chegar, sangrava muito na cabeça. Chamaram um médico, Amílcar Lobo, que costurou a frio. Depois, foram dias de tortura. Pau de arara, choque elétrico e afogamento eram o cardápio principal.

Em seu novo livro, o sr. diz que os torturadores não eram monstros. Por quê?

Não havia um só um tipo de torturador. Havia os sádicos, perversos, monstros. Mas também havia jovens oficiais do Exército, imbuídos da luta contra o comunismo da Guerra Fria. Não me surpreenderia se hoje alguns estiverem arrependidos do que fizeram.

Ainda havia os policiais antigos, que eram os melhores torturadores, torturaram bandidos a vida inteira. Eram capazes de sair dali e fazer um churrasco com os amigos, ser bons pais, bons avôs.

Ao dizer isso, não estou passando a mão na cabeça dos torturadores. Estou mostrando como nossa sociedade é atrasada e permite que eles tenham uma vida social relativamente normal.

O pior da tortura não são os maus tratos, é que ela tenta desumanizar o ser humano. Através da dor física, procura fazer com que o preso renegue seu sistema de valores, se despersonalize. O objetivo do torturador é quebrar o torturado como pessoa.

Os torturadores ainda devem ser julgados por seus crimes?

Um país que não conhece sua história está condenado a repetir seus erros. O Brasil está começando tarde. A ditadura acabou em 1985, e a Comissão da Verdade só foi criada em 2012.

Os torturadores devem ser julgados e, se culpados, condenados. Não digo isso porque tenha ódio deles, mas porque acredito que o futuro da tortura está ligado ao futuro dos torturadores. Se eles forem condenados, as pessoas vão pensar duas vezes antes de torturar alguém.

Se não tivesse havido luta armada, a ditadura poderia ter acabado mais cedo?
Fujo dessa armadilha. É como culpar um torturado pela tortura, ou culpar a resistência por barbaridades dos nazistas em territórios ocupados. A luta armada, embora equivocada politicamente, foi uma parte legítima da resistência à ditadura. Eu me orgulho de ter feito parte deste movimento.

ANEXO Q

Generais comparecem a velório de Ustra, acusado de torturas

Rubens Valente

15 de outubro de 2015

O velório de um dos principais nomes da repressão da ditadura, o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, morto nesta quinta-feira (15) aos 83 anos em decorrência uma pneumonia contraída enquanto era tratado de câncer, atraiu "de 20 a 30 generais" do Exército, segundo o coronel da reserva Renato Brilhante Ustra, 79, irmão do ex-comandante do DOI-Codi do Exército de São Paulo.

O coronel chefiou, entre 1970 e 1974, um dos principais centros de repressão do Exército durante a ditadura (1964-1985) e era acusado de ter pessoalmente participado de torturas de presos políticos.

Após o fim da ditadura, Ustra foi alvo de diversas acusações de ex-presos políticos e de ações movidas por familiares dos ex-militantes e pelo Ministério Público Federal que o responsabilizaram por torturas, assassinatos e desaparecimentos de presos que estavam sob a guarda do DOI-Codi paulistano.

"O Exército está abraçando e cumprimentando meu irmão, saudando-o como um herói", afirmou nesta quinta-feira o irmão, Renato. "Ele sempre disse com todas as letras que se hoje temos uma democracia, foi porque alguém combateu o terrorismo. Terrorismo não se combate com flor", disse Renato.

A **Folha** viu no velório, realizado na capela do HFA (Hospital das Forças Armadas), pelo menos dois generais da ativa, um dos quais portando um crachá do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) do Palácio do Planalto. O comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, não havia aparecido até o início da noite. Amigos de Ustra disseram que o comandante estava em viagem para João Pessoa (PB).

A **Folha** acompanhou parte do velório até ser retirada do local, junto com outro jornalista de "O Estado de S. Paulo", por dois militares da Comunicação Social do Comando do Exército. A reportagem presenciou os assessores de imprensa orientando os familiares de Ustra –que receberam bem os jornalistas– a não darem permissão ao trabalho da imprensa no velório. Entrevistas por fim foram permitidas ao lado da capela, mas os jornalistas não podiam circular entre os presentes.

A viúva de Ustra, Joseíta, disse que recebia orientações da assessoria de imprensa do Exército e deu declarações curtas: "Sou uma mulher abençoada, convivi 57 anos com o homem mais maravilhoso da face da Terra. Todos que o conheceram profundamente sabem que ele tem mel e é cativante".

Amigos do coronel procuraram no velório defendê-lo das acusações de torturas e assassinatos. O relatório final da CNV (Comissão Nacional da Verdade) apontou inúmeras graves violações aos direitos humanos cometidas pela unidade comandada por Ustra e também por ele, ao participar pessoalmente de torturas, segundo os testemunhos de ex-militantes da esquerda.

Um dos subordinados ao coronel no DOI-Codi na época, o coronel da reserva Pedro Ivo Moézia de Lima, 77, disse que Ustra "foi uma das pessoas mais importantes da história do Brasil". "O Ustra estava à frente do DOI, e tinha todo o apoio lá do comandante do Exército. [...] Ferimos de morte o terrorismo", disse Moézia.

O coronel admitiu que os militantes de esquerda que eram presos no DOI-Codi sofriam interrogatórios que ele chamou de "severos". "Às vezes o cara resolvia falar. O interrogatório é severo, ninguém vai estar lá dando bolacha e Coca-Cola e bolo para vagabundo. Então o cara acabava abrindo o bico e já era o sinal para ele ser justicado [pela esquerda]. Qualquer um colaborador era... [justicado]", disse Moézia.

O coronel disse que Ustra, nos últimos meses de vida, demonstrou contrariedade com a falta de apoio do Comando do Exército durante as investigações da CNV, entre 2012 e 2014.

"[Ouvi] ele falando dessa tristeza dele, de o Exército não ter feito nada, não ter movido uma palha para ajudá-lo nessa luta contra a Comissão da Verdade. Nós nos reunimos várias vezes para discutir 'o que vamos dizer, o que não vamos dizer'", disse o coronel, que também prestou depoimento à CNV.

O coronel disse que ao longo do trabalho da CNV ele e Ustra foram "abandonados pelo Exército", que não teria dado "nenhuma palavra de ânimo, de incentivo". "Nada disso, fomos jogados às feras", afirmou Moézia.

O deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) disse que Ustra "foi um homem que sofreu muito, foi muito perseguido por essa esquerda raivosa que não abandonou, infelizmente, o seu plano de poder absoluto no país". Ele disse que Ustra deverá ser cremado nesta sexta-feira (16) com "honras militares", em Valparaíso de Goiás (GO), e que a escolha da capela do HFA para o velório foi sinal de prestígio.

ANEXO R

Ilha foi palco de tortura de 200 pessoas, diz Comissão da Verdade

DO RIO

21 de outubro de 2014

A Comissão Nacional da Verdade concluiu que 200 pessoas foram presas e torturadas na Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores (BFNIF), no município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, entre 1969 e 1971. A conclusão foi anunciada numa visita à base nesta terça (21).

Durante a visita, 14 ex-presos políticos ajudaram peritos e pesquisadores da CNV e da CEV-Rio (Comissão Estadual da Verdade do Rio) a mapear a base naval e identificar as salas de tortura. A base foi utilizada como prisão a partir do final de 1968. As pessoas que testemunharam durante a visita estiveram presas entre 1969 e 1971.

As apurações da CNV indicam que a base foi substituída pelo DOI-Codi [centro de repressão do Exército] no Rio a partir de 1971 como centro de tortura.

Segundo as testemunhas, as sessões de tortura na base eram acompanhadas por um médico, conhecido entre os presos como Dr. Coutinho, que avaliava a condição de saúde do torturado e autorizava que a sessão continuasse.

Zilea Rezik, 67, diz ter sido uma das primeiras mulheres a ser presas durante a ditadura na região Sudeste. Assim como outras testemunhas presentes, ela foi membro do MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro). Ela ficou presa na base da Ilha das Flores por cerca de seis meses, depois foi julgada e transferida para o presídio de Bangu.

"A coisa sexual era muito presente na tortura. Nós ficávamos nus. Tinha todo um assédio, passavam a mão na gente e nos xingavam de todos os nomes", diz Zilea, que hoje trabalha numa ONG que defende os direitos das mulheres.

Estava presente um ex-militar da Marinha, Heleno Cruz, que confirmou a localização das salas de tortura e disse ter visto diversos objetos usados para esse fim, como martelos, paus de arara e torniquetes. Cruz era soldado na época e diz ter jogado no mar alguns dos instrumentos de tortura aos quais teve acesso.

Essa foi a última de sete visitas que a CNV realizou a locais que foram objeto de sindicância por parte das Forças Armadas realizada a pedido da CNV. Segundo a Comissão, nesses sete locais ocorreram torturas e mortes. O pedido de sindicância encaminhado ao Ministério da Defesa diz que houve "desvirtuamento do fim público estabelecido para aquelas instalações".

"A visita só comprovou aquilo que a gente já sabia. Lamentamos que isso não tenha sido reconhecido de maneira clara no relatório da comissão de sindicância [das Forças Armadas]", disse Pedro Dallari, coordenador da CNV.

As Forças Armadas afirmaram em agosto que não houve desvio de função nas unidades, mas não se pronunciaram sobre a ocorrência de tortura e mortes nesses locais.

Com essa visita se encerra a fase de apuração de dados da Comissão. A partir de agora ela se dedicará à produção do relatório final, que será entregue em dezembro, dia dos direitos humanos. A Comissão encerra seus trabalhos em 16 de dezembro.

Além de Dallari, participaram da diligência na Ilha das Flores os membros da CNV José Carlos Dias, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Cardoso.

ANEXO S

Malufou

CLÓVIS ROSSI

26/04/2000

São Paulo - Informa esta Folha que o presidente Fernando Henrique teria feito o seguinte comentário, com interlocutores, a respeito da repressão às manifestações durante a festa dos 500 anos, na Bahia: "Não tivemos feridos graves, nenhum morto". Beleza de frase. Lembra, à perfeição, a famosa "estupra, mas não mata", de Paulo Salim Maluf. Na versão fernandiana, bater pode, ferir levemente também pode, só não pode matar ou ferir gravemente.

No fundo, é uma manifestação da má consciência do chefe do governo a respeito da maneira como agiu a PM baiana no episódio. FHC não pode ter ficado tão alienado no poder a ponto de desconhecer que o uso da força, no caso, foi brutalmente desproporcional ao que seria necessário para a legítima preservação da integridade física das autoridades e/ou para evitar constrangimentos que maculassem a tal de dignidade do cargo.

Por isso, festeja o fato de ter havido só feridos leves (além de 141 prisões). Um morto ou mesmo um ferido grave causaria dano ainda maior à imagem de um governo que sai de todo modo chamuscado da festa dos 500 anos do Descobrimento.

Agora, depois dessa "malufada" de FHC, será interessante acompanhar o comportamento do novo ministro da Justiça, José Gregori, na apuração da violência. Lembro que Gregori foi um dos poucos escudeiros fiéis de Ulysses Guimarães, que, como os manifestantes de agora, foi igualmente vítima, nos seus tempos de presidência do PMDB, da violência da PM baiana.

A foto da cena, em que cachorros da polícia impediam a passagem de Ulysses, ficou famosa como símbolo da repressão do regime militar. Gregori era um dos críticos mais constantes e mais consistentes desse tipo de violência.

Cabe agora esperar que não venha desenterrar a antiga tese de que o cassetete democrático é perfeitamente aceitável, ao contrário do cassetete da ditadura.

É mais um a ser testado para ver se prefere a biografia ao conforto do poder. FHC não está passando no teste.

ANEXO T

A saúde que anda para trás

CAIO ROSENTHAL 28/06/2002

No início dos anos 70, fomos castigados por uma feroz epidemia de meningite. A ditadura militar, ao impor severa censura para escamotear a tragédia, pensou que assim pudesse torná-la inexistente; até que a epidemia, fora de controle, invadiu o elegante bairro dos jardins, em São Paulo, denunciando a todo o país sua presença.

A doença meningocócica é causada por uma bactéria que pode tanto "cozinhar" o cérebro como necrosar os órgãos e os tecidos do doente, se não tratada a tempo. Felizmente tem cura. Hoje a doença está sob controle -frágil ainda, mas não é mais considerada epidemia.

No início dos anos 80, fomos pegos -nós e o mundo- por uma doença fatal, sem cura e sem previsão para terminar: o cérebro pode inchar tanto que parece não caber no espaço reservado a ele, às vezes os pulmões são ocupados por uma população de germes tão numerosa que ocupam o espaço reservado para o oxigênio. Vírus que habitualmente passam por nós despercebidos podem causar cegueira e paralisias. Assim pode ser descrita a Aids .

No final de 95, esse cenário macabro começou a mudar no mundo desenvolvido e, pouco depois, graças a acertada política governamental, entre nós também. Os medicamentos ainda não curam, mas dão fôlego gigantesco para prolongar a vida. Nos últimos três anos, em razão de algumas trapalhadas das autoridades sanitárias, fomos agredidos por outro vírus, de fácil disseminação e com perspectivas de cobertura nacional. A dengue agora tem um perfil um pouco mais democrático, atinge ricos e pobres, bastando esquecer água parada em algum lugar perto ou dentro de casa. Não tem um remédio específico, é preciso matar o mosquito que carrega o vírus, mas, felizmente, na maioria dos casos, depois de sete a dez dias de terrível quebradeira no corpo, o doente, dengoso, vai se recuperando e retorna às suas atividades.

Alguns casos são mais graves -chamados hemorrágicos-; o paciente até pode morrer. Epidemia é a elevação do número de casos de uma doença em um determinado período. Quando previsível, pode ser abortada com trabalho eficiente das autoridades sanitárias. Outras vezes sua chegada é inesperada e foge do controle.

Imaginemos um mosquito que viaja em um avião, trazendo consigo um vírus ou uma forma grave de malária; uma criança com catapora, que, inadvertidamente, vai à creche e brinca com outras susceptíveis; um bolo de casamento contaminado por uma toxina. Os exemplos são inúmeros e muitos deles nos são familiares.

Essas epidemias têm caráter restrito e podem ocorrer também em países desenvolvidos. Nós, porém, temos agendada para breve a epidemia da febre amarela, com perspectivas sombrias.

O cenário mais triste e sério que se apresenta hoje no Brasil, na área da saúde, não é, todavia, o das epidemias. O Brasil é um dos campeões mundiais de endemias. São doenças que não evoluem em surtos, cujo término não tem previsão, não são circunscritas nem limitadas a espaços ou casuísmos, como o do bolo de casamento.

Estão entre nós há séculos, em altíssimos e constantes patamares. Não são autolimitados e são progressivamente fatais. O que mais surpreende, porém, é que todas têm cura, com remédios baratos, e todas estão perfeitamente mapeadas. São milhares e milhares de brasileiros que morrem, todos os anos, de malária, hanseníase, tuberculose, leishmaniose etc.

ANEXO U

Datas

Ruy Castro 26/04/2008

RIO DE JANEIRO - No dia 28 de março de 1968, a PM invadiu um restaurante popular, de estudantes, na ponta do Calabouço, no Rio, para conter uma manifestação. Um tiro acertou o jovem Edson Luiz, recém-chegado do Pará e que morreu sem nada a ver com o peixe. Do episódio resultaram passeatas contra a ditadura e mais tiros, bombas e prisões, que, por sua vez, levaram à Passeata dos 100 Mil, e todo o imbróglio desaguou no AI-5.

No momento em que a bala atingia o garoto, eu entrevistava Tom Jobim num botequim em Ipanema, para a revista "Manchete", onde trabalhava. O corpo de Edson seria levado nos ombros de seus colegas até a Assembléia Legislativa, na Cinelândia. Mas, ali, entre chopes, risos e bossas novas, não sabíamos de nada, nem podíamos saber.

Era a primeira vez que me sentava com Tom e, por isso, ficou fácil associar aquele dia ao assassinato de Edson. Mais tarde, à noite, eu próprio iria para a Cinelândia, onde Edson estava sendo velado, e seguiria seu enterro na noite seguinte, do Centro a Botafogo, a pé.

Calhou que, por muitos anos, eu não voltasse a ver ou a falar com Tom. Ele fora morar fora, eu também e, mesmo quando os dois estavam no Rio, as circunstâncias não favoreciam. Até que, um dia, em 1988, o destino (mais exatamente, a fome) me conduziu a uma churrascaria do Leblon. E lá estava Tom, numa mesa, com Ronaldo Bôscoli, meu ex-colega de TV Globo. Ronaldo me chamou a sentar com eles.

Para meu espanto, Tom me reconheceu. E, ao dar uma espiada de passagem no jornal que comprara na banca em frente, vi um título na primeira página: "Fazem hoje 20 anos da morte do estudante Edson Luiz". Era uma incrível coincidência. Bem, pela intolerável urgência do tempo para passar, esta data, só importante para mim, também faz 20 anos nesta sexta-feira.

ANEXO V

De novo, Angra 3

Laura Capriglione 29/01/2007

MENINOS e meninas de esquerda nos anos 70 nem se perguntavam se podia não ser verdade o que dizia a atriz Jane Fonda. Em 1972, ela foi pessoalmente a Hanói, levar apoio ao povo vietnamita que enfrentava o Exército americano. Posou para fotos ao lado de soldados prontos para matar marines, fez discurso na rádio local, liqüefez o moral das tropas ianques.

Com uma folha de serviços dessas, toda a turma acreditou piamente quando a mesma Jane Fonda apareceu em 1979, no filme "A Síndrome da China", falando de reatores nucleares que podiam aquecer-se descontroladamente, derretendo a estrutura que os contém e afundando no chão "até atingir a China", daí o nome do filme.

A ficção ficou com cara de profecia porque, 12 dias depois de seu lançamento, aconteceu o acidente com a usina nuclear americana de Three Mile Island, um susto. No Brasil, 1975 foi o ano do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, que previa, entre outros itens, a construção das usinas de Angra 2 e 3. Ainda sob ditadura militar, censura e repressão, os cientistas conseguiram uma mobilização inédita da opinião pública contra o acordo.

Diziam que o Brasil estava comprando uma caixa-preta que não previa a transferência de tecnologia. Que as unidades nucleares de Angra se assentariam sobre uma falha geológica, com todos os riscos aí embutidos. Que a energia atômica era perigosa, suja. Que era cara.

Agora, como se nada fosse, Lula inclui no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) a retomada de Angra 3, na qual já se consumiram US\$ 750 milhões (cerca de R\$ 1,6 bilhão) para a compra de equipamentos, além de US\$ 20 milhões (ou R\$ 43 milhões) por ano em manutenção. Mais US\$ 1,7 bilhão (R\$ 3,6 bilhões) ainda são necessários para a conclusão da usina, que começaria a operar em 2013.

A favor, diz-se que a matriz energética brasileira tem de ser diversificada, fala-se em um possível novo apagão e até que a energia nuclear é uma das menos agressivas ao ambiente. Contra, ouvem-se poucas vozes, entre elas a do Ministério do Meio Ambiente e a do Greenpeace, que vêm com seus moinhos de vento defender as energias eólica e

solar.

Embora desde o ano passado existam documentos mostrando o empenho do governo em estudos sobre a viabilidade econômica da usina, Lula não quis discutir Angra durante a campanha eleitoral -para que mais marola? Até quinta-feira, a construção da usina constava em página eletrônica do Ministério do Planejamento.

Foi depois retirada da rede, mas não dos planos. Por que o mistério? Quase 30 anos depois, Jane Fonda já fez autocrítica de sua ação no Vietnã, já se tornou propagandista de um método de fitness. Virou lembrança. OK. Apesar disso, bem que eu queria saber o que é que farão com aquele tal lixo radioativo.